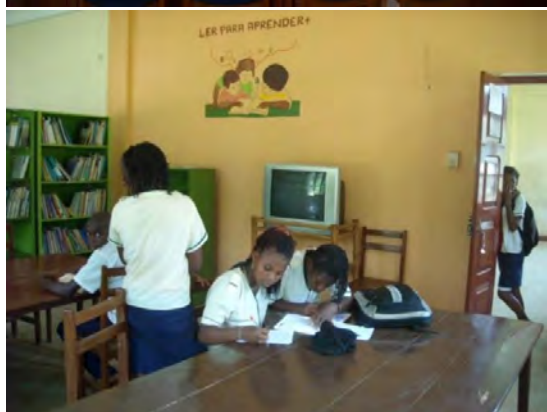


RELATÓRIO FINAL DE AVALIAÇÃO EXTERNA

PROJETO ESCOLA+ DINAMIZAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (2009 - 2013)



INSTITUIÇÃO AVALIADORA: Universidade Aberta – Centro das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI)

INSTITUIÇÃO FINANCIADORA: MNE – Camões, Instituto da Cooperação e da Língua (CICL)

INSTITUIÇÃO EXECUTORA: Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF), em colaboração com o Ministério de Educação e Cultura (MEC) de São Tomé e Príncipe (STP)

Maria Manuela Malheiro Ferreira (Coord.)
Maria Emanuel Melo de Almeida
Amândio Seco da Costa

Georgina Esteves
Luísa Solla
Jorge Valadares

CEMRI UAb

CENTRO DE ESTUDOS DAS
MIGRAÇÕES E DAS
RELAÇÕES INTERCULTURAIS
UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

AGRADECIMENTOS

Os autores deste relatório agradecem a todos os interlocutores, santomenses e portugueses, os contributos dados no processo de avaliação externa do Projeto Escola+, sem os quais a elaboração deste relatório não seria possível.

Em São Tomé e Príncipe a equipa de avaliação agradece a todos que nos proporcionaram as condições necessárias para a realização do trabalho de campo.

Neste âmbito, cumpre-nos agradecer, em primeiro lugar, a Sua Ex.^a o Ministro da Educação Cultura e Formação, Dr. Jorge Lopes Bom Jesus, ao Diretor de Ensino, Dr. Jorge Boa Morte Seica e a todos os Dirigentes e Técnicos Superiores do Ministério da Educação, Cultura e Formação (MECF).

Agradecemos também a Sua Ex.^a o Presidente do Governo da Região Autónoma do Príncipe, Eng^o Jorge Cassandra, ao Secretário Regional de Infraestruturas, Dr. António Refel e ao Representante da Coordenação Nacional do Projeto Escola+ no Príncipe, Dr. Paulo Rodrigues, o acolhimento e a forma empenhada como procuram ter em consideração as necessidades de desenvolvimento e evolução dos sistemas de ensino e formação.

Ao Dr. Edgar Neves, Representante do IMVF em STP, cumpre-nos agradecer o acolhimento empenhado e o interesse manifestado para que a missão decorresse o melhor possível.

Ao Coordenador da Equipa Nacional do Projeto Escola+ (CNPE+), Dr. José Carlos Aragão, assim como a toda a equipa, devemos um agradecimento particular. A disponibilidade constante para a resolução de questões práticas e o interesse e empenho posto no diálogo e no esclarecimento de dúvidas sobre o funcionamento do Ensino Secundário e sobre a contribuição do Projeto Escola + para a sua dinamização e consolidação revelou-se um contributo de inestimável valor.

A recolha de informação nas escolas visitadas nas duas ilhas não teria sido tão profícua sem a colaboração empenhada dos seus diretores, subdiretores, chefes dos serviços administrativos, dos professores, dos monitores e acompanhantes de estágio.

A todos o nosso agradecimento.

O nosso agradecimento é extensivo aos alunos que nos receberam nas escolas com sorrisos e canções e que responderam com toda a atenção a todas as perguntas que lhes colocámos, bem como aos encarregados de educação, organismos, entidades e empresas que nos quiseram prestar a sua colaboração.

Agradecemos ainda a amável disponibilidade da Dr.^a Alzira Rodrigues e do Dr. Manuel Penhor, professores do Instituto Superior Politécnico (ISP), assim como da Dr.^a Isaura Carvalho, Diretora do Instituto Diocesano de Formação João Paulo II.

Os nossos agradecimentos também aos professores cooperantes portugueses, que sempre corresponderam ao que foi solicitado pela equipa de avaliação.

A equipa agradece igualmente a Sua Ex.^a a Embaixadora de Portugal, Dr.^a Paula Silva e ao Adido para a Cooperação, Dr. Nuno Vaz, todo o interesse manifestado pelo nosso trabalho e o apoio prestado durante a missão de avaliação.

Agradecemos igualmente a disponibilidade e as informações dadas assim como a estimulante troca de ideias proporcionada em Portugal pelos dirigentes e técnicos, anteriores e atuais, do CICL, do IMVF, dos membros do Grupo de Acompanhamento do Projeto Escola+ (GAPE+) e do Diretor e dos Professores da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS) do Instituto Politécnico de Leiria (IPL).

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	- 3 -
Índice de Quadros	- 7 -
Lista de Anexos	- 8 -
ACRÓNIMOS/ABREVIATURAS	- 12 -
SUMÁRIO EXECUTIVO	- 15 -
Conclusões com base em critérios	- 16 -
Executive Summary	- 26 -
I – Introdução e Enquadramento	- 37 -
II – Metodologia	- 49 -
III - Resultados e Constatações da Avaliação	- 55 -
I V – Conclusões e Recomendações	- 129 -
<i>Eficácia</i>	<i>- 129 -</i>
<i>Eficiência</i>	<i>- 129 -</i>
<i>Efeitos</i>	<i>- 129 -</i>
<i>Impacto</i>	<i>- 130 -</i>
<i>Sustentabilidade</i>	<i>- 130 -</i>
<i>Visibilidade</i>	<i>- 130 -</i>
<i>Coordenação e complementaridade</i>	<i>- 130 -</i>
<i>Coerência interna e externa das opções da cooperação portuguesa</i>	<i>- 130 -</i>
<i>Posicionamento e valor acrescentado da cooperação portuguesa</i>	<i>- 130 -</i>
<i>Contribuíram negativamente para a eficácia do Projeto Escola+ :</i>	<i>- 133 -</i>
FONTES DE INFORMAÇÃO	- 145 -

AAVV. Escola+ Educação para Todos (s/d) <i>Plano Operacional de Intervenção</i> ,IMVF/IPAD/STP	- 145 -
IMVF, (s/d), Sem título (<i>Monitoria do Quadro Lógico</i>).	- 146 -
Relatórios Intercalares de Atividades (RIA) – 1 a 7 (sem data) com anexos vários.....	- 146 -
Relatório referente ao reforço de verbas de 02/01/2012	- 146 -
Dados Estatísticos	- 146 -
Quadro Legislativo	- 146 -
Minuta de Protocolo entre o IPAD/IMVF e o MEC de STP	- 146 -

Índice de Quadros

Quadro 1 – Índice de Desenvolvimento Humano	41
Quadro 2 – APD Portuguesa M€	47
Quadro 3 – Alunos da 7ª classe e população global escolar de 2009 - 2013	62
Quadro 4 – População escolar da 7ª classe e global de 2007-2013	63
Quadro 5 – Evolução do ingresso de alunos CSPQ	64
Quadro 6 – Números globais de estudantes por classe e por sexo	65
Quadro 7 – Evolução do acompanhamento de professores para a revisão curricular do 1º e 2º ciclos	72
Quadro 8 – Número de professores segundo a respetiva formação	79

Lista de Anexos

1. Termos de referência

Anexo 1 – Termos de Referência (TdR) – Escola +

2. Declaração de objetividade, confidencialidade e ausência de conflitos de interesse

Anexo 2 – Equipa de Avaliação e Declaração de objetividade, confidencialidade e ausência de conflitos de interesses

3. Matriz do desenho da avaliação e do plano metodológico

Anexo 3.1 – Metodologia - Matrizes de indicadores e técnicas de investigação

Anexo 3.2 – Quadro-resumo relativo os quatro eixos

4. Questionários e guião geral para as entrevistas

Anexo 4.1 – Questionário a Alunos/as

Anexo 4.2 – Questionário a Encarregados de Educação

Anexo 4.3 – Questionário à Equipa de Coordenação do Projeto Escola+

Anexo 4.4 – Questionário aos Professores que realizaram o Curso de Formação em Administração e Gestão Escolar (CFAGE)

Anexo 4.5 – Questionário aos Chefes dos Serviços Administrativos

Anexo 4.6 – Questionário aos Alunos do Curso de Formação de Inspetores Escolares (CFIE)

Anexo 4.7 – Questionário aos Professores que realizaram o Curso de Complemento de Formação (CCF)

Anexo 4.8 – Questionário aos Professores que realizaram o Curso de Formação em Gestão Curricular e Supervisão Pedagógica (CFGCSPP)

Anexo 4.9 – Questionário aos Responsáveis pela Capacitação de Docentes

Anexo 4.10 – Questionário aos Professores

Anexo 4.11 – Questionário aos Coordenadores e Diretores de Cursos Profissionalizantes

Anexo 4.12 – Guião Geral para as Entrevistas

5. Tratamento de dados recolhidos

Anexo 5.1a – Questionários a Encarregados de Educação - Global

Anexo 5.1b – Questionários a Encarregados de Educação - Resumo

Anexo 5. 2 - Questionários a Alunos

Anexo 5. 3 - Questionários a Professores

Anexo 5.4 - Questionário do Curso de Formação de Inspetores Escolares (CFIE)

Anexo 5.5 – Questionário do Curso de Formação em Administração e Gestão Escolar (CFAGE)

Anexo 5.6a – Questionário do Curso de Complemento de Formação (CCF) – I

Anexo 5.6b – Questionário do Curso de Complemento de Formação (CCF) – II

Anexo 5.6c – Questionário dos Cursos de Formação de Professores - Todos os cursos

Anexo 5.6d – Questionário dos Cursos de Formação de Professores da ESECS/IPL- Global

Anexo 5.6e – Questionário do Curso de Complemento de Formação (CCF) - Licenciatura em Biologia

Anexo 5.6f – Questionário do Curso de Complemento de Formação (CCF) - Licenciatura em Matemática

Anexo 5.6g – Questionário do Curso de Complemento de Formação (CCF) - Licenciatura em Físico/Química

Anexo 5.7a – Questionário a Coordenadores e Diretores de Cursos Profissionalizantes

Anexo 5.7b – Questionário a Entidades Exteriores ao Sistema Educativo Santomense

Anexo 5.8 – Questionário a Responsáveis pelo acompanhamento de Professores

Anexo 5.9 - Triangulação de dados – Eixo R4

Anexo 5.10 – Atividades extracurriculares

6. Lista de informantes consultados em cada fase

Anexo 6.1 – Lista de Informantes em Portugal

Anexo 6.2 – Lista de Informantes em STP

7. Plano de trabalho de campo

Anexo 7 – Programa da missão a STP

8. Outros

Anexo 8.1 – Evolução do Ensino Secundário (ES), 2005/2006 a 2012/2013

Anexo 8.2 – População escolar do ES - 1º e 2º ciclo

Anexo 8.2 a – População escolar total – 1º e 2º ciclos, 2012/2013

Anexo 8.2 b – População escolar diurna – 1º e 2º ciclo, 2012/2013

- Anexo 8.2 c – População escolar noturna – 1º e 2º ciclo, 2012/2013
- Anexo 8.2 d – Evolução da população escolar CEG – 2º ciclo, 2001/2002 a 2012/2013
- Anexo 8.2 e – Evolução da população escolar CSG, 2005/2006 a 2012/2013
- Anexo 8.2 f – Evolução da população escolar CEP + CSPQ – 1º ciclo, 2007/2008 a 2012/2013
- Anexo 8.2 g – Alunos por sexo e turma, 1º ciclo, CEP, 2012/2013
- Anexo 8.2 h – Alunos por sexo e turma, 1º ciclo (regime diurno), CEG 2012/2013
- Anexo 8.2 i – Alunos por sexo e turma, 1º ciclo (regime noturno), CEG 2012/2013
- Anexo 8.2 j – Alunos por sexo e turma, 2º ciclo (regime diurno), CSEG 2012/2013
- Anexo 8.2 k – Alunos por sexo e turma, 2º ciclo (regime noturno), CSEG 2012/2013
- Anexo 8.2 l – Alunos por sexo e turma, (regime diurno), CSPQ 2012/2013
- Anexo 8.2 m – Alunos por sexo e turma, (regime noturno), CSPQ 2012/2013
- Anexo 8.2 n – Alunos por turma e escola, Príncipe, 1ºciclo, (regime diurno), 2012/2013
- Anexo 8.2 o – Alunos por turma e escola, Príncipe, 2º ciclo, 2012/2013
- Anexo 8.2 p – Cursos CSPQ – Estágios 2012/2013
- Anexo 8.3 – Instalações, equipamentos e meios pedagógicos / didáticos
 - Anexo 8.3 a – Instalações escolares
 - Anexo 8.3 b – Meios tecnológicos de apoio
 - Anexo 8.3 c – Mobiliário escolar específico
 - Anexo 8.3 d – Meios de apoio ao ensino
 - Anexo 8.3 e – Equipamentos vários para o ensino
 - Anexo 8.3 f – Material de apoio ao ensino (Liceu Nacional)
- Anexo 8.4 – Planos de estudos do ES
 - Anexo 8.4 a – Plano de estudos - 1º ciclo, anterior a 2010/2011
 - Anexo 8.4 b – Plano de estudos - 2º ciclo, área A, anterior a 2010/2011
 - Anexo 8.4 c – Plano de estudos - 2º ciclo, área B, anterior a 2010/2011
 - Anexo 8.4 d – Plano de estudos - 2º ciclo, área C, anterior a 2010/2011
 - Anexo 8.4 e – Plano de estudos- 1º ciclo, CEG e CEP
 - Anexo 8.4 f – Plano de estudos – 12ª classe, Via Ensino
 - Anexo 8.4 g – Plano de estudos - 2º ciclo, CEG
 - Anexo 8.4 h – Plano de estudos - PAES, 2º ciclo, CSPQ, Gestão e Administração
 - Anexo 8.4 i – Plano de estudos - PAES - 2º ciclo, CSPQ, Humanísticas/Turismo

- Anexo 8.4 j – Plano de estudos- PAES - 2º ciclo, CSPQ, Arte e Design
- Anexo 8.4 k – Plano de estudo - PAES - 2º ciclo, CSPQ, Tecnologias Industriais
- Anexo 8.4 l – Plano de estudos - PAES - 2º ciclo, CSPQ, Informática
- Anexo 8.4 m – Plano de estudos - 2º ciclo, CSPQ, Gestão e Administração
- Anexo 8.4 n – Plano de estudos - 2º ciclo, CSPQ, Humanísticas/Turismo
- Anexo 8.4 o – Plano de estudos - 2º ciclo, CSPQ, Arte e Design
- Anexo 8.4 p – Plano de estudos - 2º ciclo, CSPQ, Tecnologias Industriais
- Anexo 8.4 q – Plano de estudos - 2º ciclo, CSPQ, Informática
- Anexo 8.4 r – Plano de estudos- 2º ciclo, CSPQ, Produção Agrícola e Animal
- Anexo 8.4 s – Plano de estudos- 2º ciclo, CSPQ, Desporto
- Anexo 8.5a – Cooperação para o Desenvolvimento – Enquadramento
- Anexo 8.5b – Projeto Escola+ – Enquadramento
- Anexo 8.5c – Contributo para uma Futura Discussão
- Anexo 8.6 – Legislação / Documentação complementar
- Anexo 8.6a – STP – Decreto-Lei n.º 53/1988 de 30.12.88
- Anexo 8.6b – STP – Despacho Normativo n.º 25/GM/1988 de 14.09.88
- Anexo 8.6c – STP – Decreto-Lei n.º 40/2006 de 28.08.06
- Anexo 8.6d – STP – Planos de Estudos, 7ª a 11ª, 2009
- Anexo 8.6e – STP – Planos de Estudos, 1ª a 11ª, 2008

Anexo 9 – Análise da Execução Financeira

Anexo 10 – Ilustração Fotográfica

Anexo 11 – Comunicado de Imprensa

ACRÓNIMOS/ABREVIATURAS

- AAA – Agenda de Ação de Acra
- AfDB – African Development Bank
- APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento
- BAfD – Banco Africano de Desenvolvimento
- BM – Banco Mundial
- CAD – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
- CATAP – Centro de Aperfeiçoamento Tecnológico e Agrícola
- CCF – Cursos de Complemento de Formação
- CEG – Curso de Ensino Geral
- CEMRI – Centro das Migrações e das Relações Interculturais
- CEP – Cursos de Educação Profissional
- CFIE – Curso de Formação de Inspetores Escolares
- CFAGE – Curso de Formação em Administração e Gestão e Escolar
- CFGCSPP – Curso de Formação em Gestão Curricular e Supervisão Pedagógica
- CG – Curso Geral
- CICL – CAMÕES – Instituto da Cooperação e da Língua
- CNPE+ – Coordenação Nacional do Projeto Escola+
- CP – Cooperação Portuguesa
- CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- CSPQ – Cursos Secundários Profissionalmente Qualificantes
- DES – Direção do Ensino Secundário
- DGDIC – Direção Geral de Desenvolvimento e Inovação Educativa
- DL – Decreto-Lei
- DR – Diário d República
- ENRP – Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
- EP – Ensino Profissional

ES – Ensino Secundário

ESE – Escola Superior de Educação

ESECS – Escola Superior de Educação e Ciências Sociais

EVO – Educação Visual e Ofical

FCG – Fundação Calouste Gulbenkian

FP – Formação de Professores

GAAI – Gabinete de Avaliação e Auditoria

GAERI – Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Internacionais (do ME Português)

GAPE – Grupo de Acompanhamento do Projeto Escola+

IC – Instituto Camões

ICP – Instituto da Cooperação Portuguesa

IDF – Instituto Diocesano de Formação

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

IMVF – Instituto Marquês de Valle Flôr

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

IPL – Instituto Politécnico de Leiria

ISP – Instituto Superior Politécnico

LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo

M€ - Milhares de euros

ME – Ministério da Educação (de Portugal)

MEC – Ministério da Educação e Cultura (de STP)

MFCI – Ministério das Finanças e da Cooperação Internacional (de STP)

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros (de Portugal)

MQL – Monitoria do Quadro Lógico

MS – Ministério da Saúde

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

OECD – *Organisation for Economic Co-Operation and Development*

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONGD – Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento

ONU – Organização das Nações Unidas

PADRHU – Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Recursos Humanos

PAES – Programa de Apoio ao Ensino Secundário

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PAM – Programa Alimentar Mundial

PIB – Produto Interno Bruto

PIC – Programa Indicativo de Cooperação

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POI – Plano Operacional de Intervenção

PT – Portugal

RIA – Relatórios Intercalares de Atividades

RNB – Rendimento Nacional Bruto

SE – Sistema Educativo

SIDS – Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento

STP - São Tomé e Príncipe

TdR – Termos de Referência

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

UAb – Universidade Aberta

UNDP – *United Nations Development Programme*

UNESCO – *United Nations for Educational, Scientific and Cultural Organization*/ Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

USD – Dólares Norte-americanos

WB – *World Bank*

SUMÁRIO EXECUTIVO

Introdução

Este relatório tem como finalidade apresentar os resultados da avaliação do Projeto Escola+ Dinamização do Ensino Secundário em São Tomé e Príncipe, desenvolvido com o apoio da Cooperação Portuguesa em STP, entre março de 2009 e agosto de 2013.

A presente avaliação diz respeito ao setor da educação, especificamente ao ensino secundário, nos seguintes eixos de intervenção do Projeto: parque escolar melhorado e reforçado; competências técnicas dos professores melhoradas; capacidade de gestão e acompanhamento reforçada; sistema de ensino mais adaptado às necessidades do país e às interligações entre eles, uma vez que o Projeto foi avaliado no seu conjunto e como um todo.

Metodologia

A redação deste relatório foi baseada em trabalho de gabinete realizado em Portugal, em que procedemos a análise documental e entrevistámos dirigentes e técnicos do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (CICL), Instituto Marquês Valle Flôr (IMVF), membros do denominado GAPE+ (grupo constituído por técnicos portugueses especialistas em desenvolvimento curricular e em ensino profissional) e professores da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS) do Instituto Politécnico de Leiria (IPL) que lecionaram cursos de formação em STP. Este trabalho de gabinete deu origem à redação de um relatório preliminar, que foi discutido com participantes no Projeto Escola+.

Posteriormente realizou-se trabalho de campo em São Tomé e Príncipe, trabalho esse que incluiu a recolha de dados por vários métodos e técnicas e utilizando várias fontes de dados, seguida de uma análise, interpretação e triangulação dos mesmos.

Para a elaboração deste relatório sentimos algumas limitações relacionadas com a organização das fontes documentais que dificultou a sua consulta e análise; obstáculos em contactar alguns intervenientes no Projeto; o facto de não nos terem sido facultados os resultados da avaliação final dos alunos do Ensino Secundário e o tempo imitado para proceder à avaliação.

Conclusões com base em critérios

As conclusões que seguidamente apresentamos têm como base os critérios de avaliação que seguidamente apresentamos:

Relevância

Contribuíram positivamente para a relevância do Projeto Escola+ os seguintes aspetos:

- Intervenção de grande abrangência cobrindo os domínios principais do ES.
- Promoção do ensino da língua portuguesa através da dinamização do ES.
- Metodologia de intervenção, por parte da Cooperação Portuguesa, com um conjunto de iniciativas educativas, legislativas, administrativas, formativas e logísticas que permitiram dinamizar e atualizar o sistema educativo, concorrendo para a sua apropriação e sustentabilidade técnica.
- A reabilitação profunda das instalações do Liceu Nacional e algumas melhorias nas instalações de outras escolas do ES, apetrechamento com equipamentos pedagógicos e conjugação de meios e esforços formativos em parceria com entidades exteriores ao sistema educativo. Constrangimentos de ordem orçamental não permitiram, por exemplo, obras previstas em todas as escolas.
- A atualização pedagógica do ensino e o fortalecimento do ensino de cariz profissionalizante (promotor de empregabilidade) e a articulação entre este e o ensino secundário académico.
- A formação bem-sucedida dos professores do ES no âmbito dos cursos ministrados pela ESECS do IPL.
- Adaptação de um sistema formativo orientado para a satisfação das necessidades do país, que, englobando conhecimentos tecnológicos e competências operacionais, corresponde melhor às respostas que a sociedade requer.
- Um ambiente escolar em que dirigentes, docentes e alunos mostram uma boa relação interpessoal.
- As atividades previstas que corresponderam às necessidades dos professores que a elas aderiram, reconhecendo-lhes interesse e pertinência.

Eficácia

Contribuíram positivamente para a eficácia do Projeto Escola+ os seguintes aspetos:

- A reabilitação e apetrechamento do parque escolar que, embora incompletos, facilitou um maior sucesso na lecionação de atividades teóricas e práticas.
- Currículos atualizado, programas das disciplinas de um modo geral bem concebidos, embora alguns não estejam suficientemente adaptados à realidade de STP. Torna-se também necessária uma melhor articulação com o ensino básico.
- Textos de apoio produzidos para todas as disciplinas.
- Criação de legislação variada no quadro da revisão curricular, nomeadamente a que foi elaborada para melhorar a avaliação dos alunos e o acompanhamento dos professores, no sentido de se apropriarem das inovações introduzidas. No entanto, o elevado rácio professor-aluno torna problemática a aplicação dos princípios teóricos da avaliação.
- As ações do Projeto contribuíram eficazmente para o reforço das capacidades dos professores abrangidos pela formação ministrada.

Constrangimentos vários impediram a elaboração de um documento circunstanciado de caracterização do ensino secundário de STP, o qual teria contribuído para uma eficácia do Projeto. No entanto, foi elaborado e divulgado um Plano Operacional de Intervenção, validado pelo MEC, que constituiu o documento orientador do desenvolvimento do Projeto. Também *contribuíram negativamente para a eficácia do Projeto Escola+* constrangimentos orçamentais que impediram, por exemplo, que o ensino de cariz profissionalizante se disseminasse, como recomendável, já que só cerca de 1,6% dos alunos do ES o frequentaram em 2012-2013.

Eficiência

Só é possível uma avaliação da adequação dos recursos utilizados no Projeto, tendo em conta as condições locais e os resultados alcançados. Não foi possível avaliar se os recursos foram utilizados a menor custo, dado não possuímos informação sobre projetos semelhantes desenvolvidos recentemente em STP, que possam servir de referência. A perspetiva de análise foi de avaliar se os recursos disponíveis foram adequadamente utilizados para alcançar os resultados.

Quanto aos recursos humanos consideramo-los suficientes em número e qualidade. Ainda assim, houve áreas de intervenção que exigiriam recursos com formação mais especializada, como a elaboração dos programas e dos textos de apoio e a formação de professores.

No que respeita aos recursos materiais, foram alugadas instalações para a coordenação nacional e adquiridas as viaturas necessárias para as visitas às escolas e outras deslocações. Uma solução adequada foi encontrada para a instalação do KE MESE no Liceu Nacional.

Embora haja carências foi feito um esforço em dotar as escolas das instalações e materiais necessários ao funcionamento da parte administrativa, à lecionação das novas disciplinas previstas pela revisão curricular e à reprodução dos textos de apoio utilizando com eficiência as verbas disponibilizadas.

Em termos de recursos financeiros, o Projeto Escola+ foi totalmente financiado pelo IPAD. Em relação à disponibilização dos recursos financeiros, não nos foram referidos problemas de atrasos para a implementação das diferentes atividades. Algumas das opções tomadas em relação à utilização destes recursos são discutíveis, nomeadamente a concentração de verbas na reabilitação do Liceu Nacional em detrimento de outras escolas.

Na previsão dos custos houve outros aspetos que não foram considerados como, por exemplo, o crescimento demográfico com impacto no número de alunos a acederem ao ES e consequente acréscimo das necessidades em recursos humanos e materiais.

Por falta de recursos financeiros os manuais previstos inicialmente foram substituídos por textos de apoio, mas, ao que julgamos, foi uma medida eficiente.

Efeitos e Impacto

- Melhoria global das condições de funcionamento do ES.
 - Criação de um Centro de Recursos Educativos e Formação (KE MESE) que permitiu potenciar as atividades de formação e a participação dos professores no seu processo de formação.
 - Contributo para fomentar o ensino da língua portuguesa no sistema de ensino santomense, em particular ao nível do ES e em relação aos destinatários do Projeto.
 - Aumento da empregabilidade dos jovens através de uma formação mais orientada para a vida ativa profissional.
 - Intervenções no âmbito da formação de professores que reforçaram as suas competências.
- No entanto, não foi implementado um sistema de formação contínua, que contemplasse outras competências que não só as operacionais.

- Crescente autonomia das escolas que possibilita uma melhor adaptação às realidades e necessidades dos estabelecimentos de ensino, em consequência da aprovação e implementação de um novo modelo de gestão coordenada e descentralizada.
- Competências reforçadas ao nível da gestão escolar proporcionadas aos gestores e administradores em consequência da legislação produzida e da formação recebida.
- Formação proporcionada a futuros inspetores escolares, que foram dotados de instrumentos eficazes para a avaliação do sistema escolar e para a avaliação do desempenho docente. Mas, enquanto não for aprovado o *Estatuto da Inspeção do Ensino Secundário*, os inspetores não poderão entrar em exercício.

O efeito previsto da aprovação do Estatuto da Carreira Docente (não regulamentado) não se verificou, com todas as consequências para o ensino e para o desenvolvimento profissional dos professores que daí decorrem, nomeadamente na melhoria salarial, na progressão da carreira docente, não a tornando mais atrativa.

Potencialmente o Projeto Escola+ tem condições para ter um impacto importante em STP. No entanto, este impacto dependerá da continuidade do Projeto e da sua apropriação pelas estruturas oficiais do país.

Sustentabilidade

Desde a primeira hora os intervenientes no Projeto esforçaram-se para garantir a sustentabilidade do Projeto Escola+, particularmente: (i) ao terem em consideração a criação e reforço da capacidade das instituições locais de educação; (ii) ao respeitarem os procedimentos e dispositivos do sistema de educação santomense, dinamizando-o e procurando a apropriação do processo pelo MEC (iii) ao procurarem envolver os professores santomenses.

A sustentabilidade não foi inteiramente conseguida, pelo que se julga necessária uma 2ª fase do Projeto.

Visibilidade

A visibilidade dada pelo Projeto à Cooperação Portuguesa foi tida em conta e promovida de diferentes maneiras e em diferentes momentos do seu desenvolvimento.

Coordenação e complementaridade

Quer no desenho do Projeto, quer no Plano Operacional de Intervenção, refere-se: (i) o esforço de coordenação por parte do IMVF e a necessária articulação com o IPAD, Embaixada de Portugal e o MEC; (ii) a necessidade de o Projeto ser implementado em parceria com o MEC que deverá coordenar as diferentes atividades garantindo-se assim a sustentabilidade institucional das ações desenvolvidas; (iii) a articulação com outros níveis de ensino; (iv) a intenção de se integrar atividades com iniciativas de outros doadores.

Houve, no entanto, fatores endógenos e exógenos de diversa ordem relacionados com estes critérios, tais como o atraso da aprovação do Projeto, a definição das responsabilidades dos diversos intervenientes, a existência de poucos doadores e as mudanças no governo santomense, cuja conjugação afetou o cumprimento deste critério de avaliação e dos seguintes.

Coerência interna e externa das opções da política para o desenvolvimento da cooperação portuguesa neste sector/país

Sendo um projeto financiado pelo IPAD, estão refletidos na sua conceção os objetivos e compromissos de organizações internacionais, por exemplo, ONU, EU e OCDE, nomeadamente as que dizem respeito à apropriação, harmonização e racionalização da ajuda. Nesse sentido entendia-se, aliás que o Projeto vinha marcar uma mudança na abordagem da Cooperação Portuguesa no apoio ao setor da educação, considerado prioritário e estruturante pelos dois países. No entanto, constrangimentos de ordem interna e externa, que não foram suficientemente tomados em conta, vieram a ter impactos negativos no cumprimento deste critério.

Posicionamento e valor acrescentado da cooperação portuguesa neste sector/contexto específico

Contribuiu positivamente para o cumprimento deste critério o facto de o Escola+, indo ao encontro das prioridades definidas pelos dois países, se ter proposto desenvolver a sua ação

na melhoria da qualidade do ensino secundário, apostando na formação de cariz profissionalizante e fortalecendo e consolidando a língua portuguesa como instrumento de cooperação.

Dificuldades de diversa ordem não permitiram dar total satisfação à prioridade, igualmente definida pelos dois países, de melhorar os resultados através de maior coordenação e complementaridade e de canalizar a ajuda através de mecanismos bilaterais, multilaterais ou, se possível, bi-multilaterais, por exemplo na melhoria das condições do parque escolar e reabilitação das escolas.

Recomendações

As seguintes recomendações deverão ser tidas em consideração, quer pelas autoridades portuguesas, quer santomenses, na preparação, negociação e implementação de uma 2ª fase do Projeto Escola+, que, após uma avaliação rigorosa da experiência da aplicação e dos resultados obtidos, implicará uma apropriação progressiva por parte do MEC de STP, até hoje não completamente conseguida, o que permitirá uma sustentabilidade do Projeto a longo prazo.

À Cooperação Portuguesa

- Prosseguir a dinamização do ES e deste modo contribuir para fortalecer e consolidar a língua portuguesa como instrumento de cooperação, mediante o financiamento de uma segunda fase do Projeto, agora em avaliação.
- Definir com rigor os domínios a financiar por Portugal e aqueles que deverão ser financiados por outros doadores, dada a grande abrangência do Projeto Escola+.
- Manter o nível de apoio à dinamização do ensino secundário de S. Tomé e Príncipe dando prioridade à consolidação da revisão curricular e ao desenvolvimento das competências profissionais dos professores.
- Equacionar, neste âmbito, a possibilidade de selecionar, por concurso, uma instituição de ensino superior portuguesa que enquadre e apoie a intervenção dos professores cooperantes no sistema educativo santomense.
- Prosseguir no apoio de melhoria das condições de habitabilidade e preservação das instalações e equipamentos do KE MESE e atualização do seu acervo documental.

- Prosseguir no apoio institucional ao ISP de STP no que se refere ao completamento de formação de docentes bacharéis do ES nas áreas carenciadas deste subsistema.
- Reforçar o processo de gestão descentralizada e a autonomia das escolas, promovendo a formação dos membros das direções sem formação específica e a formação de pessoal administrativo em domínios prioritários, nomeadamente legislação, informática, contabilidade, e do pessoal auxiliar para que este último possa colaborar efetivamente no apoio aos alunos e na manutenção das escolas.
- Prosseguir no apoio à expansão do ensino profissionalizante (profissional e profissionalmente qualificante) disseminando-o por outras escolas e diversificando os cursos de acordo com as necessidades nacionais e locais e promovendo deste modo a empregabilidade dos alunos que terminam o ES e o desenvolvimento da economia de STP.
- Reforçar a liderança do CICL enquanto organismo coordenador da Cooperação Portuguesa, promovendo a necessária articulação entre as instituições portuguesas que desenvolvem atividades em outros níveis de ensino, a formação de quadros técnicos do MEC de STP, etc.
- Colaborar com as autoridades santomenses na articulação das ações da cooperação portuguesa com as de outros doadores no setor da educação e outros,
- Incluir a Gestão de Risco, na conceção de uma eventual 2ª. Fase do Projeto Escola+ e nas intervenções do Projeto, como forma de aumentar a qualidade da ajuda.
- Realizar um acompanhamento mais estreito e eficaz do contributo da Cooperação Portuguesa para os ODM em STP, nomeadamente nos objetivos que dizem especificamente respeito à educação.
- Ter sempre em atenção, no setor da educação, a necessidade de adaptar as intervenções às especificidades do país, incluindo a situação linguística.

Às Autoridades Santomenses:

- Promover um maior envolvimento e articulação dos diferentes agentes da Cooperação Portuguesa, quer na programação quer na implementação, para potenciar a apropriação e a sustentabilidade dos projetos.

- Pôr em prática a nova Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP) de modo a permitir aos doadores internacionais a definição das suas estratégias de cooperação, nomeadamente do setor da educação e igualdade do género.
- Promover a igualdade de género no que diz respeito à gestão e administração das escolas.

Ao Ministério da Educação de STP

- Ter um maior envolvimento na aprovação, publicação e regulamentação atempada da legislação necessária ao setor, condição *sine qua non* para a eficácia dos projetos. Neste âmbito reforça-se a importância que deve ser dada ao Estatuto da Carreira Docente, à Formação Contínua dos professores, ao Estatuto da Inspeção do Ensino Secundário e ao Regime de Organização e Funcionamentos dos Serviços Administrativos das Escolas.
- Promover a colaboração institucional das estruturas e técnicos do MEC de STP, em particular do setor de metodologia, na articulação com o ensino básico e nas atividades que se referem à dinâmica de implementação da reforma educativa e de apoio às escolas e aos professores.
- Promover uma maior articulação entre todos os níveis de ensino de modo a potenciar a intervenção dos diferentes doadores.
- Analisar e redimensionar a rede escolar, de forma dinâmica, em função das realidades e necessidades atuais e futuras, tendo em conta as perspetivas demográficas e do desenvolvimento regional.
- Criar condições para que o rácio professor-aluno atinja um valor máximo de 40 alunos por turma.
- Promover a expansão do ensino profissionalizante (profissional e profissionalmente qualificante) disseminando-o por outras escolas e diversificando os cursos de acordo com as necessidades nacionais e locais e promovendo deste modo a empregabilidade dos alunos que terminam o ES e o desenvolvimento da economia de STP. Torna-se para tal necessário a aprovação de legislação adequada.
- Proporcionar materiais pedagógico-didáticos de qualidade adequados às condições das escolas e à realidade de STP, o que poderá constituir a melhor das soluções para ajudar a ter um ensino de qualidade.

- Promover a atualização progressiva dos programas e textos de apoio tirando partido de dados decorrentes da sua utilização ao longo do Projeto.
- Conceder autonomia financeira adequada à realidade das escolas por forma a poderem rapidamente suprir necessidades urgentes relativas ao funcionamento dos equipamentos e à aquisição de consumíveis.
- Envidar esforços no sentido de recrutar pessoal auxiliar para o apoio à escola, que cumulativamente possua competências para a manutenção corrente das instalações.
- Estimular o interesse dos alunos e das famílias na preservação, conservação e até na manutenção das escolas secundárias.
- Aproveitar os novos centros de formação profissional, sem prejuízo da sua função primordial, para estabelecer plataformas de formação avançada destinadas a alunos das escolas secundárias.

À Cooperação Portuguesa e às Autoridades Santomenses:

- Promover a harmonização e articulação entre diversos setores, nomeadamente nos da saúde, da educação e do trabalho.
- Ter em consideração as Decisões da VII Reunião de Ministros da Educação da CPLP, em que se reafirma a importância do desenvolvimento das competências técnicas e profissionais, por via do Ensino Técnico Profissional¹.
- Continuar a promover o reforço e melhoramento do parque escolar: construindo novas escolas, fornecendo-lhes água e melhorando as instalações sanitárias de todas as escolas, assim como as áreas de estudo e de convívio e os acessos e transportes para as mesmas. Para tal, a Cooperação Portuguesa deverá colaborar com o MEC de STP no sentido de se encontrar financiamento de várias origens.
- Elaborar um documento pormenorizado de caracterização do ES de STP que considere, atualizando, alguns dos dados fornecidos pela avaliação do Projeto Escola + e outros complementares e identificadores da realidade do país.

¹ Decisões da VII Reunião de Ministros da Educação da CPLP-Luanda, 30 de Março de 2012

- Elaborar um Plano Operacional de Intervenção para os próximos 4 anos para assegurar a continuidade do trabalho desenvolvido e sustentabilidade das inovações introduzidas no ES.
- Promover, no prazo de 2 anos, uma avaliação do novo currículo e dos textos de apoio mediante um inquérito feito a gestores, professores dos vários níveis de ensino, alunos, encarregados de educação e empregadores.
- Promover uma melhor articulação entre uma eventual 2ª fase do Projeto e as estruturas do MEC de STP, de forma que no final dos próximos 4 anos tenha sido conseguida uma apropriação de todo o trabalho realizado pelas autoridades santomenses que deverão assegurar a sua continuidade.

Executive Summary

This Report aims at presenting the results of the external evaluation of Project Education for All (Escola+), developed in São Tomé and Príncipe (STP) with the support of the Portuguese Co-operation, between March 2009 and August 2013.

The afore mentioned evaluation concerns the Education sector-secondary education level, focusing 4 key axes: schools network improved and strengthened; teachers' technical skills improved; improvement of school management; education system adapted to the country's needs; and the interconnections between them, since the Project was evaluated on the whole and as a whole.

Methodology

The Preliminary Report was prepared in 2 stages:

-In Portugal, through: (i) analysis of the documentation supplied by IMVF and of other documents relevant to the purpose of this process; (ii) interviews with stakeholders, namely from Camões - Instituto da Cooperação e da Língua (CICL), Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) and members of the so called GAPE+ (Group of Portuguese experts in curriculum development and technical/professional education); (iii) teachers of The Higher School of Education and Social Sciences(ESECS) – Leiria Polytechnic Institute (IPL), responsible for different training courses in STP.

The Preliminary Report was then presented and discussed with the stakeholders.

-In STP, through data collection, using different tools, from different sources, which were later analysed, interpreted and triangulated.

We consider as main constraints the following: (i) poor organization of the documentation supplied, which hindered its consultation and analysis; (ii) difficulty in contacting some of the persons of interest involved in the Project; (iii) the fact that the pupils' assessment from the school year 2012-2013 couldn't be supplied in time; (iv) the short time frame for this evaluation.

Conclusions according to the evaluation criteria

Relevance

As a positive contribution to this criterion, we can highlight the following aspects:

- Wide scope of the intervention, focusing the key axes of the secondary education already mentioned.
- Improvement of the teaching of the Portuguese language, through the reinforcement of the level of secondary education.
- Methodology of intervention adopted by the Portuguese co-operation, therefore contributing with a body of educational, legislative, administrative, training and logistic initiatives, thus ensuring ownership and the sustainability of the education system.
- Broad rehabilitation of Liceu Nacional's facilities and some repair works in other secondary schools' facilities, provision of pedagogical equipment and coordination of means and training resources, in partnership with bodies and organizations outside the education system. Financial constraints impeded repair works on the whole of secondary schools, as foreseen.
- The pedagogic modernization of teaching methods and the strengthening of the technical/professional education (promoting employability) and its articulation with a more academic path of secondary education.
- The successful training of secondary education teachers (courses taught by teachers of ESECS of IPL).
- Training system adapted to the country's needs, integrating technological knowledge and operational competences, satisfying society's requirements/expectations.
- School environment fostering a good interpersonal relationship among administration staff, teachers and pupils.
- Activities that came up to the needs of the teachers, who adhered to them, being perceived as interesting and relevant.

Effectiveness

The following aspects gave a positive contribution to this criterion:

- The rehabilitation of the school network and the provision of equipment, although incomplete, give way to a better teaching practice of the theoretical and practical subjects.
- Updated curricula and programmes well designed. However, it is necessary to promote a closer articulation with primary education.
- Adaptation of textbooks for pupils.
- Creation of legislation, in the frame of the curricular reform, namely the one aiming to improve the pupils' assessment and support for teachers, thereby ensuring appropriation of the innovations introduced in the system. However, the still high rate teacher/pupil puts at risk the application of the theoretic principles of the evaluation system.
- The activities organized by the Project contributed to the reinforcement of the capacities of the teachers, that participated in the training courses. Various constraints hindered the preparation of a detailed document with the characterization of the secondary education level in STP. However, it was prepared and made public the Intervention Operational Plan, guiding document of the development of the Project, which was validated by the MEC. Financial constraints prevented also the expansion of the technical/professional education, as advisable, whereas only 1,6% of the pupils of the secondary education attended this path in the school year 2012/2013.

Efficiency

It was not possible to assess if the resources were used at the lowest cost, because we don't have information about similar projects developed recently in STP that may be used as reference. So, we opted to evaluate if the available resources were used adequately, having impact in the outcomes.

In what regards the human resources, we consider that they were sufficient in number and quality. Nevertheless, there were areas that required resources with more specialized training, such as the development of programmes, adaptation of textbooks for pupils and teacher training.

As to material resources, the office for the Project's National Coordination was rented and the vehicles necessary to visit schools were bought. However, the costs could have been minimized if the National Coordination could have made use of a public building.

Though there were some omissions, it was made an effort to provide schools with facilities and consumable materials for:(i) the administrative area,(ii) the teaching of new subjects introduced by the curriculum reform;(iii) the printing of the adapted textbooks, utilizing with efficiency the budget at disposal.

As to the financial resources, the Project was totally financed by IPAD and apparently there were no delays that could have affected the development of the various activities.

Some of the options are debatable, however, namely in what concerns the concentration of funds in the rehabilitation of Liceu Nacional, to the detriment of other schools.

In the costs proposal some factors that were not taken into consideration, e.g. the demographic growth with impact in the number of pupils having access to secondary education and, consequently, increased the necessity for human and material resources.

For lack of financial resources, the textbooks for pupils were substituted by booklets, prepared and printed in the different schools, that we consider to have been an efficient option.

Effects and impact

- Global improvement of the conditions for the development of secondary education.
- Setting-up of a Resource and Training Center (KE MESE), reinforcing the training activities and the participation of teachers in its own training process.
- Contribution to the strengthening of the Portuguese language in the education system of STP, in particular in the secondary education level and with respect to the beneficiaries of the Project.
- Improvement of the employability of young people, through education more oriented to the active professional life.

- Interventions in the frame of teacher training that reinforced their skills. However, it was not implemented, as planned, a continuous teacher training system, with regard to other skills, besides the operational ones.
- Increased autonomy of schools, fostering a better adaption to their realities and needs, as a result of the approval and implementation of a new model of decentralized school management.
- Reinforcement of the school managers' competences and skills in management, as a result of the legislation created and training.
- Training courses for secondary education inspectors, providing effective instruments for the evaluation of the education system and the evaluation of teachers' performance. However and until the approval of the Secondary Education Inspectorate Ruling, the future inspectors can't take office. The non-regulation of the Continuous Teacher Training Rules had also a negative impact in the teachers' professional development, namely in what regards salary rise and progression in the career and in the objective of attracting new teachers.
- Potentially, Education for All has the conditions to have an important impact in STP. However, this impact depends upon the project continuity and its ownership by the official structures of the country.

Sustainability

From early on, the stakeholders endeavoured to guarantee the sustainability of the Project, in particular: (i) taking in account the creation and reinforcement of the capacity of local institutions; (ii) complying with the procedures and regulations of the STP education system, striving for its development and looking for the ownership of the process by STP and (iii) the involvement of the teachers of STP. The sustainability has not been entirely achieved yet and thus we recognize the need for a 2nd phase of the Project.

Visibility

Visibility was taken into consideration and promoted by different ways and in different moments of the Project's implementation.

Coordination and complementarity

Both in the Project's design and in the Intervention Operational Plan is mentioned: (i) the coordination effort on part of IMVF and the necessary coordination with IPAD, the Embassy of Portugal and the MEC; (ii) the need to implement the Project, in partnership with MEC, that has to coordinate the different activities, thus guaranteeing its institutional sustainability; (iii) the articulation with other education levels; (iv) the intention of integrating other donors' activities.

However, endogenous and exogenous factors related to these criteria, e.g. delay in the Project approval, a clear definition of the responsibilities of the different stakeholders, influenced, in a negative way, the present and the following criteria.

Internal and external coherence of the policy of the Portuguese Co-operation in this country/sector

Being funded by IPAD, in the conception of the project are reflected and taken into consideration, objectives and commitments set by international organizations, e.g. UN, EU, OCDE, namely ownership, harmonization, rationalization of aid.

Thus, it was envisaged that the Project could imprint a change in the approach of the Portuguese Co-operation in supporting this sector and the level of secondary education, considered a priority and structural by the two countries. However, some of the several constraints already mentioned, ended up having a negative impact in this criterion.

Added value of the Portuguese Co-operation in the sector/specific context

It was a positive contribution to this criterion, that the Project, having in view the priorities set by both countries, strived to develop the intervention with a view to improve secondary education, staking on technical/professional education and strengthening and consolidating the Portuguese language as an instrument of cooperation.

However, financial constraints had a less positive impact in the priority of improving results through a greater coordination and complementarity and of channeling aid through bilateral and, if possible, bi-multilateral, e.g. to improve the conditions of the school network and the rehabilitation of schools.

Recommendations

The following recommendations should be taken into account, by both the PT authorities and the STP authorities, in the preparation, negotiation and implementation of a 2nd phase of the Project Education for All. This phase, after being duly evaluated, should draw forth the ownership by MEC, which has not been achieved yet, thus ensuring the sustainability of the Project.

To the Portuguese Co-operation

- The PT authorities should pursue the support to secondary education, thereby contributing to strengthen and to consolidate the Portuguese language, as an instrument of cooperation, through the financing of a second phase of the project, which is now being evaluated.
- Due to the wide scope of the Project Education for All, we recommend a rigorous definition of the sectors that will be financed by Portugal and of those that will be financed by other donors.
- The PT authorities should maintain the level of support to the improvement of secondary education in STP, giving priority to the consolidation of the curriculum reform and to the development of teachers' professional capacities.
- In this context, the PT authorities should consider the possibility of selecting, by tender, a Portuguese Higher School of Education, to devise and assist the intervention of the Portuguese teachers in the education system of STP.
- The PT authorities should maintain the support to the improvement of the conditions of maintenance of the facilities and equipment of KE MESE and to the updating of its library.
- The PT authorities should maintain the institutional support to the ISP of STP, in what concerns the post-graduation of teachers with undergraduate degree in the areas where there is shortage of qualified teachers.
- The PT authorities should reinforce the process of decentralized management and of school autonomy, promoting the training of school managers without specific training and the training of administrative staff in priority areas, namely legislation, the use of information and communication technologies, accountancy and of the auxiliary staff

training (e.g. competences in pupils' supervision and school maintenance).

- The PT authorities should maintain the support to the expansion of the technical/professional education and its dissemination to other schools, diversifying the courses according to the national and local needs, thus promoting the employability of the pupils, on completion of secondary education and the development of the economy of STP.
- The PT authorities should strengthen the CICL leadership, as the coordinating central body of the Portuguese Co-operation, promoting the desirable articulation between the Portuguese institutions that develop activities in other education levels, the training of MEC's technicians, etc.
- The PT authorities should cooperate with the STP authorities in the articulation of the Portuguese Co-operation interventions with donors in the education sector and others.
- The PT authorities should include the Risk analysis in the design of the 2nd phase of Education for All and in the interventions of the Project, as a way to increase the quality of the aid.
- The PT authorities should implement a closer and more effective monitoring of the contribution of the Portuguese Co-operation to the DMG in STP, namely those with impact in education.
- The PT authorities should take always into account, in the Education sector, the need to adapt the interventions to the country's realities and needs.

Recommendations to the STP Authorities

- The STP authorities should promote a closer involvement and articulation of the different interventions of the Portuguese Co-operation, either in programming or in implementing phases of the projects, thus enhancing the ownership and their sustainability.
- The STP authorities should implement the new National Strategy for Poverty Reduction, thereby allowing international donors to outline their cooperation strategies, e.g. in the education sector and in gender equality.
- The STP authorities should promote the gender equality in what concerns the school

administration and management.

Recommendations to the Ministry of Education of STP

The MEC should:

- Be more involved in the approval, publication and regulation of the necessary legislation to the sector, condition *sine qua non* to the effectiveness of Projects. In this regard, we reinforce the importance of the following legislation: Teaching Career Rules, Continuous Teacher Training Rules, Secondary Education Inspectorate and the Ruling of the Organization and Administration of Schools.
- Promote the institutional collaboration of the structures and technicians of the MEC, in particular the Sector of Methodology, in articulation with the level of basic education and in the activities relevant to the implementation of the education reform and to the support to teachers and schools.
- Promote a closer articulation between all the education levels, allowing for synergies between the different donors.
- Analyse and reorganize the school network, in a dynamic way, according to the realities and the present and future needs, taking into account the demographic perspectives and the regional development.
- Create the conditions so that the teacher/pupil ratio doesn't exceed the maximum of 40 pupils per class.
- Promote the expansion of the technical/professional education and its dissemination to other schools, diversifying the courses according to the national and regional needs, thus promoting the employability of the pupils on completion of secondary education and the development of the economy of STP. To this end it's necessary to prepare and approve the suitable legislation.
- Supply pedagogic and didactic resources, adapted to the school conditions and the realities of STP, as an instrument to improve the quality of education.
- Promote the progressive up-dating of the programmes and support texts for the pupils, with recourse to the data gathered along the project.
- Bestow financial autonomy appropriate to the real situation of each school, to make for urgent needs, e.g. equipment maintenance and the purchase of consumable

materials and products.

- Endeavour to recruit school supporting staff with skills in pupils' supervision and facilities maintenance.
- Encourage pupils and their families to take interest and to engage in the maintenance and preservation of secondary schools facilities.
- Take advantage of the new Vocational Training Centers, without detriment of their original role, to set up platforms for advanced training for secondary school pupils.

Recommendations to the Portuguese Co-operation and to the Authorities of STP

These authorities should:

- Promote the harmonization and articulation between different sectors, e.g. Education, Health and Labour.
- Take into account the Decisions approved/adopted in the VII Meeting of the CPLP Ministers of Education, namely those highlighting the importance of the development of technical and professional competences, *via* the Technical Professional Education.
- Maintain the level of support to the strengthening and renovation of the school network: construction of new schools, supplying water and improving the sanitary facilities in all schools as well as the study and social areas, the access and means of transportation to schools. For that purpose, the Portuguese Co-operation should cooperate with the MEC, in finding ways of channeling funds from different donors.
- Prepare a detailed document with the characterization of the secondary education level, updating some of the data gathered by the evaluation of the Project Education for All and other complementary and representative of the country's reality.
- Prepare an Intervention Operational Plan for the next four years to guarantee the continuity of the work developed and the sustainability of the innovations introduced in the secondary education.
- Promote, in the course of two years, the evaluation of the new curriculum and of the adapted textbooks for pupils, by means of a questionnaire addressed to managers, teachers of different education levels, pupils and parents.
- Promote a closer articulation between a possible 2nd phase of the Project and the structures of MEC, so that, in the course of four years, ownership of the work

developed until then will have been achieved and the STP authorities will be able to guarantee its continuity.

I – Introdução e Enquadramento

1. Objeto, finalidade e âmbito da avaliação

O objeto da avaliação é o Projeto “Escola+ Projeto de Dinamização do Ensino Secundário em São Tomé e Príncipe”. O Projeto teve início no ano letivo de 2009-2010, dedicado à preparação, e com termo previsto para o ano letivo de 2012-2013.

A finalidade da avaliação, no quadro dos Termos de Referência (TdR), é identificar os resultados e apresentar as conclusões com base em critérios de avaliação, relevância, eficácia, eficiência, efeitos e impacto, sustentabilidade e visibilidade, do Projeto Escola+ na dinamização do ES em STP, assim como ajuizar acerca da coordenação e complementaridade, coerência interna e externa, posicionamento e valor da Cooperação Portuguesa em STP (Anexo 1). Estas conclusões traduzem-se depois em recomendações, tendo em vista uma possível continuação do Projeto e pretendem contribuir para melhorar ações que se revelaram menos eficazes.

Os detentores de interesse do Projeto foram envolvidos em todas as fases do processo de avaliação, tendo a sua contribuição sido fundamental.

As recomendações em relação às ações que devem ser empreendidas, de modo a garantir a sustentabilidade do Projeto, pressupõem uma apropriação pelos detentores de interesse santomenses.

A avaliação centrou-se no período de 4 anos letivos em que decorreu o Projeto, não tendo, no entanto, sido considerados os resultados obtidos pelos alunos no último ano letivo de 2012-2013, devido ao limite temporário de apresentação dos resultados da avaliação, embora se tenha conseguido interpretar a situação relativa aos estágios.

O âmbito da avaliação incidiu sobre os seguintes domínios: caracterização/diagnóstico do ensino secundário (antes e depois do Projeto); plano operacional de intervenção; parque escolar e reabilitação das escolas; equipamentos e apoio documental (centro de recursos e formação); formação/capacitação dos agentes de educação; capacitação da gestão e do acompanhamento do sistema educativo; currículos, manuais escolares e cursos profissionalizantes.

2. Limitações do processo de avaliação

As limitações sentidas durante o processo de avaliação podem ser imputadas a diferentes fatores.

Referiremos, em primeiro lugar, as questões documentais. O facto de parte dos documentos fornecidos não estarem devidamente datados e assinados e apresentarem alguma informação repetida dificultou a leitura inicial e consequente apropriação factual de um projeto que se revelava de grande abrangência e complexidade. O volume e variedade dos documentos para consulta exigiam mais cuidado e organização na sua apresentação. O tempo gasto na sua consulta, apropriação e discussão na equipa criou dificuldades várias na elaboração dos instrumentos, não permitindo que estes fossem validados em tempo útil, de modo a garantir uma melhor adequação aos destinatários e a otimização na sua aplicação.

Em segundo lugar e já em Portugal e posteriormente em São Tomé e Príncipe, a equipa de avaliação foi alertada pela equipa de coordenação local em relação à dificuldade em contactar com alguns dos inquiridos, em particular alunos, professores e encarregados de educação. Apesar disso consideramos que foi possível aplicar todos os instrumentos como previsto, fazendo pequenos ajustes em relação à disponibilidade dos alunos que estavam nas escolas, às horas que a nossa agenda determinava, recolhendo informação suficiente para cumprir os objetivos propostos.

Não conseguimos, no entanto, obter dados atualizados referentes às habilitações dos professores, o que impossibilita uma avaliação rigorosa das necessidades em termos de formação inicial dos professores do ES.

Quanto aos encarregados de educação, as nossas baixas expectativas foram confirmadas pela realidade. Apareceram em número reduzido.

Em terceiro lugar sentimos igualmente como limitação o facto de não possuímos os resultados da avaliação final dos alunos do Ensino Secundário do último ano letivo. Como não foi possível serem disponibilizados em tempo útil, não foi igualmente viável tratá-los dentro do prazo de entrega deste relatório.

Uma última limitação foi a dimensão temporal do processo de avaliação. A necessidade de se proceder a uma recolha mais diversificada e vasta de dados, seu tratamento, análise,

interpretação e triangulação, fundamental para se poder traduzir a realidade da implementação do Projeto, implicou uma tarefa demasiado exigente para ser realizada no tempo acordado para a execução do processo de avaliação.

3. Contexto político, social, económico e institucional da intervenção

O arquipélago de São Tomé e Príncipe, situado a cerca de 300 km da costa ocidental de África, no Golfo da Guiné, é formado por duas ilhas, São Tomé e Príncipe e ainda por alguns ilhéus. O país tem 1 001 km² e está dividido em seis distritos, Água Grande, Mé-Zochi, Cantagalo, Caué, Lobata e Lembá, na ilha de S. Tomé e a Região Autónoma do Príncipe.

Na proposta apresentada pelo IMVF ao então IPAD, para financiamento do Projeto designado “Educação para Todos - Projeto de Dinamização do Ensino Secundário em São Tomé e Príncipe”, está justificada a ajuda a dar a STP, por ser então um país classificado na lista de recetores do CAD/OCDE como país menos avançado, um dos países mais pobres do mundo, com um PIB *per capita* bastante reduzido (764 dólares US, em 2006²). No entanto, STP surgia classificado em termos de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no grupo de países de desenvolvimento humano médio, na 123ª posição, numa lista de 177 países, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008 do PNUD. Tal posição devia-se a indicadores favoráveis, tendo em conta outros países da África subsaariana, como a esperança média de vida à nascença (65 anos) e a taxa de alfabetização adulta (84,9%).

A população era, em 2006, de cerca de 155 126 habitantes, dos quais 54% viviam abaixo do limiar de pobreza e 15% em pobreza absoluta.

Na proposta do IMVF é ainda referido que STP se debatia com vários constrangimentos ao seu desenvolvimento, entre os quais se destacavam os desafios caraterísticos dos pequenos arquipélagos – como a pequena dimensão do território e do mercado interno, a descontinuidade geográfica, a insularidade, a distância face aos mercados mais próximos, a fragilidade face às alterações climáticas, recursos pouco diversificados, a vulnerabilidade aos choques externos e o acesso limitado aos capitais externos. No que diz respeito à economia, tradicionalmente dependente da exportação de cacau, tinha-se vindo a verificar um aumento

² Dados da publicação “São Tomé em Números 2006”, Instituto Nacional de Estatística, citado na referida proposta do IMVF

do peso do turismo no PIB. O crescimento era baseado sobretudo no setor terciário, que representava 68% do PIB e 52% dos postos de trabalho, enquanto o setor agrícola contribuía para cerca de 17% do PIB e 30% dos empregos e o setor secundário para 15% do PIB. Além destas condicionantes naturais e estruturais, verificavam-se constrangimentos em termos institucionais e sociais, devidos sobretudo à fraca qualificação dos recursos humanos.”³

No documento publicado pelo Ministério do Planeamento e Finanças de STP intitulado *Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza - São Tomé e Príncipe*⁴ e no que respeita às condições básicas de vida (acesso à educação, saúde, água potável, saneamento do meio e habitação), é referido que “11,8% da população nunca tinha frequentado uma escola e que o analfabetismo aumentava com o grau de pobreza; com efeito, ele atingia 9,6% da população não pobre em comparação com os 12,9% dos pobres e 15,9% dos extremamente pobres”. Com relação aos cuidados de saúde, o estudo observou que a atenção com a saúde varia com o nível de rendimentos (ENRP, 2005, p.3).

No mesmo documento, no respeitante à água canalizada é referido que a situação a nível nacional era bastante grave, pois apenas 19,6% da população total tinha acesso a água canalizada e o saneamento apresentava uma situação verdadeiramente catastrófica, pois apenas 16% das famílias santomenses dispunham de uma fossa séptica ou estava ligada a uma rede de esgotos pública. Um número elevado de pessoas, 69% da população, satisfazia as suas necessidades fisiológicas ao ar livre.

No mesmo documento é ainda referido que, no domínio da educação, as instalações escolares continuavam a registar uma ocupação muito intensa, que se verificava a incapacidade do Estado em garantir a recuperação dos edifícios e a extensão do parque escolar face à crescente procura. É também afirmado que os professores, em quase todos os níveis de ensino, tinham uma formação científica bastante baixa e praticamente não tinham qualquer formação pedagógica. A dispersão geográfica, a má acessibilidade, a quase inexistência de transportes coletivos e as distâncias, algumas vezes consideráveis, que as crianças tinham de

³ Educação para Todos. Projeto de Dinamização do Ensino Secundário e São Tomé e Príncipe, s/d, p. 7

⁴ República Democrática de São Tomé e Príncipe, Ministério do Planeamento e Finanças, Secretariado Permanente de Coordenação, *Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza*, São Tomé e Príncipe, Resumo, agosto de 2005. Os dados apresentados no documento têm como base um estudo sobre o *Perfil da Pobreza em São Tomé e Príncipe* (novembro 2000 a fevereiro de 2001).

percorrer, condicionavam o acesso à educação, a frequência das aulas e estavam na base de uma alta proporção de abandono escolar. Era esta, portanto, a situação do país à data da Proposta do IMVF.

Atualmente STP continua a ser um dos países mais pobres do mundo, classificado na lista de recetores do CAD/OCDE como país menos avançado e considerado internacionalmente um Estado Frágil⁵. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2013 do PNUD, STP surge classificado em 2012 no grupo de países de desenvolvimento humano baixo, na 144ª posição numa lista de 187 países. Vejamos um quadro de alguns dos principais componentes deste índice.

Quadro 1 – Índice de Desenvolvimento Humano⁶

Mundo/ Países	IDH	Esperança média de vida (anos)	Mortalidade Infantil (abaixo dos 5 anos de idade)	Média de anos de escolaridade	Número de anos esperado de escolaridade	RNB <i>per capita</i> (dólares US)
Mundo (média)	0.694	70.1	55/1000	7.5	11.6	10 184
África Subsaariana	0.475	54.9	120/1000	4.7	9.3	2 010
São Tomé e Príncipe	0.525	64.9	80/1000	4.7	10.8	1 864

Fonte: Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) – Relatório de Desenvolvimento Humano, 2013

Como se pode observar no Quadro 1, a situação de STP em relação a componentes do IDH é melhor, ou mesmo bastante melhor, do que a média da África Subsaariana, nomeadamente no que diz respeito à saúde das crianças.

⁵ CAD/OCDE – *Liste des bénéficiaires de APD établie par le CAD. Effective pour la notification des apports de 2012 et 2013* http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2013_EN_complete.pdf,

⁶ *United Nations Development Program – UNDP (2013), Human Development Report 2013* (acedido em 1 de Julho de 2013)

A economia de STP continua a ser débil (*vide* o baixo RNB) e o país exporta produtos agrícolas (cacau, copra, café, banana e óleo-de-palma), mas a maior parte das importações é constituída por produtos manufaturados (cerca de 45%) e bens alimentares (30%).

Tem-se vindo a desenvolver o turismo e a pesquisa de jazidas de petróleo nas águas de STP, o que deverá abrir novas perspetivas para o futuro do país. Atualmente o país precisa da ajuda de organismos das Nações Unidas (NU) e da cooperação de diversos países, nomeadamente de Portugal, para assegurar as necessidades básicas da população e promover o desenvolvimento.

No entanto, no documento intitulado *Segunda Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, 2012-2016*⁷ é referido que a estratégia anterior não teve resultados satisfatórios e que esta *Segunda Estratégia* deve constituir para os diferentes atores políticos as linhas mestras orientadoras da ação governativa para o período 2012-2016” (ENRP, 2012, p.2).

São definidos eixos estratégicos de intervenção, nomeadamente: “Reforma das instituições públicas e reforço da política de boa governação; Promoção de um crescimento económico sustentável e integrado; Desenvolvimento do capital humano e dos serviços sociais básicos; Reforço da coesão e proteção sociais” (idem, pp.2-3).

No que diz respeito à Educação é dito que esta é uma “área-chave que São Tomé e Príncipe tem de melhorar para que possa desenvolver uma economia mais inovadora e apoiada no conhecimento. Desde a independência, e sobretudo nos últimos anos, têm sido feitos esforços para uma melhoria em termos quantitativos. As taxas de matrícula e de conclusão da educação primária cresceram mais rapidamente do que se previa originalmente. No entanto, a qualidade da educação primária continua a ser preocupante e tem prejudicado os esforços para fazer crescer a frequência na educação secundária e prosseguir nos níveis mais elevados. Esse facto constitui um obstáculo ao desenvolvimento, pois serão exigidos trabalhadores qualificados, num número de áreas cada vez maior, particularmente no sector dos serviços, como os financeiros e de turismo.

⁷ In http://www.min/-finanacas.st/pdf/enrp_2012_2016_final.pdf *Segunda Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, 2012-2016*

A baixa qualidade do ensino tem a ver com fatores como a insuficiente formação e qualificação profissional do pessoal docente, a ausência de carreira profissional e baixo nível motivacional e salarial, o tempo limitado de estudo, a falta de manuais, laboratórios e demais materiais de aprendizagem, associado a um sistema de turnos triplos e a sobrelotação das turmas” (idem, p.48).

Apesar de estar institucionalizado na Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) o ensino secundário até à 12ª classe, ainda não foi implementado este nível de ensino de forma generalizada no sistema público.

O Projeto Escola+ procurou responder a carências do Ensino Secundário, promovendo a sua dinamização e melhoria, como veremos seguidamente.

Sob o ponto de vista político S. Tomé e Príncipe é uma república semipresidencialista, democrática, representativa, com um sistema multipartidário. As condições económicas e o facto de existir um antagonismo permanente entre opositores políticos conduzem a que possam ocorrer no futuro crises políticas semelhantes à que se verificou em 2012, o que muito afeta o desenvolvimento económico e social do país, com particular destaque para o desenvolvimento e sustentabilidade do Sistema Educativo.

Uma breve apreciação da evolução do Sistema Educativo em STP, até à data de implementação do Projeto, permite-nos afirmar que o sistema de ensino era na primeira década deste século profundamente inadaptado à necessidade de desenvolvimento desse país. Em 2003 ocorreu uma reforma implementada pela LBSE⁸ que estendeu o ensino básico obrigatório para os seis anos. Os níveis de escolaridade eram muito baixos.

Se analisarmos a evolução das taxas de escolaridade líquidas da 5ª à 8ª classe, verificamos que era em 2001/2002 de 59,8%; em 2002/2003 de 49,5%; e em 2005 de 32,0%⁹.

Esta reforma não minimizou as elevadas taxas de repetência e abandono entre a 5ª e a 9ª classes, o que muito contribuiu para a reduzida população escolar no primeiro ciclo do ensino secundário (7ª - 9ª classes). Vários eram os fatores responsáveis pelas elevadas taxas de

⁸ Lei nº 2/2003 de 3 de janeiro de 2003 - Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), publicada no DR nº 7-2 de 2 de Junho de 2003

⁹ Ministério da Educação, Juventude, Cultura e Desporto, STP (2003) e PNUD RDH (2007-2008)

abandono e insucesso. De natureza curricular, pode referir-se o reduzido número de horas letivas diárias, logo a partir do ensino primário e a pouca diversidade de cursos.

Com efeito e até ao ano letivo 2004/2005, o ensino secundário em STP caracterizava-se por um sistema de cursos de formação geral, repartidos por dois ciclos (7^a, 8^a e 9^a classes e 10^a e 11^a classes).

Entre 2004 e 2005 começou a preparar-se o lançamento do Projeto de Apoio ao Ensino Secundário (PAES) e, com ele, uma via complementar ao ciclo de estudos existentes até essa data constituída por Cursos secundários profissionalmente qualificantes (CSPQ).

Este Projeto foi financiado pela Cooperação Portuguesa (MNE – então IPAD) e desenvolvido, em estreita colaboração, pelas seguintes entidades: Ministério da Educação Português - Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Internacionais (GAERI); Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC); Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desporto de STP.

O Projeto em apreço conduziu ao estabelecimento de uma via experimental de Ensino Secundário até à 12^a classe, em conformidade com a LBSE.

Assim, é ensaiada no Ensino Secundário (ES) uma nova variante que disponibiliza a oportunidade de entrada de alunos na vida ativa profissional, deixando o ES de estar exclusivamente orientado para a continuação de estudos no ensino superior, passando a proporcionar uma qualificação específica e possibilidade de uma dupla certificação:

- Certificado de estudos secundários complementares;
- Certificado de qualificação profissional de nível 3.

Na sequência do Projeto PAES, o IMVF começa a preparar o Projeto de Dinamização do Ensino Secundário em STP, designado Escola+, que veio a integrar o Programa Indicativo de Cooperação (PIC) 2008-2011 da Cooperação Portuguesa.

Este incide na promoção do ensino da língua portuguesa através do fortalecimento do ensino secundário com o objetivo de valorizar os recursos humanos locais, reforçando as suas capacidades com vista à melhoria do sistema de ensino santomense.

Pretendia-se com a implementação do Projeto Escola+:

- criar uma estrutura curricular mais rica e flexível, adaptada à LBSE, publicada no ano 2003;
- aumentar o número de anos de escolaridade;
- incrementar o número de cursos;
- alargar o número de vias;
- proporcionar formação profissionalizante, tanto no 1º Ciclo como no 2º Ciclo do ES;
- disponibilizar mais escolhas aos estudantes ao atingirem o final do ensino secundário;
- propiciar mais oportunidades aos estudantes;
- reforçar e dar sustentabilidade ao processo de adaptação do sistema de ensino às necessidades do país.

A filosofia de atuação evidencia uma abordagem estratégica centrada: a) na formação de professores, b) na revisão dos programas de ensino e da estrutura curricular, c) no apoio à gestão e supervisão das escolas, d) na recuperação e construção de algumas infraestruturas escolares do ensino secundário.

4. Breve descrição do Projeto Escola+, da sua lógica e pressupostos

Período de desenvolvimento do Projeto Escola+: 2009/2010 a 2012/2013

Objetivo Global: contribuir para o desenvolvimento socioeconómico de STP, através do reforço das capacidades dos recursos humanos do país.

Objetivo Geral: promover o ensino da língua portuguesa através do reforço do ensino secundário em STP.

Objetivo Específico: promover a melhoria do ensino secundário de STP

Grupos-Alvo: professores, alunos, diretores de escolas e inspetores escolares

Métodos de ação: foram desenvolvidos numa lógica de formação e capacitação, pois o Projeto deverá permitir “uma transição gradual de metodologia de intervenção por parte da Cooperação Portuguesa ao nível do ensino no país, apostando-se numa lógica de formação e capacitação dos professores santomenses em detrimento de uma lógica de lecionação direta por professores portugueses” (RIA 1 s/d, p.1).

Estrutura do Projeto Escola+

Para alcançar os objetivos foi desenvolvido um Projeto segundo quatro eixos

1. Melhoria das condições do parque escolar e reabilitação das escolas

- 1.1. Beneficiação das escolas secundárias;
- 1.2. Apoio à dinamização do ensino profissionalizante;
- 1.3. Equipamento das escolas;
- 1.4. Criação de um Centro de Recursos Educativos e de Formação.
2. Melhoria das competências técnicas dos professores
 - 2.1. Apoio aos delegados de disciplina por parte do grupo de professores portugueses contratados pelo Projeto (professores cooperantes);
 - 2.2. Lançamento dos primeiros Cursos de Formação em Gestão Curricular e Supervisão Pedagógica (CFGCSP) em parceria com a ESECS do IPL;
 - 2.3. Definição de um programa de formação de professores para o ES, em parceria com o ISP de STP e a ESECS do IPL;
 - 2.4. Motivação dos quadros técnicos e melhoria das condições de trabalho;
 - 2.5. Responsabilização dos quadros nacionais pelo processo educativo na STP.
3. Reforço da capacidade de gestão e de acompanhamento do sistema educativo
 - 3.1 Definição e Programação do Plano Operacional de Intervenção;
 - 3.2 Descentralização Coordenada do Sistema de Ensino;
 - 3.3 Formação em Gestão Escolar;
 - 3.4 Criação de Mecanismos de Supervisão e Inspeção.
4. Melhoria da adaptação do sistema de ensino às necessidades do país
 - 4.1 Atualização dos currículos e programas escolares e elaboração/adaptação de manuais escolares;
 - 4.2 Diversificação dos currículos – melhoria da articulação com o ensino profissionalizante.

5. Peso relativo da intervenção no quadro da APD

A APD portuguesa a favor de STP totalizou entre 2005 e 2012 um valor de 98 511 milhares de euros.

O total de APD a favor de STP nos últimos quatro anos (2009 a 2012) foi de 67 706 milhares de euros.

Quadro 2 – APD Portuguesa

Milhares de Euros

2005	2006	2007	2008	2009	2010*	2011	2012**
9 224	8 952	9 539	9 209	10 637	19 409	20 950	16 710

* Inclui valor linha de crédito

** Dados preliminares

Fonte: Camões Instituto da Cooperação e da Língua ¹⁰

O Projeto Escola+ teve um financiamento global de 4 847 706,00 euros nos seus quatro anos de funcionamento (incluindo a verba de 198 000 euros concedidos pelo IPAD como um reforço de verbas para que fosse possível criar condições para a implementação das disciplinas de Educação Física e de Educação Visual e Oficinal), o que representa 7,2% do total de APD concedido a STP.

¹⁰ Camões Instituto da Cooperação e da Língua in http://www.instituto-camoes.pt/index.php?option=com_moofaq&view=category&id=746&Itemid=1590, acessido em 29 de setembro de 2013.

CEMRI UAb

CENTRO DE ESTUDOS DAS
MIGRAÇÕES E DAS
RELAÇÕES INTERCULTURAIS
UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

II – Metodologia

1. Descrição detalhada da abordagem e estratégia metodológica

1.1. A metodologia do estudo

A metodologia seguida incluiu duas fases:

- Fase 1, designada por Trabalho de gabinete em Portugal, que teve a duração de cinco semanas e que terminou com a entrega e discussão de um Relatório Preliminar. Durante esta fase foi ainda preparada a missão a STP.
- Fase 2, designada por Trabalho de campo, que decorreu em São Tomé e Príncipe e teve a duração de três semanas.

Num primeiro momento de preparação da realização desta avaliação, a equipa confrontou-se com a necessidade de conhecer toda a abrangência do Projeto, cuja duração foi de quatro anos e que teve um universo de intervenientes e participantes de ampla dimensão.

Optou-se por um contacto direto com todos os intervenientes ou seus representantes no Projeto Escola+. Em Portugal: técnicos do IMVF, IPAD/CICL e professores da ESECS/IPL. Em STP: MEC (ministro e serviços centrais); coordenação nacional, diretores de escolas e responsáveis de serviços administrativos, professores cooperantes portugueses, professores santomenses, alunos do ES, encarregados de educação, bem como entidades exteriores ao sistema educativo.

Contudo, perante as dificuldades em, localmente, ter acesso a alguns dos informantes, foram feitos alguns ajustes durante o trabalho de campo, como se explica no ponto “limitações”.

Assumiu-se que a nossa amostra só poderia ser “construída” *a posteriori*, a partir de uma apreciação do desvio entre as escolas contactadas e as respostas efetivamente recebidas e validadas. E assumiu-se ainda, em relação aos professores e alunos, que o que se conseguisse obter seria nosso objeto – e a nossa amostra de estudo (amostra de conveniência). Era um risco que tínhamos necessariamente de correr para que o estudo fosse viável, minimizando os seus custos financeiros e o trabalho de inquirição.

1.2. Fase 1 - Trabalho de gabinete em Portugal

O resultado desta fase foi incluído no Relatório Preliminar, apresentado e discutido em março de 2013. De forma sucinta descreve-se a estratégia de recolha de informação adotada:

a. Pesquisa documental:

a.1 recolha e análise de legislação e documentos reguladores do sistema educativo, anteriores e posteriores ao início do Projeto;

a.2. recolha e análise de dados estatísticos respeitantes ao ensino secundário de STP, anteriores e posteriores ao início do Projeto;

a.3. análise de um conjunto de documentos sobre o Projeto Escola+ fornecido pelo IMVF, nomeadamente: Descritivo da ação; Plano Operacional de Intervenção (POI); Quadro Lógico de Intervenção e Orçamento; sete Relatórios Intercalares de Avaliação (RIA), não datados; Estatísticas produzidas no âmbito do Escola+; e alguns diplomas legais publicados antes e durante o período de implementação do Projeto (cf. Fontes de Informação).

b. Entrevistas

Realização em Portugal de entrevistas abertas e semiestruturadas:

(i) a atuais e anteriores dirigentes e técnicos do CICL e do IMVF e membros do GAPE;

(ii) a professores e ao diretor da ESECS/IPL.

Ainda nesta 1ª fase preparou-se o trabalho de campo em STP. Nesse sentido construíram-se novos instrumentos: guiões de entrevista, fichas de recolha de dados por observação e questionários.

1.3. Fase 2 - Trabalho de campo em São Tomé e Príncipe

O trabalho decorreu durante as três semanas da missão com a seguinte estratégia:

a. Observação de escolas, oficinas e outros espaços escolares

As visitas às escolas foram precedidas de marcação prévia. Foram registadas as observações em fichas elaboradas para esse efeito, sendo a informação recolhida por observação direta complementada com entrevistas aos diretores e responsáveis pelos serviços administrativos.

b. Aplicação de Inquéritos por Questionário

Foram aplicados questionários a: (i) Equipa de Coordenação Nacional do Projeto Escola+; (ii) Diretores de Escolas; (iii) Chefes dos Serviços Administrativos; (iv) Professores capacitadores/acompanhantes (professores cooperantes portugueses e professores santomenses); (v) Professores do ES; (vi) Diretores ou Coordenadores de Cursos Profissionalizantes; (vii) Professores que frequentaram os Cursos de Complemento de Formação (CCF), em Biologia, Matemática e Física - Química, Curso de Formação em Administração e Gestão Escolar (CFAGE), Curso de Formação em Gestão Curricular e Supervisão Pedagógica (CFGCS) e Curso de Formação de Inspetores Escolares (CFIE), todos ministrados pela ESECS/IPL; (viii) Alunos do 1.º ciclo do ES (8.ª e 9.ª classes) e do 2.º ciclo do ES (10.ª, 11.ª e 12.ª classes); (ix) Encarregados de Educação.

c. Realização de Entrevistas

Realizaram-se entrevistas às seguintes entidades públicas e privadas: (i) Embaixadora de Portugal e Adido para a Cooperação; (ii) Ministro da Educação de STP e membros do Gabinete; (iii) Presidente do Governo da Região Autónoma do Príncipe; (iv) Secretário de Infraestruturas do Governo da RAP; (v) Coordenador do Projeto; (vi) Diretores e Ex-Diretores de Ensino do MEC e Diretores da RAP; (vii) Professores do Instituto Politécnico de STP; (viii) Coordenadora do PADRHU; (ix) Direção do IDF João Paulo II; (x) Coordenadores dos CEP; (xi) Monitores/Mestres das aulas oficinais dos CEP; (xii) Diretores dos CSPQ; (xiii) Responsáveis de Organismos, Instituições, Entidades e Empresas.

d. Registos fotográficos

Foram feitos registos fotográficos de escolas secundárias a funcionar em edifício próprio e de escolas secundárias a funcionar em estabelecimentos de ensino básico de STP (Anexo 8.7).

e. Matrizes de indicadores

Os quadros (Anexo 3.1) mostram matrizes de indicadores e metas do Projeto organizados por domínios/eixos de intervenção do Projeto, assim como as técnicas de investigação utilizadas na avaliação, conforme à estratégia de triangulação de dados requerida pelos TdR que enquadram a avaliação do Projeto.

f. Análise e interpretação dos dados recolhidos – síntese

Realizou-se uma análise de conteúdo das entrevistas e das perguntas abertas dos questionários, assim como dos registos das observações. Fez-se ainda uma análise estatística descritiva dos dados de natureza quantitativa recolhidos. Poder-se-á verificar que, para cada uma das metas, foram utilizadas várias técnicas de investigação, tendo-se realizado uma triangulação de métodos (qualitativos e quantitativos) e de fontes, que possibilitou assegurar a validade e a fiabilidade dos dados recolhidos.

A colaboração da coordenação nacional e das direções das escolas foi decisiva para assegurar a logística da multiplicação, aplicação, recolha e devolução dos questionários aos alunos.

A amostragem foi de conveniência, pois foram inquiridas as turmas disponíveis quando das visitas às escolas. O tratamento dos questionários revelou, desde logo, que algumas perguntas não tinham sido compreendidas pelos inquiridos tendo, por isso, sido invalidadas, assim como não foram analisados os questionários que tinham muitas questões sem resposta. Foram tratados 300 questionários, assim distribuídos: 75 de alunos da 8ª classe; 64 da 9ª classe; 39 da 10ª classe; 28 da 11ª classe e 94 da 12ª classe. Os alunos foram acompanhados no seu preenchimento por membros da equipa de avaliação e, em alguns casos, também por professores destacados pelos diretores das escolas para esse efeito. O questionário sobre o processo de capacitação foi aplicado a 117 professores do ES. Os instrumentos utilizados podem ser consultados no Anexo 4.

2. Verificação da validade e fiabilidade dos dados (triangulação)

Procurámos assegurar a validade e a fiabilidade dos dados recolhidos. A validade interna foi assegurada por triangulação, pois sempre que possível, recorreu-se a diversas fontes de informação e a diferentes métodos para recolha de dados sobre os mesmos objetos de avaliação, o que permitiu comparar esses dados e verificar se havia coerência interna entre eles. Desta forma procurámos garantir que as conclusões extraídas da análise dos dados e os respetivos juízos de valor tivessem a *máxima validade possível*. Sempre que determinados dados não puderam ser triangulados, eles foram secundarizados e deles não extraímos quaisquer juízos de valor.

3. Limitações encontradas

Constituiu uma limitação à metodologia utilizada o facto (devido a falta de tempo) de não se ter procedido previamente à validação facial e experimental (pré-teste) dos instrumentos utilizados, tendo alguns deles sido posteriormente alterados em STP. Outra limitação de natureza metodológica foi o facto de, por razões logísticas e organizacionais, só ter sido possível inquirir um pequeno número de professores do 2º ciclo do ES e de encarregados de educação.

4. Estratégias de prevenção e correção

Como estratégias de prevenção e correção de enviesamentos analíticos e interpretativos, a análise e interpretação dos dados recolhidos foi feita por vários avaliadores que compararam e discutiram as estratégias de análise e de interpretação, assim como os resultados obtidos e, quando necessário, foram novamente inquiridos os informantes.

Foi preparado um documento que consta do Anexo 5.9 - Triangulação de dados, com a identificação do grau de confiança das constatações.

III - Resultados e Constatações da Avaliação

1. Narração dos Resultados/Constatações

Neste relatório são indicados os resultados da intervenção por eixos, mas dado que existem obviamente interseções entre todos eles, estas serão postas em evidência, dado que o Projeto foi visto como um todo. Os resultados apresentados fundamentam-se na análise e interpretação de dados de carácter qualitativo e quantitativo que se recolheram de várias fontes de informação. A análise dos resultados é orientada pelos indicadores e metas definidos para cada um dos eixos pelo descritivo do Projeto Escola+ e que se encontram numerados como no documento original, agora designado como “Desenho do Projeto”¹¹. No Anexo 3.2 encontra-se o Quadro-resumo relativo aos 4 eixos, onde se apresenta uma síntese dos resultados obtidos.

R1 – Parque escolar melhorado e reforçado

A análise dos resultados referentes ao eixo R1 baseia-se nos indicadores e metas definidos para este eixo e que se encontram no documento original¹².

INDICADOR 1: Beneficiação das escolas secundárias com intervenções de reabilitação e reforço em termos de equipamento e material escolar

Resultado: A meta foi parcialmente atingida

Oito escolas de ES melhoradas em termos de reabilitação das instalações e reforço de material escolar era a meta definida. *Uma escola, o Liceu Nacional, teve uma intervenção profunda e onze outras escolas foram alvo de intervenções mais aligeiradas.*

O objetivo visado era melhorar as infraestruturas escolares, considerando isso como fundamental para promover um acesso mais equitativo e a beneficiação do ES. Assim, era

¹¹ Educação Para Todos Projeto de Dinamização do Ensino Secundário em São Tomé e Príncipe, IPAD/Fundo da Língua Portuguesa, s/d., pp. 3-4

¹² Educação Para Todos Projeto de Dinamização do Ensino Secundário em São Tomé e Príncipe, IPAD/Fundo da Língua Portuguesa, s/d., pp. 3-4

enunciado “procurar-se-á realizar intervenções de beneficiação das escolas secundárias do país, e reforçar os equipamentos disponíveis”.¹³

É de salientar que a beneficiação das escolas do ES surge em resultado do diagnóstico realizado durante o primeiro ano de implementação do Projeto, bem como da definição de cursos profissionalizantes a realizar em cada um daqueles estabelecimentos de ensino. No primeiro ano do Projeto foi feita opção pela reabilitação do Liceu Nacional, escola de referência do país, procurando assim melhorar as condições de ensino para professores e alunos e, ao mesmo tempo, apresentar um sinal de mudança que tivesse repercussões nos comportamentos e atitudes face à escola, por parte de professores, pais, alunos e demais agentes educativos envolvidos no ensino secundário de São Tomé e Príncipe.¹⁴

A intervenção no Liceu Nacional contemplou: (i) pintura geral, construção de portas, mudanças de fechaduras, vidros, fechos, dobradiças, etc.; (ii) construção de um balneário; (iii) reabilitação do Pavilhão Cultural adaptado para funcionamento do Centro de Recursos e de Formação (KE MESE)¹⁵; (iv) constituição de uma nova biblioteca no Liceu Nacional, que entrou em funcionamento em Outubro de 2010.¹⁶; (v) e reabilitação das casas de banho dos pavilhões da escola.

Além da melhoria referida foram também reabilitadas as restantes escolas do ES inerentes ao diagnóstico realizado ao longo do primeiro ano de ação, bem como as envolvidas pelo processo de reforma curricular.¹⁷

No final de 2010 ainda continuava a ser efetuado pela equipa do Projeto o levantamento de necessidades de reabilitação para serem efetuadas pequenas obras de adaptação que possibilitassem a implementação das disciplinas de Educação Visual e Ofical e de Educação Física em cada uma das escolas de ES do país. Nessa altura já existiam os levantamentos de necessidades para as instalações de lecionação do ES: Bombom, CATAP, Trindade, Porto Alegre, Angolares, Patrice Lumumba, Guadalupe e de Santo António e do Padrão na ilha do Príncipe

¹³ RIA 1, p. 1

¹⁴ RIA 2, p. 7

¹⁵ RIA 1, p. 13

¹⁶ RIA 3, p. 8

¹⁷ RIA 1, p. 36 e Anexos 8.3 (Instalações, equipamentos e meios pedagógicos/didáticos)

Esse levantamento pretendia também servir como um instrumento de diagnóstico a apresentar à Cooperação Portuguesa, no âmbito da linha de crédito concedida a São Tomé e Príncipe, aguardando-se, naquela altura, que o novo Governo Santomense desse seguimento à questão junto do Ministério das Finanças de Portugal¹⁸.

No Liceu Nacional tinham entretanto sido Instaladas duas novas salas de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), tendo sido igualmente apoiado com equipamentos e materiais para o ensino profissionalizante. Outras oito escolas de ES foram contempladas com material escolar, didático e pedagógico¹⁹.

Como afirmado²⁰, tornava-se fundamental apostar na *reabilitação do parque escolar*, a nível nacional, por este não reunir as condições adequadas às exigências requeridas pela atual reforma curricular em curso, onde as saídas de natureza profissionalizante são interpretadas como fulcrais para o desenvolvimento de STP. Uma vez que o Projeto Escola+, por si só, não dispunha de condições financeiras para responder adequadamente, o Projeto realizou estudos e apresentou propostas conducentes a soluções praticáveis.

No começo da implementação da reforma curricular o País contava com dez escolas onde era lecionado apenas o 1.º ciclo do ES e duas outras onde os dois ciclos do ES já eram uma realidade. Essas escolas vinham sendo sujeitas a um conjunto de adaptações para atender às necessidades de uma população escolar em franco crescimento. No entanto, não foi normalizada a situação de conservação e manutenção dos edifícios. Este fenómeno era, então, ainda mais notório, face às exigências da nova dinâmica curricular introduzida no ES. Com vista à satisfação das carências mínimas de necessidades de reabilitação das escolas do ES de STP foi feito pelo Projeto e apresentado superiormente um estudo que incluía os custos estimados e a proposta de aproveitamento de fundos disponíveis em linhas de crédito disponibilizáveis pela Cooperação Portuguesa. O programa de reabilitação previa prestar especial atenção às condições de abastecimento de água e de saneamento. O montante estimado para o efeito era de 730 000 euros e abrangia a totalidade das escolas com problemas. O Projeto apresentou uma proposta ao Ministério das Finanças e Cooperação

¹⁸ RIA 3, pp. 8, 9

¹⁹ RIA 3, p. 64 e Anexos 8.3

²⁰ RIA 4, pp. 8

Internacional de STP no sentido de se propor um programa de reabilitação do parque escolar para financiamento no âmbito das referidas linhas de crédito²¹.

Das obras inventariadas fazem parte situações genéricas de reabilitação, colocação de vidros e realização de pinturas gerais, construção de algumas salas de aula e espaços oficiais, de campos de jogos, espaços desportivos, balneários, reabilitação de um ginásio, abastecimentos de água a escolas e até quatro pequenos apartamentos para promover a fixação de professores em Porto Alegre²².

A impossibilidade de conseguir de imediato os recursos necessários às recuperações focadas e urgentes levou a que fosse aprovado pelo IPAD um reforço de verbas para a construção de oficinas e espaços desportivos, bem como para proceder à remodelação de serviços administrativos nas diferentes escolas do ES²³. Aconteceu esta intervenção de urgência, em três fases, abrangendo as escolas de Santana, Bombom, Patrice Lumumba, Liceu Nacional, Guadalupe, Desejada, Neves, S. Catarina, Angolares e Santo António, no Príncipe. Em Setembro de 2011 estava conseguida a construção ou reabilitação das oficinas e espaços desportivos indispensáveis a nível nacional. Também estavam em remodelação os serviços administrativos nas diferentes escolas de ES do país²⁴. Assim e em resumo, com o apoio do Projeto Escola+ foram concretizadas as intervenções:

Liceu Nacional – Reparação global do edifício e 43 salas, constituída uma nova biblioteca, construído um balneário, reabilitadas as casas de banho e reabilitado o pavilhão cultural onde funciona o Centro de Recursos e Formação (KE MESE).

Espaços desportivos – Construídos de raiz: Angolares, Guadalupe, Desejada e Santa Catarina. Requalificados: Bombom, Neves, Santo António e Santana. Equipados: Liceu Nacional, Patrice Lumumba e outras escolas (11 escolas beneficiadas).

Oficinas - Construídas: Angolares, Bombom, Guadalupe, Desejada, Liceu Nacional, Patrice Lumumba, Neves, Santa Catarina e Santo António do Príncipe. Requalificadas: Santana.

Secretarias - Construídas e equipadas: Guadalupe e Neves. Requalificada: Santana.

²¹ A decisão sobre o assunto está aguardando resolução das autoridades governamentais

²² RIA 3, pp. 8-12

²³ RIA 4, pp. 51, 59

²⁴ RIA 5, pp. 9, 60

A Equipa de Coordenação do Projeto desenvolveu o levantamento das necessidades de intervenção em cada uma das escolas e acompanhou as realizações feitas no âmbito do Escola+, ao nível da reabilitação/construção de instalações e montagem e manutenção de equipamentos, produzindo relatórios sobre o andamento dos trabalhos²⁵. Foi neste contexto que o Projeto apresentou uma proposta de reabilitação do parque escolar ao Ministério das Finanças e Cooperação Internacional (MFCI) de STP, no sentido de se propor um programa de melhoramento do parque escolar, nomeadamente numa perspetiva de reabilitação geral, que devia prestar especial atenção às condições de abastecimento de água e do saneamento, para financiamento no âmbito da linha de crédito da Cooperação Portuguesa²⁶.

A reabilitação da ES de Santana foi prevista para realização no presente ano letivo²⁷.

O Centro de Recursos Educativos e de Formação (KE MESE) surge como um espaço central para apoio à implementação do Projeto, às atividades letivas dos professores e às atividades extracurriculares. É também o local onde se realiza a maioria das ações de formação.

Considerámos esta meta parcialmente atingida porque, apesar de se ter procedido, no âmbito do Escola+, ao melhoramento do parque escolar e ao reforço do equipamento com eficiência de fundos, muitas das escolas de ensino secundário continuam a não possuir, entre outras condições, o número de salas de aula necessário para reduzir o rácio professor-aluno para 40, assim como água canalizada e instalações sanitárias para alunos.

INDICADOR 2: Apoio à dinamização do ensino profissionalizante com novos cursos profissionalmente qualificantes

Resultado: A meta foi atingida

Foram criados 5 novos Cursos Secundários Profissionalmente Qualificantes (CSPQ) para serem lecionados no Liceu Nacional e 3 Cursos de Educação Profissional (CEP) para funcionarem em quatro escolas diferentes.

Os Cursos CEP, com 30 alunos por escola (cursos do 1º ciclo do ES, 8ª e 9ª classes), de Carpintaria/Marcenaria, Costura/Alfaiataria e de Informática, foram iniciados em

²⁵ MQL, p. 7; RIA 6, p. 28

²⁶ RIA 3, p. 9)

²⁷ RIA 7, pp. 8, 49; MQL, p. 7. À data da missão não se conhecia qualquer desenvolvimento sobre o assunto.

2011/2012²⁸. As escolas de ES de Bombom, Neves, Santana e de Santo António do Príncipe foram as escolhidas para a primeira lecionação dos cursos CEP²⁹.

Os novos cursos CSPQ (cursos do 2º ciclo do ES) foram iniciados no Liceu Nacional: de Desporto e de Informática em 2010/2011; de Gestão, Administração e Contabilidade e de Turismo e Comunicação Social em 2011/2012; Humanísticas / Direito, e Tecnologias Industriais em 2011/2012.³⁰

É de realçar que, entretanto, foram sendo concluídos os cursos CSPQ da experiência pedagógica³¹, havendo no ano letivo de 2010/2011 uma 12ª classe do Curso de Gestão e Administração e uma 11ª classe do Curso de Tecnologias Industriais e, em 2011/2012, a 12ª classe do Curso de Tecnologias Industriais.

No ano letivo de 2011/2012 os cursos CSPQ passaram a ter um menor número de professores do Projeto e a gestão de cada curso foi atribuída aos diretores de curso e ao Liceu Nacional, ficando a equipa de coordenação do Projeto na retaguarda, apoiando na medida do necessário (MQL p.7). Tanto nas disciplinas de formação geral como nas específicas e nas tecnológicas, a grande maioria dos professores é santomense. Esta estratégia visa a sustentabilidade dos CSPQ após o término do Projeto Escola+³².

Em 2012/2013 deveriam ter sido iniciadas novas turmas, nas mesmas ou em outras áreas, uma vez que estão criadas 12 áreas de especialidades e algumas outras vão sendo sugeridas pelos diferentes intervenientes. A não continuidade da inserção de alunos encaminha o processo no sentido da perda de sustentabilidade³³.

INDICADOR 3: Escolas reforçadas ao nível de equipamento e materiais de funcionamento para o ensino profissionalmente qualificante

Resultado: A meta foi atingida

²⁸ RIA 7, p. 62

²⁹ RIA 6, p. 59

³⁰ Cf. Anexo 8.1

³¹ Decreto-lei N° 40/2006 de 28.08.2006

³² RIA 6, p. 17 e RIA 7, p. 15

³³ RIA 6, p. 17

Foram as 4 escolas do ES de Bombom, Neves, Santana e de Santo António do Príncipe que receberam os equipamentos, as ferramentas e os materiais. Estes foram destinados a permitir a lecionação das aulas tecnológicas teóricas e práticas a serem ministradas nessas escolas e as aulas de aplicação a serem desenvolvidas nos *ateliers* ou oficinas profissionais em parceria com elas. Os meios fornecidos destinaram-se ao funcionamento dos cursos CEP de Carpintaria/Marcenaria, de Costura/Alfaiataria e de Informática.

Nesta primeira fase do Projeto foi feito um forte investimento no equipamento da escola de referência do país, o Liceu Nacional; foram equipadas salas de aula e bibliotecas. Os laboratórios do Liceu Nacional e da Escola Secundária de Santo António do Príncipe beneficiaram da atribuição de equipamentos específicos, instrumentos, utensílios e materiais. O Liceu Nacional foi também apoiado em equipamentos e materiais para o ensino profissionalizante. Ainda neste âmbito, foram apoiadas 12 escolas do ES com material escolar, didático e pedagógico e ou com material oficial e de educação visual.

Nos parágrafos que se seguem identificam-se equipamentos, ferramentas e materiais fornecidos às escolas:

- *Kits* específicos para apoio a salas de aula, equipamentos informáticos e meios de apoio ao funcionamento das escolas de ES de Angolares, Guadalupe, Neves, Príncipe, Santana, Trindade e Bombom³⁴.
- Conjuntos de mapas, equipamento para a Prática do Desporto³⁵, equipamento para os CSPQ, equipamento complementar para a Biblioteca e material de Laboratório para o Liceu Nacional.
- *Kits* de sala de aula incluindo quadro branco, globo terrestre, expositor c/ instrumentos musicais, planificações, caixa métrica, atlas escolar, dicionário de língua portuguesa, mapas de África, mapa-mundo e mapa do corpo humano.

Foram também fornecidas 10 polícopiadoras³⁶ que ficaram nas escolas de Santana, Guadalupe, Trindade, Santo António do Príncipe, Angolares, Patrice Lumumba e Bombom,

³⁴ RIA 1, pp. 16-17; RIA 2, pp. 15-16; Anexo 8.3b e d

³⁵ Anexo 8.3 f3

³⁶ Anexo 8.3b

bem como no Centro de Recursos e Formação³⁷, para apoio ao funcionamento de agrupamentos escolares, nomeadamente na impressão de testes e outros materiais como textos de apoio³⁸.

Além do equipamento focado, foram também adquiridos diversos materiais pedagógicos e didáticos, bem como manuais escolares para o apoio ao funcionamento das escolas do ES e dos CSPQ³⁹.

INDICADOR 4: Aumento do número de alunos inscritos ao longo dos diferentes anos do Projeto

Resultado: A meta foi atingida

O número de alunos inscritos na 7ª classe, ao longo destes três anos, foi de 13 273, com um crescimento anual superior a 5%. Tomando como referência o ano letivo anterior (2009/2010), no qual haviam sido admitidos 3 650 alunos na 7ª classe, o incremento mínimo previsto conduziria a cerca de 12 079 inscrições, montante inferior ao acontecido. A ilustração concreta é apresentada no quadro que se segue:

Quadro 3 – Alunos de 7ª classe e população global escolar, de 2009-2013 ⁴⁰

Anos letivos	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	Soma
Situação espectável, com 5% de aumento anual nas inscrições de alunos para a 7ª classe (hipótese)	3 650 ⁴¹	3 832	4 023	4 224	<u>12 079</u>
Situação real com alunos inscritos na 7ª classe	3 650	4 122	4 912	4 239	<u>13 273</u>

Entretanto, como é visível no próximo quadro, o crescimento mais acentuado do número de alunos ingressados na 7ª classe coincidiu com os dois primeiros anos da reforma curricular;

³⁷ Anexo 8.3 f1 a f3

³⁸ Anexo 8.3 d1 a d6

³⁹ RIA 2, pp. 15, 16, Anexos 8.3, e1 a e16

⁴⁰ Anexo 8.2 d, e, f1 e f2

⁴¹ Anexo 8.2 d

no terceiro ano, verificou-se algum decréscimo relativamente à procura. Não foram identificadas quaisquer justificações que possam ser referidas como causas internas para o facto observado.

Quadro 4 - População escolar da 7ª classe e global de 2007-2013⁴²

Anos letivos		2007/ 2008	2008/ 2009	2009/ 2010	2010/ 2011	2011/ 2012	2012/ 2013
Alunos inscritos na 7ª classe	Acréscimo		4,8 %	14,8 %	12,9 %	19,2 %	- 13,5 %
	Quantidade	3 033	3 179	3 650	4 122	4 912	4 239
Alunos no Ensino Secundário	Acréscimo		10,4 %	10,9 %	13,0 %	22,2 %	24,3 %
	Quantidade	7 265 ⁴³	8 024	8 900	10 059	12 289	15 291

Verificando a dimensão da população escolar global do ES em 2009/2010, no montante de 8 900 alunos, e a sua evolução para 15 291 alunos em 2012/2013, regista-se um crescimento que se situa na ordem de grandeza de 71,8 %, considerando os três anos do Projeto.

É, no entanto, de salientar que, além da população escolar considerada no início deste ano letivo de 2012/2013 nas escolas que anteriormente ministravam ES em regime diurno, houve alargamento da rede do ES a outras escolas, em regime de horário diferenciado, pós-laboral ou noturno; verificaram-se casos desses em algumas escolas de ensino básico, no Liceu Nacional e na Escola de Santo António do Príncipe. Também no Liceu Nacional passaram a funcionar Cursos CSPQ, em regime pós-laboral⁴⁴. Do exposto resulta uma dimensão acrescida para a população escolar do ES, que assim e, de acordo com os dados compilados, se posiciona em 19 968 alunos⁴⁵.

Entretanto, verifica-se que o ES de características profissionalizantes, face ao seu reduzido número de utentes, não apresenta uma expressão significativa no todo do ES. No ano letivo 2012/2013, os cursos CSPQ envolveram em regime diurno normal 100 alunos da 11ª classe e

⁴² Anexo 8.2b

⁴³ Monitoria do Quadro Lógico, IMVF, s/d, p. 4. Este documento foi facultado no dia 2 de abril pelo IMVF

⁴⁴ Anexos 8.1 e 8.2 c

⁴⁵ Anexo 8.2 a

da 12ª classe, e os cursos CEP apenas 106 alunos da 9ª classe. Este contingente representa menos de 1,03% dos alunos do ES⁴⁶. Ao incluir os alunos dos restantes regimes de horários, globaliza-se um total de 322 utentes⁴⁷ no ES profissionalizante, o que corresponde a cerca de 1,6% dos 19 968 alunos da população global do ES.

Quadro 5 – Evolução do ingresso de alunos dos cursos CSPQ

Anos letivos	2010/2011	2011/2012	2012/2013	Somas
CEP	-	120	0	120
CSPQ (diurno)	60	90	0	240
CSPQ (noturno)	-		90	90
Ingressos anuais	60	210	90	360
Ingressos relativos ao ano inicial	-	+150 %	+50 %	-
Totais acumulados	60	270	360	-
Crescimento anual de ingressos	-	350 %	33,3 %	-

Durante os três anos de vigência do Escola+ o crescimento dos ingressos de alunos, tomando o 1º ano letivo como ponto de partida, pode ser observado nas seguintes perspetivas: (i) um incremento significativo de 150% no ano letivo 2011/2012; (ii) um aumento menos expressivo de 50% no ano letivo 2012/2013. E se tomarmos o crescimento do contingente total admitido em comparação com o acumulado em cada ano antecedente, para o segundo ano letivo, terá havido um crescimento de 350%, a que se seguiu uma evolução de apenas 43% no ano letivo de 2012/2013. Como se verifica não houve ingressos nos Cursos CEP, nem para o regime diurno nos Cursos CSPQ,, os quais permaneceram apenas no Liceu Nacional.

INDICADOR 5: Rácio professor/aluno melhorado

Resultado: A meta foi parcialmente atingida

⁴⁶ Anexos 8.2 a, b

⁴⁷ Anexos 8.2 a, b, c

Verificou-se uma melhoria do rácio professor/aluno de 49 alunos por turma em 2012/2013, na sequência do ano anterior, 2011/2012, que era de 51 alunos por turma⁴⁸.

O facto de não ter sido aumentado o parque escolar em salas de aula, ou em novas escolas, impossibilita a redução do número de alunos por turma, uma vez que a população escolar não diminuiu e, pelo contrário, continuou a aumentar. Acresce considerar que a situação é variável de escola para escola, uma vez que a proporcionalidade existente entre o número de salas e o de utentes não é constante nem similar. A abertura de turmas em horários diferenciados, nomeadamente os apoiados em regime noturno ou pós-laboral, têm contribuído para minimizar os problemas existentes. Não obstante os valores médios apresentados anteriormente se situarem na proximidade das metas visadas, verifica-se a existência de turmas que chegam a atingir os 77 alunos em sala de aula⁴⁹.

Uma amostra de 6 158 alunos do ES, compilada a partir de dados recolhidos junto das escolas visitadas, constituída por 3 097 rapazes e 3 061 raparigas configura uma percentagem de 50,3% de utentes masculinos e de 49,7 % femininos, assim distribuídos:

Quadro 6 – Números globais de estudantes por classe e por sexo⁵⁰

	7ª classe	8ª classe	9ª classe	10ª classe	11ª classe	12ª classe	Globais
Rapazes	1 685	1 116	248	28	13	7	3 097
	50,8%	49,7%	52,3%	38,4%	40,6%	36,8%	50,3%
Raparigas	1 631	1 128	226	45	19	12	3 061
	49,2%	50,3%	47,7%	61,6%	59,4%	63,2%	49,7%
Totais	3 316	2 244	474	73	32	19	6 158

Com esta amostra, bastante expressiva na sua dimensão, verifica-se que existe um equilíbrio entre os dois sexos na frequência escolar do 1º ciclo do ES e alguma desconformidade no 2º ciclo do ES. Perante o fenómeno de alternância de posições, que se mostra facilmente observável, parece natural que isso aconteça perante a diversidade dos cursos abertos em

⁴⁸ Monitoria do Quadro Lógico, s/d, p.4

⁴⁹ Anexo 8.2 h

⁵⁰ Anexos 8.2 g-m

cada um dos anos letivos, o que poderá e deverá ser estudado mais detalhadamente para melhor domínio da situação. A tradicional imagem estabelecida sobre a relação mais natural entre determinados tipos de ocupações profissionais e o género dos indivíduos que nelas labuta pode exercer ainda alguma influência sobre as opções formativas, embora estejamos perante um acelerado processo de evolução das mentalidades. O estudo das necessidades de formação e a concretização das formações em convergência com as tendências da moda, ajudará à criação de novas perspetivas para encarar as escolhas formativas e de carreiras profissionais.

A melhoria das qualidades técnicas e pedagógicas dos professores é absolutamente fundamental para a melhoria da qualidade do ensino. Nesse sentido, o Projeto seguirá uma metodologia de envolvimento, motivação e responsabilização dos quadros nacionais pelo processo educativo em São Tomé e Príncipe.

A participação dos professores portugueses em serviço no país será um elemento fundamental para assegurar uma transmissão efetiva de conhecimentos e a capacitação dos professores nacionais e conseqüente melhoria pedagógica.

R2 – Competências técnicas dos professores

A designação deste eixo inclui uma matriz de avaliação bem mais vasta do que a designação deixa transparecer. De facto, aqui não se avalia apenas o que tem a ver com as competências técnicas dos professores, mas ainda alguns aspetos da estruturação do sistema (formação contínua e estatuto da carreira docente nos domínios da qualificação profissional e social dos docentes).

Neste eixo optou-se por tratar em conjunto a intervenção de cariz formativo referente a i) acompanhamento dos professores do ES em relação à revisão curricular (inicialmente designada capacitação) e ii) cursos de qualificação de outros agentes educativos (CCF e CFGCSP), ambos da responsabilidade da ESECS/IPL.

Em nossa opinião, esta opção justifica-se pela contribuição dada ao desenvolvimento e consolidação das competências dos professores, considerando os “três eixos de intervenção

para a formação de professores”⁵¹, a saber: o apoio aos delegados de disciplina por parte dos professores cooperantes (“uma modalidade que viria mais tarde a ser substituída pelo acompanhamento dos professores no âmbito da revisão curricular”⁵²); o lançamento do Curso de Formação em Gestão Curricular e Supervisão Pedagógica (ministrado pela ESECS/IPL) e a “Definição de um programa de formação de professores para o Ensino Secundário, em parceria com o Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe e Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria”.

Descreveremos para cada indicador o que nos foi dado observar, confrontando a informação recolhida em diferentes fontes.

INDICADOR 6: Professores beneficiados pelas ações de capacitação implementadas

Resultado: A meta definida foi ultrapassada

Começaremos por analisar, sucintamente, duas questões prévias, por serem contributivas e clarificadoras deste indicador: objeto e justificação.

No documento já citado⁵³ é referenciado um estudo datado de 1998, *Estudo Nacional de Perspetivas de Longo Prazo – Reflexão Estratégica. São Tomé e Príncipe 2025* onde já se identifica como prioridade, entre outras, “Promover a formação e gestão de professores, em todos os níveis de ensino”. Este estudo, complementado por outros textos também referenciados neste documento, justificam e reforçam a importância do indicador nº 6. De forma breve daremos conta de como o Projeto Escola+ contribuiu para a concretização da meta que lhe é atribuída e que intervenientes e instrumentos lhe estão associados.

Nos RIA encontrámos informação sobre o processo de “beneficiação” dos professores do ES. Mas não encontrámos nenhuma explicação sobre o que se pretendia com o termo “beneficiação”. Em diversos documentos refere-se “formação” e “capacitação”, o que, revelando alguma deriva terminológica em relação a um objetivo que visa a melhoria das competências técnicas dos professores é conforme aos indicadores deste eixo, que deverão

⁵¹ RIA 1, p 19 e Monitoria do Quadro Lógico, s/d, p 10

⁵² Monitoria do Quadro Lógico, s/d, p 10

⁵³ Educação Para Todos. Projeto de Dinamização do Ensino Secundário em São Tomé e Príncipe, IPAD/Fundo da Língua Portuguesa, s/d, pp. 8-9

contribuir, articuladamente, para o conjunto dos resultados esperados. Em nossa opinião, revela também evolução sobre o que se pretendia fazer e o que tinha condições para ser feito.

O que se constatou, de facto, é que o trabalho de formação que foi desenvolvido durante os anos do Projeto e que beneficiou os professores teve como objetivo e conteúdo a apropriação da revisão curricular em curso. Esta foi a interpretação que se fez do indicador nº 6.

Esta inflexão estratégica é coerente e adequada ao contexto (recursos locais, dinâmica na aplicação da reforma) e pensada em tempo oportuno.

A evolução dos diferentes processos desenvolvidos nestes quatro anos, revista nos diferentes RIA, nem sempre se distingue com clareza, pois estes apresentam entre si muitas semelhanças em relação ao que relatam. Nota-se, contudo, preocupação em descrever com pormenor o que é realizado, em referir situações mais complexas que vão sendo resolvidas, em registar os resultados que se vão obtendo e em apresentar linhas de orientação que vão sendo redefinidas.

Apresentamos, em seguida, os dados considerados mais importantes para justificar o resultado obtido.

a. Acompanhamento dos professores do ES para a revisão curricular

a.1) intervenientes

A intervenção formativa deste eixo do Projeto foi inicialmente atribuída à ESECS/IPL⁵⁴, a quem caberia a “supervisão pedagógica permanente” sendo os professores cooperantes portugueses⁵⁵ responsáveis pelo acompanhamento dos professores santomenses no processo de apropriação da revisão curricular. As entrevistas⁵⁶ realizadas quer em Portugal quer em STP confirmam este desiderato inicial que não chegou a concretizar-se. Os professores cooperantes, com os seus colegas nacionais, realizaram o trabalho de formação apenas supervisionado pela Equipa de Coordenação Nacional, contando com a assistência técnica de uma professora cooperante desde 2010/2011⁵⁷.

⁵⁴ *Idem*, p 27

⁵⁵ RIA 1, p 47

⁵⁶ Entrevista a técnicos do IMVF e CICL, março de 2013; entrevista a professores da ESECS/IPL, março de 2012. Entrevista ao responsável pela formação de professores na Coordenação Nacional, abril-maio de 2013.

⁵⁷ RIA 7, p 56.

À ESECS/IPL coube a conceção e realização dos cursos de GCSP e de CF, estes últimos em parceria com o ISP de STP.

Constatou-se⁵⁸ que o Projeto Escola+ pretendeu, de facto, apostar “no reforço das capacidades endógenas de São Tomé e Príncipe (...) de modo a promover a sustentabilidade técnica do sistema de ensino”⁵⁹ e para esse efeito apelou a dois níveis de intervenientes: os delegados de disciplina e o sector de metodologia. Quanto aos delegados de disciplina, regista-se o seu envolvimento nas tarefas formativas de acompanhamento da revisão curricular.⁶⁰

O mesmo não se verificou quanto à participação da estrutura nacional de educação, o Sector Metodológico. Na reunião com a equipa de metodólogos⁶¹, com exceção de um caso em que se afirma ter havido colaboração entre o metodólogo e a professora cooperante da mesma disciplina, os metodólogos reconheceram terem sido chamados e ouvidos na fase de conceção do Projeto, terem dado contributos para a elaboração dos programas, que nem sempre foram considerados, não terem dado contributos para a elaboração dos textos de apoio e não terem participado no processo formativo de apoio à revisão curricular. Admitem que houve “dificuldades” várias: de comunicação entre os metodólogos e a equipa do Projeto Escola+; de posicionamento da Direção de Ensino neste processo, relacionadas com questões remuneratórias. São vistos como “não tendo disponibilidade” ou “não sendo capazes de fazer”.

A Coordenação Nacional reconhece alguns destes constrangimentos, mas imputa às questões remuneratórias o foco do problema. Não admite que, sendo funções dos metodólogos “acompanhar e supervisionar os professores”, deva haver lugar a remuneração extra para o desempenho de funções que, por lei, lhes estão incumbidas. Na verdade, há uma fraca adesão e uma incapacidade em ultrapassar esse recorrente constrangimento. Houve um défice de estratégia para lidar com uma dificuldade que é sistematicamente reconhecida.

b. Instrumentos

b.1) O Centro de Recursos Educativos e de Formação (KE MESE)

⁵⁸Entrevistas em Portugal e São Tomé.

⁵⁹Plano Operacional de Intervenção, s/d, s/p.

⁶⁰RIA 7, p 19.

⁶¹ Na Direção de Ensino, abril de 2013 e com a presença da coordenação nacional do Projeto

O Centro de Recursos Educativos e de Formação pode considerar-se um bom instrumento de apoio à formação contínua. Está instalado no Liceu Nacional e, apesar de alguns constrangimentos⁶², aí desempenha as funções para que foi criado. Mais informação foi analisada no eixo R1.

b.2) Os materiais de formação

Os programas e textos de apoio assim como os textos legais de enquadramento da revisão curricular foram instrumentos de grande utilidade no apoio à capacitação, sendo simultaneamente objeto e conteúdo da formação. No eixo R4 serão analisados com mais pormenor e rigor.

b.3) Planos de acompanhamento dos professores

Os planos de acompanhamento dos professores⁶³ contêm informação que permite compreender o processo de acompanhamento, mostrando que se pretendia, fundamentalmente, melhorar a capacidade de apropriação (compreensão e uso) dos novos programas, assim como dos textos de apoio através de reuniões periódicas de planificação. Foram também sistematicamente trabalhadas questões referentes à avaliação dos alunos.

Apresentaremos uma breve síntese do conteúdo dos planos de acompanhamento que mostram seguir, tão perto quanto possível, o objetivo do acompanhamento aos professores⁶⁴.

Nos três anos letivos a que se referem foram acompanhados professores das seguintes classes: em 2010/2011 da 7ª e 10ª classes; em 2011/2012 da 7ª, 10ª, 8ª e 11ª classes; em 2012/2013 de todas as classes anteriormente acompanhadas e da 9ª e 12ª classes.

A abrangência deste último ano é justificada pela necessidade de consolidação da formação e por ser o último ano do Projeto.

Os programas apresentam os conteúdos organizados em dois níveis: científico e pedagógico e curricular. O primeiro tem como objetivo principal o estudo dos conteúdos científicos dos programas, visto que em muitas disciplinas foram introduzidos novos temas e conceitos

⁶² RIA 7, p 19

⁶³ Plano de acompanhamento dos professores da 7ª e 10ª classes. Ano letivo 2010-2011, setembro 2010; Plano de acompanhamento dos professores das classes da revisão curricular de Ensino Secundário. Ano letivo 2011-2012, julho 2011; Plano de acompanhamento dos professores das classes da revisão curricular de Ensino Secundário. Ano letivo 2012/2013, julho 2012.

⁶⁴ RIA 7 tem informação muito detalhada sobre esta matéria

desconhecidos, para os professores. No segundo nível referem-se as atividades de elaboração de uma planificação anual, tratam-se questões da avaliação dos alunos e, no primeiro ano, de direção de turma. O recurso aos programas e textos de apoio foi sistemático, procurando-se desenvolver outros materiais de apoio ao trabalho docente⁶⁵. A leitura dos planos de acompanhamento evidencia a preocupação dos formadores com a apropriação e a consolidação das questões referentes à revisão curricular.

c. Evolução do número de professores acompanhados por disciplina⁶⁶

O quadro 7 mostra a evolução da formação em termos do número de professores por disciplina em cada ano do Projeto. Evidencia uma evolução desigual entre os professores do 1º ciclo e os do 2º ciclo. O grupo de professores do 1º ciclo apresenta uma evolução apreciável, de um ano para o outro, não só em algumas disciplinas como no total de professores.

d. Situação na Ilha do Príncipe

A organização do acompanhamento dos professores na ilha do Príncipe foi diferente, apesar de “respeitar todos os objetivos a atingir e competências a desenvolver”⁶⁷. O trabalho formativo presencial foi realizado com a ida de um professor cooperante ou professor nacional, pelo menos uma vez por mês a esta Região Autónoma⁶⁸ e foi complementado a distância, procurando-se, assim, que o acompanhamento fosse o adequado. A partir de 2010/2011 foi possível haver um formador residente para Português, que assegurou também a representação do Projeto no Príncipe. No ano letivo seguinte, 2012/2013, passou a haver também um formador para Matemática.⁶⁹ As alterações organizativas permitiram obter melhores resultados e contribuíram para uma melhor eficiência.

⁶⁵ Informação presente também no documento *Monitoria do Quadro Lógico*, s/d, p 10

⁶⁶Fonte: *Escola+ Dados estatísticos gerais do início do ano letivo*, fornecidos em maio deste ano pela coordenação do Projeto.

⁶⁷ *Plano de acompanhamento 2011/2012*, julho de 2011, p.16; *Plano de acompanhamento 2012/2013*, julho de 2012, p 17.

⁶⁸ *Monitoria do Quadro Lógico*, IMVF, s/d, p. 11.

⁶⁹ *Monitoria do Quadro Lógico*, IMVF, s/d, p. 11; entrevistas em São Tomé.

Quadro 7 – Evolução do acompanhamento de professores para a revisão curricular do 1º e do 2º ciclos do ES

Evolução do acompanhamento de professores para a revisão curricular Professores do 1º ciclo				Evolução do acompanhamento de professores para a revisão curricular Professores do 2º ciclo			
Disciplinas	2011-12	2012-13	Evolução	Disciplinas	2011-12	2012-13	Evolução
Língua Port.	59	65	+ 6	Língua Port.	7	9	+2
Inglês	31	43	+ 12	Inglês	4	6	+2
Francês	33	40	+7	Francês	2	4	+2
História	33	47	+14	Int. Social	7	12	+5
Geografia	38	45	+7	Filosofia	6	6	=
Ciências Naturais	34	47	+13	TIC	3	4	+1
Física	33	41	+8	Física	2	4	+2
Química	18	28	+10	Química	2	2	=
Matemática	50	67	+17	Matemática	8	15	+7
EVO	59	75	+16	Educação Física	4	6	+2
Educação Física	28	40	+12	História	2	3	+1
Ed. Saúde	18	19	+1	O. Art.	1	1	=
Ed. Ambiental	20	20	=	Biologia	3	5	+2
Tecnolog. CEP	-	9	-	Geografia		2	-
Formação Cívica	-	17	-	Geometria Descritiva	1	-	-
TOTAL	452	603	+153	TOTAL	53	79	+26

INDICADOR 7: Qualidade do ensino melhorada nas diferentes disciplinas lecionadas

Resultado: Meta atingida

A justificação que apresentamos fundamenta-se no seguinte: (i) Opinião dos professores acompanhados no processo de revisão curricular; (ii) Opinião dos formadores, professores cooperantes e nacionais que realizaram o acompanhamento; (iii) Opinião dos professores que frequentaram os cursos ministrados pela ESECS/IPL (CGCSP e CCF).

a. *Opinião dos professores acompanhados no processo de acompanhamento da revisão curricular/capacitação*

Por limitações de espaço só serão tratados alguns dados. A consulta dos dados globais (anexo 5.3) poderá fornecer informações adicionais.

a.1) A análise da opinião dos professores inquiridos sobre o processo de formação é francamente positiva, o que nos permite concluir que, globalmente, a formação foi bem

sucedida: 96% declararam ter acompanhado com facilidade as temáticas da formação; 92% consideraram-nas úteis para a prática pedagógica; 83% entenderam serem adequados os recursos e materiais que foram utilizados na formação; e 83% acharam adequado o tempo de formação.

a.2) Quanto à influência que a formação teve em diferentes dimensões do seu trabalho pedagógico, as respostas confirmam a formação ter tido muita influência na atualização dos conhecimentos científicos e pedagógicos-didáticos, na utilização dos novos programas, na utilização dos novos textos de apoio, no desenvolvimento pessoal e profissional e no que respeita à carreira profissional.

Quanto à influência que o processo de formação teve na melhoria salarial, as respostas são claras: 73% nenhuma influência e 24% pouca influência.

a.3). Sobre as estratégias de formação, sublinhamos as mais relevantes na ótica da apropriação crítica e reflexiva da revisão curricular: os formadores encorajaram a reflexão crítica, criaram um ambiente propício ao diálogo e confirmam a preocupação em ver valorizados os seus pontos de vista. Estes dados são muito animadores em relação ao clima de trabalho estimulante e dialogante em relação à intervenção dos formandos na apropriação ativa e reflexiva dos conteúdos da formação.

Quanto aos conteúdos da formação, os formadores expuseram conhecimentos novos para os formandos, confirmando o que se refere nos planos de acompanhamento sobre o nível científico da formação que tinha esse objetivo expresso⁷⁰. É ainda evidenciada a importância que a formação teve no fomento do uso correto da língua portuguesa.

São considerados aspetos mais positivos do acompanhamento as referências às mudanças no sistema de ensino entendidas como: “familiarização com novo sistema educativo o novo sistema de avaliação, a planificação, o controlo da assiduidade dos alunos, a organização curricular, a atualização dos programas, a melhoria do currículo dos alunos e a atualização dos conhecimentos dos professores”.

⁷⁰ Planos de acompanhamento já analisados a propósito do indicador n.º 6

Ora tendo sido considerado como objetivo principal do acompanhamento/capacitação a apropriação, por parte dos professores das inovações, que a revisão curricular trazia ao sistema, esta resposta mostra que os professores tinham consciência que era isso mesmo que se pretendia e reconheceram esse objetivo na formação que lhes foi ministrada. Assim, conhecendo os conteúdos dos Planos de acompanhamento dos professores, só podemos concluir que o trabalho realizado com os professores foi bem-sucedido. E foi por eles reconhecido.

Quanto aos aspetos menos positivos não podemos deixar de referir com preocupação a “falta de recursos materiais para o trabalho dos professores” e “as falhas nos materiais e/ou conteúdos”.

As sugestões mais significativas referem-se à melhoria das condições de trabalho nas escolas e às formas de compensação dos professores. Esta última resposta confirma a importância da questão das compensações remuneratórias. Em ambos os casos são evidentes questões que num novo projeto não podem deixar de ser contempladas.

b. Opinião dos responsáveis pelo acompanhamento dos professores

Vamos agora analisar alguns desses dados (Anexo 5.8) devolvidos aos professores formadores ainda durante a missão.

Os formadores têm formação de nível superior e a experiência fora da docência (delegados de disciplina, diretores de turma, etc.) foi obtida tanto em Portugal como em STP. Nenhum refere ter experiência profissional em formação de professores. A permanência no Projeto é variável e a passagem de informação e a integração dos novos foi sempre assegurada pela coordenação⁷¹.

b.1) Dimensões de reflexão do processo de acompanhamento/capacitação: a opinião dos formadores

Por razões de espaço trataremos apenas as questões referentes aos aspetos mais e menos positivos da “experiência como formador”.

b.1.1) Foram considerados como aspetos mais positivos:

⁷¹ Informação recolhida nas entrevistas à Coordenação Nacional.

- *As relações interpessoais e a comunicação; o novo currículo, em sentido lato; a qualificação dos professores; o desenvolvimento profissional dos professores; o desenvolvimento e satisfação profissionais como formadores.*

b.1.2) Foram considerados como aspetos menos positivos

-Limitações sentidas: *número elevado de professores por sessão de acompanhamento; tempo de duração do acompanhamento insuficiente; as faltas dos professores às sessões; a resistência dos professores à mudança e à nova metodologia.*

-Sobre o novo currículo: turmas heterogêneas e com excessivo número de alunos; dificuldades de aprendizagem dos alunos; falta de formação científica e pedagógica; ausência de ensino experimental das Ciências; falta e por vezes inexistência de materiais, incluindo os desportivos.

-Função docente pouco valorizada: exercício de outras atividades em paralelo e, em consequência, pouco tempo dedicado à docência e ao acompanhamento.

-Questões de ordem institucional: falta de colaboração do MEC no sentido de responsabilizar os professores em relação ao acompanhamento; falta de exigência de alguns diretores no cumprimento nos horários.

Para os formadores: apoio ao processo de formação por uma instituição competente; um modelo de formação concebido por pessoas competentes. A formação para os agentes de cooperação deve ser feita em regime de formação contínua, assegurando a atualização científica dos formadores.

c. Opinião dos professores que frequentaram os cursos ministrados pela ESECS/IPL.

Os dados globais tratados encontram-se nos Anexos 5.6a, 5.6b, 5.6c e 5.6d. Neste texto tratamos as respostas a algumas das questões comuns aos vários questionários.

Os cursos realizados pela ESECS/IPL foram os seguintes: o CGCSP destinado aos delegados de disciplina e os CCF destinados a professores bacharéis de Matemática, de Física - Química e de Biologia. Estes últimos obtiveram, assim, o grau de Licenciatura⁷². Só estes últimos viram a sua formação certificada por um diploma que permitiu a obtenção de um grau académico. A distribuição dos inquiridos por género revela uma população predominantemente

⁷² QML, IMVF, s/d pp. 11-12

masculina: 60 homens e 18 mulheres. Há portanto um grande trabalho a desenvolver no domínio da igualdade de género no que respeita à profissão docente. A distribuição etária mostra-nos uma população que se situa maioritariamente entre os 30 e os 41 anos.

c.1. Contributos para o reforço das capacidades dos recursos humanos: a opinião dos formandos sobre os cursos

No sentido de apreciarmos o contributo que os cursos deram para o reforço das capacidades dos recursos humanos do país, nomeadamente para o funcionamento do sistema do ES, formulámos um conjunto de questões cujas respostas nos permitem afirmar que os cursos contribuíram bastante para reforçar capacidades dos recursos humanos e melhorar o funcionamento do sistema educativo.

c.1.1. Sobre o plano curricular dos cursos

Quanto às respostas obtidas a maioria considera o plano curricular dos cursos Favorável ou Bastante favorável. As justificações apresentadas estão organizadas em duas grandes categorias: i) Enriquecimento do conhecimento próprio - os cursos permitiram adquirir, melhorar e enriquecer conhecimentos curriculares, pedagógicos e ii) Aplicabilidade na função desempenhada - os cursos melhoraram o trabalho de organização, orientação e supervisão como delegado de disciplina; corresponderam às necessidades das funções.

c.1.2. Sobre a componente teórica e prática dos cursos

A opinião dos formandos é maioritariamente favorável, quer em relação à componente teórica, quer em relação à componente prática dos cursos. A importância da componente teórica é justificada pelos conhecimentos teóricos ministrados que permitiram a atualização científica e pedagógica e por terem sido disponibilizados materiais de estudo e bibliografia. Quanto à componente prática, salientam-se as respostas que realçam o trabalho de grupo e a intervenção dos formandos como uma metodologia de grande valia, que permite melhorar a aptidão no desempenho das respetivas funções.

c.1.3. Qualidade média dos cursos ministrados

A opinião dos inquiridos é maioritariamente consensual no que respeita à qualidade dos cursos. As justificações estão organizadas em duas categorias: i) a qualificação dos professores, unanimemente reconhecida e elogiada; ii) a satisfação com os resultados.

c.1.4. Sobre a utilidade dos cursos para a competência global como supervisor e ou professor
As respostas analisadas são francamente positivas, pois a maioria dos professores considera que o curso foi muito útil para o desenvolvimento das suas competências, porque permitiu a “melhoria das competências e do trabalho enquanto delegado”; deu um “contributo para aumentar os conhecimentos básicos /conhecimentos sólidos para o exercício da função”; permitiu a “ aquisição de novas formas de agir e de orientar e supervisionar professores”, deu “ mais instrumentos para exercício da função de delegado”.

Os domínios identificados como tendo sido objeto de contributos úteis são os seguintes: um maior domínio dos novos programas e uma melhor aplicação do novo sistema de avaliação; a atualização dos conhecimentos científicos e pedagógicos – didáticos e sobre avaliação da aprendizagem; o desenvolvimento pessoal e profissional como supervisor e ou professor.

c.2. Pontos fortes e pontos fracos dos cursos

c. 2.1. Pontos fortes

- Sobre o curso: organização do tempo; acompanhamento constante aos professores; troca de experiências; planificação pedagógica; a qualidade dos professores; o trabalho em equipa; a colaboração com os professores.

- Sobre os resultados e efeitos dos cursos:

Como delegado: melhorou o conhecimento, a qualidade do trabalho, o acompanhamento do grupo disciplinar; desenvolveu atitude reflexiva dos delegados; equipou os delegados com instrumentos para exercer a função; aumentou a autoestima e a confiança.

Como professor: enriqueceu o conhecimento didático; melhorou os conhecimentos sobre a organização do atual sistema de ensino-aprendizagem e o método de avaliação dos alunos; melhorou a forma de lidar com os alunos.

Para o sistema: melhorou a qualidade dos serviços

c.2.2. Pontos fracos

A não inclusão na formação de todos os delegados e dos professores mais antigos, que não têm formação pedagógica; partilha financeira desequilibrada; nenhuma promoção em relação a categorias; pouca valorização da formação pelas entidades superiores nacionais; disparidade em termos do subsídio.

c.3. Alguns constrangimentos sentidos pelos formandos

Os inquiridos referiram como constrangimentos “as condições climatéricas” e “o cansaço físico”.

Em síntese, somos de opinião que o foi descrito permite considerar que a meta foi atingida. Naturalmente que outros dados seriam necessários para o confirmar, com maior segurança e rigor. A qualidade do trabalho docente não pode ser avaliada apenas pela formação recebida num determinado momento da carreira profissional.

Apesar da nula influência do processo em termos salariais, os professores aderiram aos processos, participando e assumido como seus objetivos do Projeto e os resultados visados. Os aspetos positivos referidos são intrínsecos à dinâmica e ao objeto do Projeto enquanto alguns dos aspetos menos positivos são contextuais.

INDICADOR 8: Aumentada a capacidade de atrair quadros nacionais para o Ensino

Resultado: Meta não verificável

Este indicador deve ser analisado em conjunto com o indicador nº 10, que tinha como meta o Estatuto da Carreira Docente, cuja implementação permitiria melhorar as condições de trabalho docente (revalorização salarial e segurança e progressão nas carreira docente) e daria um contributo de grande valor para aumentar a capacidade de atração de quadros técnicos para o ensino. Os dados recolhidos junto dos professores e anteriormente analisados evidenciam pouca motivação, em termos salariais e de progressão na carreira. Desta maneira será difícil atrair mais quadros nacionais para integrarem o sistema de ensino santomense.

Ainda assim, tentou-se confrontar alguns dados obtidos, que permitissem outra abordagem a esta questão.

a. A consulta do descritivo do Projeto⁷³ sobre a formação científica e profissional dos professores apresenta a seguinte situação, em termos globais, nas duas ilhas e que, neste âmbito, poderemos considerar como situação prévia:

Quadro 8 – Número de professores segundo a respetiva formação

Professores com formação específica	Professores sem formação específica	Professores sem formação
302	43	170

b. Informação disponibilizada pela coordenação do Projeto com dados recolhidos num formulário preenchido pelos professores revela uma situação⁷⁴ referente ao ano de 2013, mas que não é comparável com os números anteriormente apresentados.

c. Foi pedida informação ao Diretor de Ensino⁷⁵ sobre a evolução em número e por disciplina da formação académica dos quadros docentes do país, que não se conseguiu obter. Por essa razão se considera que a falta de dados não permite aferir o nível de concretização da meta.

INDICADOR 9: Implementado um sistema de formação contínua

Resultado: Meta não atingida.

A LBSE⁷⁶ apresenta no art.º 30, nº 1, um conjunto de Princípios Gerais sobre Formação de Professores e Educadores a considerar na criação e implementação de um sistema de formação de professores. No Estatuto da Carreira Docente⁷⁷ (art.º 9, ponto 4) pode ler-se “A formação contínua visa promover e qualificar o pessoal docente e promover a eficácia e a efetividade do sistema educativo, mediante a articulação entre as necessidades organizacionais e sociais e os planos individuais de carreira”. Considerando a importância fulcral deste quadro legal no desenvolvimento do sistema educativo do país, a formação de professores nas suas diferentes modalidades não podia deixar de ser assumida pelo MEC. Essa

⁷³Educação Para Todos Projeto de Dinamização do Ensino Secundário em São Tomé e Príncipe, IPAD/Fundo da Língua Portuguesa, s/d., pp. 14-15

⁷⁴ Cf. Bibliografia: Professores do ES. Acompanhamento dos professores das classes da revisão curricular do ES. STP: Escola+

⁷⁵ Reunião na Direção de Ensino, abril de 2013

⁷⁶ Lei n.º 2/2003 promulgada em 3 de janeiro de 2003

⁷⁷ Decreto-Lei n.º 5/2011, D.R. de 18 de abril de 2011

é uma razão importante para que a implementação de um sistema de formação contínua de docentes tenha sido uma meta definida para um projeto que visou a dinamização do ES.

A informação disponibilizada num documento fornecido pelo IMVF⁷⁸, em abril deste ano, à equipa de avaliação refere que “um sistema de formação contínua está em curso”. Esta informação não foi por nós confirmada em nenhuma fonte consultada.

O que nos foi dado observar e analisar não pode ser considerado um “sistema de formação contínua”, nem pelo sentido conferido pelo quadro legal já referido, nem por aquilo que é hoje consensual, ou seja, um conjunto de medidas articuladas e fundamentadas na investigação sobre formação de professores, incluindo objetivos de médio e longo prazo, com o propósito de assumir e garantir a atualização científica dos docentes, estimular uma prática pedagógica adequada ao contexto em que o ato educativo decorre e promover a reflexão e autoavaliação dos docentes. É um sistema que, procurando o desenvolvimento profissional dos docentes com reflexo na progressão da carreira e na revalorização salarial, tem como fim último o sucesso académico, pessoal e social dos alunos. Para isso são necessários, entre outros, programas, formadores e avaliação e certificação dos professores.

Reconhece-se, porém, que tenha havido a intenção de conceber e implementar um “sistema de formação contínua”, quando se afirma que “O modelo de formação de professores será desenvolvido pelo Instituto Superior Politécnico, com a colaboração da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria, sendo o modelo para a formação científica desenvolvido e trabalhado ao longo do primeiro ano entre estas duas instituições, para implementação nos anos seguintes”⁷⁹. No mesmo RIA (p. 13) encontramos uma atividade “Capacitação dos professores (Articulação com o Instituto Superior Politécnico de Leiria” prevista para outubro a dezembro de 2010”) que evidencia a intenção de elaborar um “sistema “ articulado no seu todo.

O que nos é dado concluir é que, pese embora a intenção de gizar um sistema de formação, o que encontramos foi, por um lado, um lado um conjunto de cursos concebidos e realizados pela ESECS/IPL e por outro um conjunto de ações desenvolvidas (acompanhamento dos professores visando a revisão curricular) pelos professores cooperantes portugueses e

⁷⁸ **Monitoria do Quadro Lógico. IMVF, s.d. pg. 5**

⁷⁹ **RIA 1, p 9**

professores santomenses. Ações de formação associadas a projetos e/ou a reformas, curriculares ou outras não constituem um sistema de formação contínua. Por essa razão, não consideramos que o conjunto destas duas intervenções, embora bem-sucedidas, possa ser considerado um “sistema de formação contínua” para o país.

INDICADOR 10: Elaborar uma proposta de Estatuto de Carreira docente

Resultado: Meta não atingida

O Estatuto da Carreira Docente foi publicado ainda em 2011⁸⁰ e não foi preparado nem apresentado pelo Projeto Escola+⁸¹. Não foi regulamentado nem implementado no tempo de vigência do Projeto.

A sua regulamentação e aplicação poderia ter sido também um contributo valioso para os indicadores nº 8 e nº 9, como atrás se referiu.

R3– Capacidade de gestão e acompanhamento reforçada

A análise dos resultados referentes ao eixo R3 é orientada pelos indicadores e metas definidos para este eixo na descrição do Projeto Escola+ e que se encontram numerados como no documento original:⁸²

INDICADOR 11: Documento de caracterização do ensino secundário de São Tomé e Príncipe elaborado.

Resultado: Meta não atingida

Não foi, previamente ao início do Projeto, elaborado um documento pormenorizado

Da proposta do Projeto inicialmente intitulado *Educação para Todos – Projeto de Dinamização do Ensino Secundário em São Tomé e Príncipe*, apresentada pelo IMVF para financiamento do IPAD, Fundo da Língua Portuguesa, consta a conceção do Projeto que viria a ser designado Escola+.

Na referida proposta é referido em relação à “Estrutura de Ensino em São Tomé e Príncipe” que “o sistema educativo Santomense sofre de uma superlotação ao nível do ensino secundário, devido ao elevado número de alunos, verificando-se um excesso de concentração

⁸⁰ Decreto- Lei 5/2011, D.R. de 18 de abril de 2011

⁸¹ Monitoria do Quadro Lógico. IMVF, s.d. pg. 5

⁸² Educação Para Todos Projeto de Dinamização do Ensino Secundário em São Tomé e Príncipe, IPAD/Fundo da Língua Portuguesa, s/d, pp 3-4

no Liceu Nacional, o qual se apresenta em situação de rutura, dado que foi concebido para uma população de 1 000 alunos e atualmente comporta mais de 5 700.” (p.13)

É ainda referido que se verifica “uma fraca qualificação do corpo docente, havendo necessidade de garantir a formação inicial, bem como a publicação do estatuto da carreira docente, por forma a motivar a prática da profissão. Mais de 80% dos docentes do ensino secundário não possuem formação específica adequada, fatores que se refletem na baixa qualidade de ensino, de uma forma geral, no sistema público do ensino secundário.” (p.13)

É ainda indicado, no mesmo documento, o número de alunos por distritos, estabelecimentos de ensino e classes do ES, sendo referido que a 12ª classe ainda não tinha sido ainda implementada.

É igualmente indicada a formação dos professores que lecionavam no ES, por distritos e por estabelecimentos de ensino.

Também é referido o Ensino Profissionalizante, os cursos promovidos pela Cooperação Portuguesa e os cursos promovidos pelo Centro Politécnico de Formação, assim como o total de alunos que os frequentavam.

Seguidamente na proposta são apresentados os “problemas a resolver e recursos a valorizar”, nomeadamente: “a degradação de edifícios e equipamentos e falta de cobertura nacional do ensino secundário;” “desajustamento do currículo geral e falta de manuais escolares”; a “limitação do currículo profissionalizante”; a “centralização e concentração do sistema de ensino secundário”; a “deficiente formação e falta de motivação do corpo docente” e a “falta de formação em gestão escolar, supervisão e controle do sistema” (pp. 15-17).

Julgamos que esta caracterização do Ensino Secundário apresentada não possibilita uma avaliação rigorosa dos resultados obtidos, dado o estudo da situação prévia (*base-line study*) ser muito geral e não possibilitar uma apreciação pormenorizada dos progressos alcançados no final do Projeto por comparação com a situação inicial.

Em duas entrevistas realizadas a um responsável e a um técnico com intervenção no controlo do Projeto foi referido que “não houve tempo para um estudo mais aprofundado da situação prévia existente” e no primeiro relatório intercalar técnico e financeiro do Projeto, referente ao período de março a setembro de 2009 é referido que “os 4 meses previstos no Projeto

para diagnósticos, tiveram de ser revistos, dado o atraso na assinatura do protocolo” (RIA 1, p. 47).

No entanto, julgamos que os principais problemas a resolver e recursos a valorizar foram detetados e indicados, o que permitiu a elaboração do Plano Operacional de Intervenção.

É também de referir que ao longo da Projeto foram realizadas observações e inquéritos (RIA 1 p. 9 e 12; RIA 2, p. 25; RIA 6, p. 39) em todas as escolas secundárias de STP, que permitiram uma adequação progressiva do Projeto à real situação existente nas escolas. (Foram até ao momento apresentados, até julho de 2013, sete relatórios intercalares, técnicos e financeiros, com uma periodicidade semestral onde é relatada a evolução do Projeto, posteriormente designado por Projeto Escola+).

No entanto, nunca nos foi facultado um documento detalhado de caracterização do ensino secundário de São Tomé e Príncipe, elaborado no âmbito do Escola+.

Em 2012, foi publicada pelo Ministério da Educação, Cultura e Formação de São Tomé e Príncipe a *Carta de Política Educativa (Visão 2022)* da qual consta o “Diagnóstico e situação atual do sistema educativo” e as “[Orientações estratégicas no horizonte de 2022](#)”, incluindo as que dizem respeito ao ensino secundário, e que deverão ser tidas em conta no prosseguimento da dinamização deste nível de ensino em STP.

No Relatório Intercalar 7 do Projeto Escola + é mencionada a referida *Carta de Política Educativa* de São Tomé e Príncipe e é comentado que os objetivos e metas nela indicados são muito ambiciosos para um horizonte temporal de 10 anos, tendo em conta a atual situação, mas devem ser considerados como objetivos de longo prazo para o qual o Projeto Escola + deve contribuir (RIA 7 p. 70)⁸³.

⁸³ Definiu-se que durante o primeiro ano de implementação do Projeto, será realizado um diagnóstico, em conjunto com o Ministério da Educação e Cultura, tendo em vista a definição das escolas prioritárias a apoiar e avaliar possíveis sinergias e parcerias na reabilitação das escolas secundárias do país. Antes de se iniciar uma intervenção que vise melhorar a organização e a eficiência dos serviços administrativos das escolas secundárias, optou-se por se efetuar primeiro um diagnóstico da situação em cada uma das escolas, já que estas têm características muito específicas. Foi elaborado um inquérito, apresentado aos diretores das escolas e posteriormente preenchido por estes. Após uma primeira análise do documento síntese dos inquéritos, foram detetadas algumas lacunas no preenchimento e aparentes disparidades entre os dados e a realidade de algumas escolas. Para resolver este problema, ficou decidido reforçar o acompanhamento da equipa nacional ao funcionamento das escolas, reforçando o número de visitas às mesmas e o trabalho com os diretores. (RIA 2, p. 25).

INDICADOR 12: Plano Operacional de Intervenção elaborado e divulgado

Resultado: Meta atingida

No Relatório Intercalar 1 (sem data, mas que deve corresponder ao período de 1 de março de 2009 a 31 de outubro do mesmo ano) é referido que “foi elaborado um Plano Operacional de Intervenção⁸⁴, validado pelo Ministério da Educação de São Tomé e Príncipe, que enquadrou a intervenção dos vários eixos de intervenção e definiu calendários para a sua implementação. Como documento de trabalho, este Plano serve de referência e orientação, estando o mesmo em permanente evolução /adaptação para responder aos desafios, oportunidades e constrangimentos que vão afetando o Projeto” (RAI 1, p. 47).

No referido *Plano Operacional de Intervenção* é indicado que o Projeto Escola+ “aposta no reforço das capacidades endógenas de São Tomé e Príncipe ao nível da Educação, procurando melhorar as condições no ensino secundário do país, atrair e estabelecer novos quadros, incentivar e motivar os professores para o desempenho da sua atividade, reforçar as suas capacidades e, desta forma, promover a sustentabilidade técnica do sistema de ensino (p. 2).

Para tal, as ações a desenvolver serão implementadas pelo Instituto Marquês de Valle Flor (IMVF) em parceria com o Ministério da Educação e Cultura de São Tomé e Príncipe e com a Assistência Técnica de uma equipa de peritos especializados e da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria e Ministério da Educação de Portugal” (p.2).

Seguidamente é indicada a metodologia de intervenção, onde é mencionada a participação de “ equipas de peritos associados ao IMVF, bem como da Assistência técnica do Ministério da Educação de Portugal e da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria, do “corpo coordenador nacional” constituído por personalidades Santomenses com reconhecido conhecimento no setor educativo e que têm como função dinamizar o processo e garantir a implementação das orientações para a execução de todas as atividades previstas bem como a necessária articulação com o Ministério de Educação e Cultura de São Tomé e Príncipe.

⁸⁴Plano Operacional de Intervenção (S/D) IMVF, IPAD, MEC., (não paginado)

No mesmo documento são indicados os objetivos (global e específico) do Projeto, os resultados esperados e as metas a atingir, assim como a calendarização das atividades a desenvolver em cada um dos quatro eixos considerados, para se conseguir uma maior eficácia das ações a implementar.

No documento são ainda definidos os quatro eixos que se mantiveram ao longo da implementação do Projeto Escola+: R1 - Parque escolar melhorado e reforçado; R2 - Competência técnicas dos professores melhoradas; R3 - Capacidade de gestão e acompanhamento reforçada, R4 - Sistema de ensino mais adaptado às necessidades do país. Para cada um dos referidos eixos indica objetivos a atingir, atividades a desenvolver e calendarização das mesmas, assim como a proposta de um modelo para a “Organização do Ensino Secundário, em articulação com os diferentes níveis de ensino” (Ensino Básico na base e Ensino Superior Politécnico e Ensino Superior Universitário no topo).

O POI é portanto de um documento fundamental para a implementação do Projeto.

No entanto, julgamos que, no que respeita à coordenação do Projeto, deveria ter havido uma melhor explicitação das tarefas a desenvolver por cada uma das instituições envolvidas, de modo a promover uma integração e articulação entre elas, e a assegurar uma maior eficácia do Projeto.

Julgamos também que deveria ter sido incluída uma análise e gestão do risco, explicitando-a nos relatórios de acompanhamento, o que impediu que alguns objetivos e metas não tivessem sido plenamente alcançados. Quanto à divulgação do Plano Operacional de Intervenção (POI) ela foi feita através de meios de comunicação santomenses e portugueses, nos sítios das instituições que participaram no Projeto, nomeadamente do IMVF e do CICL.

Nas escolas santomenses a divulgação foi feita pelos membros da coordenação do Projeto, equipa GAPE+ e pelos professores cooperantes portugueses. Ressalvamos também a comunicação intitulada “A reforma do ensino secundário em São Tomé e Príncipe. Apresentação do Projeto Escola+” apresentada pela Professora Antónia Barreto da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria, no *Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspetiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*, realizado em Lisboa, comunicação publicada em Atas do Colóquio. No RIA 5 (que diz respeito ao período de maio

de 2011 a setembro de 2011) relativamente à visibilidade do Projeto é referido que a “dimensão do trabalho desenvolvido pelo Projeto nos últimos dois anos tem tido alguma dificuldade de ser transmitida para a generalidade da população em São Tomé e Príncipe. Nesse sentido, o IMVF irá promover um programa semanal na televisão pública nacional em que os vários projetos promovidos com o apoio da Cooperação Portuguesa terão o devido destaque, como forma de melhor transmitir informação e envolver assim a comunidade” (RIA 5, pp. 80-81).

INDICADOR 13: Novo modelo de gestão coordenada e descentralizada do ensino secundário implementado no final do Projeto

Resultado: Meta parcialmente atingida (em progressão)

No âmbito do Projeto Escola+ foi preparado o Despacho 38/GMEC/2010, que foi aprovado pelo Governo de STP. Diz respeito ao regime de organização e gestão administrativa e pedagógica dos estabelecimentos públicos de ensino secundário e dá uma maior autonomia das escolas. Trata-se de um documento fundamental para a gestão e administração das escolas.

Anteriormente ao Projeto Escola+ havia uma falta de formação em gestão escolar, supervisão e controle do sistema, pois a gestão dos estabelecimentos de ensino escolares não previa essa formação. Os diretores eram nomeados e os procedimentos de uma grande parte dos gestores, delegados de disciplina e metodólogos eram meramente burocráticos e não existia qualquer avaliação do sistema.

As instalações não permitiam também que os diretores, delegados de turma tivessem espaços dignos e funcionais para exercerem as suas funções, e os serviços administrativos não estavam organizados no que diz respeito a alunos, professores e controlo financeiro.

Nos considerandos do Despacho 38/GMEC/2010 acima citado é afirmado que “uma das metas do Ministério da Educação e Cultura é a implementação de um novo modelo de organização e gestão das escolas secundárias”, modelo que “preconiza uma maior autonomia das escolas, a ampliação das competências dos seus órgãos, estruturas e serviços, o envolvimento efetivo das famílias e das comunidades na educação das nossas crianças e dos nossos jovens, bem como a possibilidade de as escolas servirem as comunidades em que

estão inseridas” e ainda “que as escolas, simples prolongamentos do Ministério da Educação até ao momento, passam a ter órgãos próprios de gestão e podem vir a assumir competências e responsabilidades próprias que permitem adequar a gestão escolar às particularidades e exigências de cada escola, corporizadas no respetivo projeto educativo.”

Como órgãos de direção e gestão das escolas, são instituídos os seguintes: o diretor; o conselho pedagógico; o conselho administrativo e a assembleia de escola.”

Considerando que estes órgãos são fundamentais para a direção e gestão e administrativa das escolas, vejamos a situação atual nas escolas secundárias de STP:

- a) As 14 escolas do ensino secundário têm todas Diretor, 10 têm igualmente como coadjuvante do Diretor um Subdiretor e 3 têm ainda outros membros na Direção, dado o grande número de alunos que as frequentam e terem turnos de manhã, à tarde e à noite (Trindade, Liceu Nacional e Patrice Lumumba). Cinco escolas têm ainda Assessoria técnico-pedagógica da Direção (Neves, Santa Catarina, Guadalupe, Desejada, Porto Alegre e Região Autónoma do Príncipe). À exceção de Porto Alegre todas têm Chefe dos Serviços Administrativos.
- b) Todas as Escolas têm Conselho Pedagógico à exceção da escola de Almas
De acordo com o Artigo 24º devem participar no Conselho Pedagógico os delegados de disciplinas ou do agrupamento de disciplina dos coletivos ou agrupamentos de disciplinas; outras estruturas de coordenação quando as haja; representantes dos encarregados de educação, do pessoal não docente e dos alunos, estes últimos apenas no caso do 2º ciclo do ensino secundário.
- c) Todas as 12 escolas têm delegados que participam no Conselho Pedagógico e no Liceu Nacional o Diretor dos Cursos de CSPQ também participa no CP, assim como outras estruturas de coordenação em Santana. Representantes dos encarregados de educação e do pessoal não docente só participam em duas escolas (Santana e Angolares) e em nenhuma escola há participação dos alunos.
- d) De acordo com o Artigo 28º o Conselho Administrativo é constituído pelo Diretor que preside, pelo Subdiretor e pelo Chefe dos Serviços Administrativos ou por quem o substitua. Têm Conselho Administrativo 7 escolas (Neves, Santa Catarina, Guadalupe e Desejada, Bombom e Santana, Liceu Nacional e Patrice Lumumba).

e) Só têm Assembleia de Escola 4 escolas (Guadalupe, Bombom, Santana e Angolares, esta só com a representação de 3 docentes e numa escola (Patrice Lumumba) está em formação. (Dados fornecidos pela assessora técnica do Projeto Escola+ do eixo R3 e inquéritos realizados nas escolas).

Os diretores exercem as funções consignadas no referido Despacho (artigo 13º) e as escolas têm regulamento interno e elaboram o plano e relatório de atividades (que incluem atividades extracurriculares), algumas colaboram umas com as outras.

Devemos, no entanto, referir que as escolas não têm autonomia financeira, nem um fundo de maneiio, o que condiciona muito as suas atividades e não fazem o recrutamento do pessoal docente, estando estas competências centralizadas no MECF.

Contudo, a elaboração, aprovação e publicação do Despacho atrás referido constituiu um passo decisivo para a gestão coordenada e descentralizada do ensino secundário.

Como referiram alguns diretores, a aplicação do Despacho é “um processo lento, mas progressivo”.

Julgamos que aplicação integral do Despacho da Gestão tem e virá a ter impactos muito positivos no funcionamento da gestão administrativa e pedagógica das escolas.

Isto só foi possível devido ao facto de os gestores e administradores terem competências reforçadas ao nível da gestão e administração escolares, por terem frequentado o Curso de Formação em Administração e Gestão Escolar no ano letivo de 2009-2010 e ao acompanhamento que têm tido por parte da Coordenação do Projeto Escola+.

INDICADOR 14: Gestores e administradores escolares com competências reforçadas ao nível da gestão escolar

Resultado: Meta inicial de 20 gestores formados foi ultrapassada, mas atualmente existem gestores sem formação

A meta inicial de 20 gestores foi ultrapassada, pois 24 gestores receberam formação, não estando no entanto todos em exercício de funções pois foram substituídos por outros sem formação.

No ano letivo de 2009-2010, 24 formandos, 3 de cada escola (8 escolas): diretores, subdiretores, chefes dos serviços administrativos e outros frequentaram o Curso de Formação em Administração e Gestão Escolar.

Só dois formandos eram do sexo feminino, o que levanta o problema de igualdade do género. Inquirimos 16 formandos cujas respostas incluímos no Anexo 5.5.

No entanto, é de evidenciar que 15 consideraram o plano curricular do curso muito bom ou bom; 14 afirmaram que contribuiu para a sua competência como gestores e 12 afirmaram que contribuiu muito para a gestão e administração da escola onde estão colocados.

Contudo e sendo o diretor das escolas nomeado pelo Governo, diretor que pode indigitar o subdiretor e o chefe dos Serviços Administrativos, constatámos que alguns não frequentaram o Curso de Formação em Administração e Gestão Escolar, pois foram substituir outros que foram afastados dos cargos que exerciam. Além das 8 escolas iniciais existem atualmente mais 6 escolas com ensino secundário, cujos membros da direção e dos serviços administrativos não frequentaram o mesmo curso, embora sejam regularmente acompanhados pela coordenação do Projeto.

Torna-se necessário dar formação aos novos membros das direções das escolas que já tinham ensino secundário. O mesmo terá que ser feito em relação aos dirigentes de escolas que só posteriormente passaram a ministrar este nível de ensino secundário.

Devemos referir que o Projeto procedeu ainda à implementação das estruturas de orientação educativa, delegados de disciplina e diretores de turma. Deste modo procedeu à formação/orientação e acompanhamento aos diretores de turma e forneceu *dossiers* de turma completos para todas as turmas; deu apoio documental a todos os diretores de turma, e realizou ações presenciais onde lhes foram dadas orientações. Do mesmo modo forneceu *dossiers* de disciplina para os delegados de disciplina.

O Projeto forneceu ainda às escolas instrumentos para o registo da avaliação dos alunos (grelhas de avaliação, pautas, termos) e para a recolha, tratamento e fornecimento de dados estatísticos.

Foi igualmente elaborado, no âmbito do Projeto, o regime de organização e funcionamentos dos serviços administrativos das escolas, que aguarda aprovação superior.

Em 2010/2011, 20 elementos das direções das escolas e funcionários administrativos receberam formação em *Word* e *Excel* dada por uma formadora credenciada e no decorrer do Projeto têm vindo a receber formação prática em *Excel* dada pelas assistentes técnicas da equipa de coordenação⁸⁵. Devemos ainda mencionar que o Projeto Escola+ adaptou instalações e forneceu equipamento para o funcionamento da direção e serviços administrativos das escolas.

INDICADOR 15: Inspetores escolares dotados de instrumentos eficazes no acompanhamento e supervisão pedagógica

Resultado: Meta parcialmente atingida

Foram formados Inspetores do ES, mas não foi aprovado o Estatuto da Inspeção do Ensino Secundário, o que impede que eles entrem em funções.

Não existindo atualmente avaliação do sistema da escola, nem avaliação do desempenho docente foi organizado pela Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria um curso de Formação para Inspetores Escolares que termina no final deste ano letivo de 2012/2013. No âmbito do Projeto foi elaborado o *Estatuto da Inspeção do Ensino Secundário* que aguarda aprovação do MECF.

Administrámos um questionário a formandos do Curso acima referido. O curso foi frequentado por 10 formandos (e não 15 como inicialmente previsto), dos quais 7 responderam ao questionário. Os 7 respondentes consideram os objetivos do curso atingíveis; 6 consideram a estrutura do curso muito boa ou boa; os 7 consideram os conteúdos do curso adequados ou bons; 6 consideram a avaliação muito boa ou boa e 5 consideram a legislação elaborada como adequada e aplicável ao Ensino Secundário de STP (Anexo 5.4).

⁸⁵ RIA, *Monitoria do Quadro Lógico*, pp. 5-6 e inquéritos aos chefes dos Serviços Administrativos das escolas secundárias.

R4. Sistema de ensino mais adaptado às necessidades do país

Tal como consta do documento *Educação Para Todos – Projeto de Dinamização do Ensino Secundário em São Tomé e Príncipe, IPAD/Fundo da Língua Portuguesa, s/d*, pp. 5-6 e em todos os relatórios intercalares a que tivemos acesso⁸⁶, o Projeto prevê a reforma e diversificação dos currículos escolares. E os indicadores e metas referentes a este eixo R4 encontram-se na p. 5 dos diversos relatórios.

Foi realizada uma primeira missão ao terreno que permitiu efetuar um planeamento com a equipa de coordenação nacional e que incluiu a visita a todas as escolas secundárias do país⁸⁷. De acordo com este relatório foi realizado o diagnóstico necessário para a formulação de propostas de reforma curricular e identificadas potenciais áreas de formação para os cursos profissionalizantes. A missão realizou encontros com as mais variadas entidades e instituições desde o Ministro da Educação aos Diretores de Escolas⁸⁸.

Logo nesses primeiros relatórios são referidos os objetivos do ES em STP, tal como constam do artº 9 da Lei de Bases do Sistema Educativo, o que constitui um indício de que os mesmos tenham sido tidos em conta pelo Projeto.

O sistema educativo que existia em STP estava quase exclusivamente direcionado para o prosseguimento de estudos superiores, o que não permitia a consecução dos objetivos fixados pela LBSE. Houve, pois, que proceder a alterações do organograma do sistema de ensino, dos planos de estudo, dos programas curriculares e de toda a organização e funcionamento das escolas secundárias, incluindo as práticas dos professores e a avaliação dos alunos⁸⁹.

Por motivos contextuais, houve a preocupação de adaptar a revisão curricular à realidade de cada escola, de a implementar gradualmente e de a abrir à possibilidade de novas experiências pedagógicas.⁹⁰ Mas ocorreu um “atraso na promulgação da revisão curricular”, o que “causou inúmeros constrangimentos na sua implementação”, apesar de se conseguir cumprir o programa previamente estabelecido.

⁸⁶ Concretamente na p. 3 dos diversos relatórios

⁸⁷ RIA 1, p. 28

⁸⁸ RIA 1, p. 28 e RIA 2, p. 30.

⁸⁹ RIA1, p. 29 e RIA2, p. 30

⁹⁰ RIA 2, p. 30 e 31

Os dados que registámos mostram-nos que uma revisão curricular como a deste projeto não teve o apoio firme e continuado que seria de esperar por parte do MEC de modo a ser vista como uma reforma estruturante promovida pelo Governo Santomense ao nível do sistema educativo e não apenas como uma reforma do Projeto Escola+, que era o objetivo dos mentores do Projeto⁹¹.

Vamos seguir uma sequência de indicadores e descrever aqui o que ressaltou da análise das diferentes fontes de informação que fomos consultando. Iremos começar pelos RIA que nos merecem confiança, pois, para além da forma clara como estão expressas as metas, foram formulados indicadores objetivamente verificáveis e revelaram a consulta a várias fontes de verificação, tal como consta no quadro de resultados esperados, indicadores e metas do documento atrás referido e em todos os RIA, nas pp. 4 e 5.

INDICADOR 16: Atualização dos currículos nas diferentes disciplinas

Resultado: A meta foi atingida

O Projeto Escola+ propôs um sistema de ensino com duas vias de formação em cada ciclo do ES, uma claramente orientada para o prosseguimento de estudos superiores – os Cursos de Ensino Geral (CEG) – e outra nitidamente orientada para uma integração mais rápida no mundo do trabalho – os Cursos de Educação Profissional (CEP), ao nível do primeiro ciclo, e os Cursos Secundários Profissionalmente Qualificantes (CSPQ), para o segundo ciclo. Já existia no sistema educativo, a título de experiência pedagógica, o ensino profissionalizante, pelo que a via profissional do Projeto veio a beneficiar dessa experiência pedagógica⁹². A existência destas duas vias de formação, em cada ciclo do ES, permitiu dar resposta às variadas características, interesses e motivações dos alunos, que poderão corrigir uma escolha inicial menos adequada e mudar de ramo.⁹³

Os currículos têm uma estrutura atual e adequada incluindo uma *Formação Geral* que engloba: Língua Portuguesa, Francês, Inglês, Matemática, Educação Física – no primeiro ciclo – e Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Educação Física e Integração Social e Filosofia – no segundo ciclo. E englobam outras componentes de formação, “identificadoras de cada via e

⁹¹ RIA 7, p. 40

⁹² Despacho Normativo N.º 54/2007, de 5 de Julho.

⁹³ RIA 1, p. 29 e RIA 2, p. 31

de cada curso”: a componente de *Formação Específica* e a componente de *Formação Tecnológica*⁹⁴.

Os planos de estudo e programas das disciplinas consideram-se bem concebidos, integrando as componentes teóricas, experimentais e de aplicação das disciplinas, explicitando o núcleo de aprendizagens fundamentais de cada disciplina, os objetivos a atingir e as competências a desenvolver no âmbito de cada disciplina, sugerindo estratégias de ensino e de aprendizagem para cada uma, apresentando uma diferenciação de conteúdos de acordo com as competências específicas relacionadas com cada via ou curso e integrando em todos os contextos as competências transversais comuns, nomeadamente as relativas à educação para a cidadania e às tecnologias de informação e comunicação (TIC)⁹⁵.

Verificou-se a preocupação louvável de os programas das diversas disciplinas obedecerem aos requisitos e princípios que se encontram expressos na LBSE⁹⁶. Procurámos avaliar se estes requisitos e princípios foram cumpridos, em particular o último princípio: a elaboração dos programas “deverá ter em consideração as aprendizagens essenciais efetuadas pelos alunos durante a escolaridade básica”. De facto, este é um requisito essencial da *teoria da aprendizagem significativa*, segundo a qual a existência de “*subsunçores*” adequados para as novas aprendizagens é condição *sine qua non* para que o aluno assimile melhor os significados dos conteúdos e não os aprenda mecanicamente.

As linhas orientadoras do currículo prescrito também foram por nós consideradas importantes porque: (i) ao defender-se a interdisciplinaridade e a integração das matérias e dos saberes, bem como o desenvolvimento de competências transversais nos diferentes domínios afetivo, social, psicomotor e cognitivo, aponta-se para um ensino multifacetado destinado a estruturar uma mente transdimensional, indo assim ao encontro do que as ciências e tecnologias da cognição têm defendido; (ii) ao procurar-se assegurar a articulação entre teoria e prática, integrando obrigatoriamente as componentes experimentais dos diversos saberes e a utilização das novas TIC, defende-se uma perspetiva epistemologicamente atual da ciência, em que há uma superação das grandes antíteses

⁹⁴ RIA 2, p. 31

⁹⁵ RIA 1, p. 30

⁹⁶ RIA 2, p. 32

filosóficas; (iii) e ao preconizar-se que as atividades letivas semanais não ultrapassem as 30 horas tem-se em conta a pedagogia moderna, em que as atividades extracurriculares e a ligação ao mundo real são também cognitivamente muito enriquecedoras.

Apreciámos ainda muito favoravelmente as exigências de os programas serem elaborados em linguagem sucinta, clara e acessível, indicarem quais os conceitos e as competências essenciais adquiridas no ensino básico como pré-requisitos, a necessidade de prever tempos na gestão do programa”, prever a utilização das TIC, tão fundamentais no ensino atual, e a exigência de uma bibliografia variada (de didática, de divulgação, de sugestão de atividades)⁹⁷.

Realçamos também como benéfico que os programas do 12º ano transitório tenham sido trabalhados por equipas do ISP, tendo em conta os programas do ano zero desta instituição, pois isso facilitará uma futura adaptação dos alunos finalistas ao ensino superior em STP.

A produção dos restantes programas foi atribuída a equipas de 3 elementos, um autor santomense, um autor cooperante e um autor “especialista”⁹⁸. Segundo dados recolhidos em entrevistas na ESECS de Leiria, na prática os “especialistas” pouco puderam intervir e os programas acabaram por ser produzidos pelos professores cooperantes, que iam consultando os professores santomenses. O facto de os programas terem sido alvo de uma revisão linguística foi um contributo para a valorização da língua portuguesa em STP.

O atraso na promulgação da revisão curricular não impediu que no ano letivo 2010/2011 entrassem em funcionamento as 7ª e 10ª classes no âmbito da revisão curricular, em 2011/2012 as 8ª e 11ª classes e em 2012/2013 a 9ª e 12ª classe⁹⁹.

Registam-se como *importantes* os seguintes factos: o ter havido na 7ª classe um aumento da taxa de aprovação; os primeiros dados disponíveis para a 8ª classe confirmarem a mesma tendência (ainda que alguns dados estejam em falta por não terem sido fornecidos pelas Escolas); e o gráfico do RIA7, p. 40 revelar um aumento das taxas de aprovação na 10ª classe. Todos estes dados *indicam* que a reforma produziu um aumento do sucesso escolar¹⁰⁰.

⁹⁷ RIA 2, p. 32

⁹⁸ Os seus nomes constam de uma tabela no RIA 3, p. 38 e 39

⁹⁹ RIA 7, p. 40

¹⁰⁰ RIA 7, pp. 40 - 41

Em síntese: o Escola+ criou uma revisão curricular profunda e inovadora, em que a estrutura dos novos planos curriculares é sinteticamente descrita nos dois primeiros RIA¹⁰¹.

No que respeita ao sistema de avaliação, um dos «lugares comuns» da educação e fundamental em todo o sistema de ensino, tentámos recolher a máxima informação possível acerca dele. O sistema de avaliação encontra-se legalmente definido¹⁰² e quisemos indagar como e em que medida as modalidades de avaliação decretadas foram levadas à prática. Houve reuniões com os professores para apresentar o novo modelo de avaliação e, no que diz respeito aos instrumentos de avaliação, os professores envolvidos na reforma foram apoiados de uma forma sistemática ao longo do ano, particularmente na última semana de aulas de cada período, em que é feito o balanço da avaliação dos alunos¹⁰³. Louva-se o facto de os mentores do Projeto terem lançado um inquérito no decorrer da implementação da revisão curricular, para tentarem avaliar os seus efeitos. Deste inquérito destacamos os seguintes resultados¹⁰⁴: 94% dos respondentes implementaram o novo programa nas suas aulas; mais de 60% não consideraram uma das principais vantagens na implementação do programa o adaptar-se cientificamente a STP; 97% dos respondentes avaliaram os seus alunos seguindo o novo modelo de avaliação; perto de 100% dos respondentes consideraram o elevado número de alunos por turma como um dos principais obstáculos à implementação do novo modelo de avaliação.

Estes dados foram comparados com os que obtivemos acerca da possibilidade de ser aplicada a avaliação preconizada no Projeto, uma avaliação “formativa, contínua, sistemática e diagnóstica” (DL 27-2010, art.º 11, ponto 2), com um número tão elevado de alunos por turma, como os dados de que dispomos revelam. E foram comparados com os dados de que dispomos sobre a projetada adaptação dos programas à realidade de STP (ver Triangulação de dados – anexo 5.9).

INDICADOR 17: Manuais escolares elaborados

Resultado: A meta foi parcialmente atingida

¹⁰¹ RIA 1, p. 31 e RIA 2, p. 31

¹⁰² No Artº 11 do DL 27-2010

¹⁰³ RIA 4, p. 43 e RIA 5, p. 58

¹⁰⁴ Este estudo consta do RIA 6, pp 40-42 e envolveu 148 professores participantes em 2 anos do Projeto.

O acompanhamento aos professores na implementação dos novos programas constituiu um aspeto fundamental da revisão curricular e englobou vários recursos: textos de apoio, instrumentos de avaliação e materiais de apoio¹⁰⁵. Um dos recursos previstos eram os manuais escolares que surgem no projeto como uma das suas metas. Chegou a ser consultada uma editora portuguesa para o efeito. Os dados dos últimos RIA e de várias outras fontes de informação (ver anexo 5.9) permitem-nos concluir que não foram construídos manuais escolares, mas sim “textos de apoio aos novos programas”, elaborados por todos os professores para as disciplinas às quais prestam acompanhamento. Foram enviados a todas as escolas e posteriormente reproduzidos. Na ilha do Príncipe os textos foram levados e reproduzidos pela própria equipa do Projeto¹⁰⁶.

Em suma: com vantagens e desvantagens não foram elaborados manuais, mas sim textos de apoio organizados pelos professores responsáveis pelo acompanhamento das disciplinas¹⁰⁷.

INDICADOR 18: Novos cursos / áreas temáticas de ensino introduzidas, promovendo a articulação entre ensino secundário e ensino profissionalmente qualificante

Resultado: A meta foi atingida

O sistema de ensino de STP era demasiado académico e a experiência pedagógica promovida pela Cooperação Portuguesa, a partir do ano letivo 2005-2006, lançou as bases para uma dinamização do ensino profissionalizante em STP. Foram criados alguns cursos com objetivos muito importantes, claramente definidos¹⁰⁸, apontando no sentido de proporcionar novas temáticas e uma articulação entre um ensino secundário vocacionado para o prosseguimento de estudos e um outro voltado para a integração imediata na vida ativa.

Durante o primeiro ano letivo, 2009/2010, considerado de preparação do Projeto, foram definidos os cursos a lançar no ano letivo 2010-2011, tendo-se optado pelos cursos de Desporto, Produção Agrícola e Animal e Informática¹⁰⁹. No ano letivo 2010/2011 funcionaram os CSPQ de Gestão e Administração, na 12ª classe e de Tecnologias Industriais, na 11ª classe, mas ainda no âmbito da experiência pedagógica que antecedeu a implementação da reforma

¹⁰⁵ RIA 4, p. 43

¹⁰⁶ RIA 4, p. 43 e RIA 5, p. 57

¹⁰⁷ Ver, por ex. RIA 7, pp. 47-48

¹⁰⁸ Constam do RIA 3, p. 9

¹⁰⁹ Os seus planos curriculares constam do RIA 3, pp. 16 -17

curricular¹¹⁰. Porém, *nesse ano* abriram-se candidaturas para 3 novos cursos na 10ª classe, Informática, Desporto e Produção Animal e Vegetal, os dois primeiros a funcionar nas instalações do Liceu Nacional e o terceiro destinado a funcionar nas instalações do CATAP (Trindade)¹¹¹. No ano letivo 2011/2012 continuaram a funcionar no Liceu Nacional os cursos CSPQ de Tecnologias Industriais, na 12ª classe, Desporto, na 11ª classe e Informática, também na 11ª classe e definiu-se a abertura dos novos cursos CSPQ de Gestão, Administração e Contabilidade (um curso diurno e um outro adaptado ao ensino noturno) e Turismo / Comunicação Social¹¹² (MQL p.7). Os 5 CSPQ neste ano letivo 2011/12, com as classes e as turmas em que funcionaram, os números de alunos por turma e as disciplinas e respetivos professores constam de uma tabela nos RIA 6 e 7 ¹¹³.

Neste processo entraram em funcionamento alguns Cursos CSPQ de natureza diversa dos anteriores, estabelecidos ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº. 27/2010, para os quais não se conhece legislação que suporte a sua legalização, como é o caso dos transformados como se segue: Gestão e Administração, em Gestão / Administração e Contabilidade e Humanísticas/ Turismo, em Humanísticas/ Direito (RIA 6, p.17).

Também não se conhece o nº de anos letivos para cumprir os planos dos cursos noturnos uma vez que, por razões perfeitamente plausíveis, não será possível desenvolvê-los nos mesmos três anos dos planos diurnos. O “curso de Administração e Gestão noturno funciona em regime de experiência com um currículo adaptado a uma carga horária semanal de 25 horas letivas” (RIA 6, p.17).

No que respeita ao primeiro ciclo do ES, foram criados os cursos CEP, de carácter profissionalizante, que, com os cursos gerais, completaram a nova oferta formativa do 1º ciclo do ES em STP. A implementação da revisão curricular ocorreu logo no ano letivo 2010/2011 na 7ª classe e prosseguiu no ano letivo 2011/2012 na 8ª classe, iniciando-se dois percursos formativos alternativos: “os cursos gerais, destinados a quem pretende prosseguir estudos

¹¹⁰ RIA 4, p. 13

¹¹¹ Os seus planos curriculares foram apresentados no RIA 4, pp. 14-15

¹¹² As suas estruturas curriculares constam do RIA 5, pp. 13-15 e também do RIA 6, p. 14 e seguintes.

¹¹³ RIA 6, p. 16 e RIA 7, p. 14. Nesta tabela consta um outro curso de Administração e Gestão, em regime noturno, com um currículo adaptado

no 2º ciclo do ES e os cursos de educação profissional para quem pretende fazer a aprendizagem de uma profissão, com a salvaguarda da possibilidade de prosseguir estudos no 2º ciclo” (RIA 5, p. 17).

Foram criadas as 5 “tipologias de cursos” previstas na revisão curricular: CG do 1º ciclo; CEP do 1º ciclo; CG do 2º ciclo; CSPQ do 2º ciclo; Cursos da 12ª classe, via de ensino, em regime transitório.

Além desta diversificação de ofertas foi cumprida uma das importantes metas do Escola+, a articulação entre ensino secundário e ensino profissionalmente qualificante, legislada pelo DL 27/2010, que estabeleceu os princípios orientadores da organização e gestão do currículo, bem como a avaliação das aprendizagens, referentes ao 1º e ao 2º ciclos do ES. Todos os novos cursos, CEP e CSPQ, funcionaram normalmente, com duas exceções: a do curso de Informática da Escola Secundária de Santo António; e a do curso de Turismo e Comunicação Social que teve inicialmente alguns problemas que se foram resolvendo lentamente ¹¹⁴.

Este 1º ano de funcionamento dos cursos CEP foi globalmente um êxito, tal como mostram os dois gráficos do RIA 7, p. 13. Esse êxito parece ser extensível aos cursos CSPQ, como se pode ver na tabela de dados estatísticos sobre estes cursos referentes ao penúltimo ano do Projeto, 2011-2012 (RIA 7, p. 14). E destes cursos CSPQ que funcionaram no ano letivo 2011/2012, o de Administração e Gestão, o de Turismo/Comunicação, o de Informática, o de Desporto e o de Tecnologias Industriais, apenas este último ainda funcionou de acordo com o Decreto-lei 40/2006, portanto fora do âmbito da revisão curricular¹¹⁵.

Em 2012/2013 abriram três cursos em regime noturno: um quinto novo curso, Tecnologias Industriais, Humanísticas/Direito e Informática. Assim, neste último ano letivo do Projeto, estão em funcionamento cursos em regime noturno, três na 10ª classe e um na 11ª classe, totalizando aproximadamente 120 alunos. E neste último ano não abriu nenhum CSPQ em regime diurno, por não haver salas disponíveis. Esta situação deve ser equacionada no futuro, para se garantir um acesso mais alargado a nível nacional a este tipo de oferta formativa.

O número de alunos matriculados nos CSPQ aumentou do 1º ano, que foi o da preparação do

¹¹⁴ RIA 6, p. 18

¹¹⁵ RIA 7, p. 15

Projeto, até ao 3º ano (2º da implementação) e neste último ano baixou ligeiramente¹¹⁶. A taxa de aprovação dos alunos destes CSPQ foi muito elevada¹¹⁷.

Estes cursos de formação profissional exigem instalações, equipamentos, ferramentas, máquinas e matérias-primas necessárias para a concretização do preconizado nos programas. A degradação natural dos meios referenciados, situação que não terá sido acutelada, cria um problema de sustentabilidade futura destes cursos, podendo mesmo por em causa a sua eficácia e continuidade. Assim, o bom funcionamento destas disciplinas vai exigir gastos a serem suportados pelo MEC, pelo que é fundamental criar esta estrutura de custos no MEC, para que se autonomize a gestão plena do sistema de ES¹¹⁸.

Indicador 19: Aumento do número de estágios realizados ao longo do Projeto

Resultado: Com os alunos dos Cursos CSPQ da reforma curricular do ES, iniciada com a 10ª classe em 2010/2011, apenas seria possível a realização de estágios na 12ª classe e no ano letivo de 2012/2013, tal como veio a acontecer. Assim, sabemos atualmente que 47 Estágios foram concluídos em 2012/2013 com sucesso, sendo 21 do Curso CSPQ de Desporto e 26 do Curso CSPQ de Informática¹¹⁹. A meta de pelo menos “30 Estágios realizados anualmente” deve considerar-se atingida no que diz respeito ao presente ano letivo. Pelo quadro exposto nunca seria portanto possível verificar o indicador acima referido, nos dois primeiros anos a que o Projeto Escola+ diz respeito.

No período final deste ano letivo de 2012/2013 a frequência nos Cursos CSPQ, na 11ª Classe, era de 72 alunos distribuídos por três turmas, vigorando uma delas em regime noturno. Em princípio, a probabilidade de cumprimento da meta de pelo menos “30 Estágios realizados anualmente” será perfeitamente alcançável em 2013/2014. Também a frequência na 10ª classe era, na mesma altura, de 90 alunos repartidos por três cursos a realizarem-se em regime noturno. Como os planos de estudo foram adaptados para planos curriculares com menos horas semanais, se o número de anos dos cursos aumentar, o objetivo não poderá provavelmente cumprir-se no ano letivo de 2014/2015.

¹¹⁶ Ver gráfico do RIA 7, p. 15

¹¹⁷ Ver gráfico do RIA 7, p. 16

¹¹⁸ RIA 4, p. 17

¹¹⁹ Anexo 8.2 p, dados do Projeto. Escola+ (2013.08.13)

Quanto ao cumprimento da meta de pelo menos “30 Estágios realizados anualmente” nos anos seguintes, a situação dependerá do ingresso de novos alunos, na 10ª classe, em 2013/2014 e nos anos seguintes, nas mesmas ou noutras áreas de formação, no mínimo com a substituição dos cursos agora concluídos. O alargamento a outros estabelecimentos de ensino poderia tornar a situação mais equilibrada em termos da distribuição territorial, das respostas à procura e dos interesses de pais e alunos.

É importante salientar que, tanto anteriormente, como ainda no período de decurso dos dois primeiros anos do Projeto Escola+, existiram estágios de alunos de Cursos CSPQ da experiência pedagógica que o antecedeu e foram coordenados no seu âmbito.

Os dados obtidos permitiram verificar as seguintes realizações nos seguintes anos letivos:

2007/2008 - 29 Estágios, 19 de Gestão e Administração e 10 de Humanísticas;

2008/2009 - 39 Estágios, 17 de Arte e Design e 22 de Tecnologias Industriais;

2009/2010 - 16 Estágios de Informática.¹²⁰

2010-2011 - 24 Estágios, mas apenas no Curso de Gestão e Administração, verificando-se uma taxa de integração nos locais de estágio de cerca de 75%.¹²¹

2011/2012 - 8 Estágios de Tecnologias industriais.¹²²

No Anexo 5.9 é feita uma triangulação de dados baseada em três sínteses de dados referentes a este eixo R4. Uma é a síntese dos dados recolhidos dos RIA. Outra é a síntese dos dados recolhidos das entrevistas efetuadas a várias pessoas que estiveram muito envolvidas no Projeto e o conheciam muito bem. Quando um dado confirma de certo modo outro das listas anteriores, referimos este dado pelo respetivo indicativo. A terceira fonte é a análise do questionário aos professores realizado em STP, da qual foram também recolhidos dados preciosos para este eixo. Da triangulação dos dados referentes a estas fontes de informação obtiveram-se os resultados e efeitos não previstos que constam do quadro-resumo dos eixos (Anexo 3.2).

¹²⁰ RIA 4, p. 10

¹²¹ RIA 5, pp. 13-14

¹²² Monitoria do Quadro Lógico, p. 6

Foram realizadas ao longo do Projeto diversas atividades extracurriculares, que valorizaram o ensino e contribuíram para o desenvolvimento de competências não só do foro cognitivo mas também do foro afetivo e psicomotor (Anexo 5. 10).

2. Resposta às questões de avaliação definidas nos TdR

Conforme os Termos de Referência¹²³, as questões sujeitas a avaliação estão organizadas em três áreas: i) Programação e conceção do Projeto; ii) Implementação do Projeto e iii) Resultados e efeitos.

2.1. Quanto à programação e conceção do Projeto

Em relação a este ponto admitimos que se terá procedido, em tempo útil, à avaliação dos pressupostos que levaram à conceção deste Projeto, bem como dos objetivos definidos e das estratégias que foram estabelecidas para a sua consecução, quando foi apresentado para financiamento. Contudo, não conseguimos confirmar se este importante procedimento de apreciação prévia foi cumprido. Ainda assim, procurando compreender os fundamentos e propostas do Projeto, e de acordo com o que apurámos nas entrevistas realizadas aos intervenientes iniciais do IPAD, do IMVF e da ESECS/IPL, soubemos ter sido realizada uma missão conjunta para recolha de informação que permitiu fazer o diagnóstico da situação e elaborar uma proposta de Desenho do Projeto adequada ao seu contexto de implementação.

Da leitura do texto de apresentação do Projeto¹²⁴ depreende-se ter havido o diagnóstico possível e compreende-se que houve a preocupação de dar resposta não só às prioridades do *Plano Nacional Educação Para Todos 2002-2015* como também às prioridades de intervenção para a Educação incluídas no Eixo 2- Desenvolvimento Sustentável e Luta contra a Pobreza do Programa Indicativo de Cooperação (PIC) (2008-2011).

Em síntese, foi consensual ter havido pouco tempo para um diagnóstico aprofundado da situação educativa de STP e que as dificuldades sentidas na preparação do Projeto se justificaram por não haver dados suficientes sobre as escolas e por a experiência do IMVF ser na área da Saúde.

¹²³ Termos de Referência Avaliação externa do Projeto Escola + s/d pp. 3-4

¹²⁴ IPAD/Fundo da Língua Portuguesa. Educação para Todos. Projeto de Dinamização do Ensino Secundário em São Tomé e Príncipe, s/d

Questão nº1 - *Tendo subjacente o apoio ao sector da Educação até 2009, em que medida o Escola+ marca uma mudança de abordagem da cooperação portuguesa no apoio a este sector em STP?*

Pelos motivos explanados no chamado documento Visão Estratégica 2005¹²⁵, a cooperação portuguesa centrou a sua ajuda a STP nos setores da Educação e da Saúde, considerados prioritários e estruturantes pelas autoridades santomenses.

Com as especificidades próprias dum Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (SIDS) e considerado Estado Frágil, o desenvolvimento de projetos que contribuam para a melhoria da qualidade da educação e a sustentabilidade técnica do sistema de ensino colocam desafios particulares às parcerias constituídas para, em colaboração com o MEC, desenhar projetos na área da educação, em que tem de ser dada especial atenção à identificação e avaliação dos constrangimentos e dificuldades encontradas no terreno, para se poder minimizar os potenciais impactos negativos.

A este propósito e porque mantêm a sua atualidade, parece oportuno referir aqui, a título de exemplo, alguns dos estrangulamentos e ou fatores críticos diagnosticados e dos desafios colocados no âmbito da preparação de um projeto desenvolvido pela Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), nos anos oitenta, em conjugação com as autoridades santomenses: (i) insuficiente articulação interministerial, (ii) capacidade de construir, equipar e conservar o parque escolar, (iii) insuficiente qualificação do pessoal docente, (iv) falta de materiais didáticos apropriados ou atualizados, com implicações na relevância, no acesso, na qualidade, no financiamento do ensino e na administração do sistema.¹²⁶

Estes constrangimentos e ou dificuldades mantinham-se por altura da preparação do PAES e dos CSPQ, que funcionaram no Liceu Nacional, a partir do ano letivo de 2005-2006, em regime de experiência pedagógica¹²⁷ e tinham sido agravados, quando se iniciou a preparação do Escola+, por força da implementação da LBSE, que estendeu o ensino básico obrigatório para os 6 anos e alargou o ES até à 12ª classe.

¹²⁵Uma Visão Estratégica para a Cooperação para o Desenvolvimento -Resolução do Conselho de Ministros nº 196/2005

¹²⁶ A Educação na República Democrática de São Tomé e Príncipe - Análise Sectorial. Vol.1,1983 - Fundação Calouste Gulbenkian

¹²⁷Decreto-Lei nº 40/2006 de 28/8/2006

No sentido de prevenir possíveis impactos negativos, a Equipa da cooperação portuguesa, que tinha o apoio de técnicos portugueses envolvidos no PAES, terá proposto inicialmente: (i) avaliação do projeto PAES e dos CSPQ, (ii) diagnósticos estratégicos (em colaboração com o MEC), no decurso de um ano preparatório.

O interesse das autoridades santomenses e da cooperação portuguesa em agilizar o processo de reforço do ES, vieram a inviabilizar a realização do referido ano preparatório, mantendo-se no documento Desenho do Projeto, com início previsto para 1/3/2009, as propostas: (i) integrar o esforço desenvolvido no PAES, (ii) envolvimento do MEC, (iii) realização de diagnósticos estratégicos.¹²⁸ O atraso na aprovação do Projeto, conjugado com o atraso na abertura do ano letivo de 2009/10, acabou por ter implicações na realização atempada dos diagnósticos estratégicos, na contratação dos docentes afetos ao mesmo e obrigou, entre outros, à adaptação do calendário inicial e à reformulação do quadro de recursos humanos.

Assim, entendemos que será mais adequado considerar que a cooperação portuguesa teve a intenção e ambição de levar a cabo *uma mudança de abordagem* no apoio a este sector em STP.

Questão nº2 - *A programação e conceção do Escola+ respondeu efetivamente aos problemas de São Tomé e Príncipe na área da educação/ensino secundário?*

O sistema educativo em STP antes da implementação do Escola+ estava quase exclusivamente direcionado para o prosseguimento de estudos superiores, com um défice de ensino profissional, estando desadequado relativamente aos objetivos fixados na LBSE. O Projeto tentou, e em muitos aspetos conseguiu, responder aos problemas educativos em STP ao produzir uma atualização do plano curricular do seu ensino secundário com a criação de duas vias de formação em cada ciclo, novos cursos / áreas temáticas de ensino, novos programas, textos de apoio para os alunos e estágios profissionais realizados em diversas instituições. A atualização pedagógica do ensino, um fortalecimento do ensino de cariz profissional e uma resposta mais eficaz às características, anseios e motivações dos jovens, dada a articulação entre ES académico e ES de cariz profissional contribuíram para a relevância do Projeto.

¹²⁸Desenho do Projeto, pp.18 e 33

Os diversos dados recolhidos e traduzidos em resultados e constatações são esclarecedores do facto de o Projeto ter sido relevante e eficaz ao conseguir em grande parte cumprir os objetivos do Projeto e responder aos problemas educativos em STP. Mas houve *constrangimentos* de ordem orçamental que não permitiram, por exemplo, obras previstas em todas as escolas e produzir manuais editados com maior qualidade gráfica e provavelmente com maior qualidade científica do que os textos de apoio que foram produzidos e também constrangimentos políticos, pois o ME de STP nem sempre acolheu o Projeto da melhor forma ao longo da sua duração.

Sendo a avaliação muito importante numa revisão curricular, ela foi valorizada na conceção do Projeto. Nesse âmbito foi criada legislação e criados modelos para melhorar a avaliação dos alunos. Porém, os dados que recolhemos, em particular no questionário aos professores, levam-nos a concluir que o novo modelo preconizado, uma avaliação atual, contínua, sistemática e diagnóstica (DL 27-2010, art.º 11, ponto 2), não foi tão extensivamente posto em prática como os mentores do Projeto desejavam. Ou seja: no que respeita ao aspeto da avaliação das aprendizagens, do ponto de vista teórico houve uma boa eficácia do Projeto, mas o mesmo não podemos afirmar no que diz respeito à sua praxis.

O facto de ter sido produzida legislação importante e muito atual do ponto de vista educacional para fundamentar legalmente o Projeto é um aspeto altamente positivo e um bom contributo em termos de sustentabilidade.

Mas a não aprovação de um despacho regulador dos apoios à equipa descentralizada contribuiu para a resistência de alguns dos atores do sistema de ensino e dificultou a real integração do Projeto no MEC (RIA 4, p. 64), prejudicando a sustentabilidade do Projeto.

É significativo o facto de a 18 meses do final da implementação do Projeto ter sido feito um alerta para a necessidade de o MEC definir a sua estratégia nacional para a educação, de modo a que futuras intervenções possam ser planeadas atempadamente (RIA 6, p. 63 e RIA 7, p. 66) e haja uma maior sustentabilidade. Em termos de eficácia e sustentabilidade é necessário que tal ensino de carácter profissional seja alargado à generalidade das escolas secundárias, tal como se preconiza no RIA 7, p. 68, e o país colherá daí ainda mais benefícios.

Uma outra mais-valia do Projeto foi o de combater o ensino vincadamente expositivo que existia em STP e defender um ensino muito mais enriquecedor, voltado para uma aprendizagem significativa, mas a média de alunos continua a ser elevada tal como mostra o gráfico do RIA 7, p. 11, o que dificulta que tal ensino seja realmente implementado nas aulas.

Questão nº3 - *O Projeto teve em consideração a criação/reforço da capacidade das instituições locais de educação?*

No *Plano Operacional de Intervenção* do Projeto Escola+¹²⁹ é afirmado que “o Projeto Escola+ aposta no reforço das capacidades endógenas de São Tomé e Príncipe ao nível da educação, procurando assim melhorar as condições no ensino secundário do país, atrair e estabelecer novos quadros, incentivar e motivar os professores para o desempenho da sua atividade, reforçar as suas capacidades e, desta forma, promover a sustentabilidade técnica do sistema de ensino” (p.2).

Deste modo, no mesmo documento é ainda afirmado que “a melhoria das infraestruturas escolares é fundamental para promover um acesso mais equitativo e a melhoria do ensino secundário” (p.2).

Esta melhoria incluía, na conceção do Projeto, a reabilitação de 8 escolas secundárias de STP, diminuição do rácio professor/aluno; melhoria das competências técnicas dos professores, gestores e administradores; atualização de currículos e manuais escolares adaptados às necessidades do país, entre outros.

No mesmo plano é apresentado o modelo do ES em articulação com os diferentes níveis de ensino, que pressupõe o reforço das aprendizagens feitas no ensino básico, no 1º ciclo do ES e a preparação dos alunos no 2º ciclo do ES para ingresso no Ensino Superior Politécnico ou no Ensino Universitário.

Podemos, pois, afirmar que o Projeto Escola+ teve na sua conceção em consideração a criação/reforço da capacidade das instituições locais de educação.

Questão nº4 - *Até que ponto o Escola+ respeitou os procedimentos/dispositivos do sistema de educação santomense?*

¹²⁹ IMVF, IPAD MEC de STP, s/data

Na sua conceção o Projeto Escola+ respeitou os princípios consignados na LBSE e procurou dinamizar o ES tendo em conta as realidades de STP, mas criando novos dispositivos e procedimentos que permitissem essa dinamização, nomeadamente nova legislação, novos cursos que pudessem contribuir para a formação de profissionais, que por sua vez, contribuíssem para o desenvolvimento económico e social do país.

Nas conclusões e recomendações dos RIA 4 e 5 é afirmado que “o Projeto Escola+ funciona como âncora para o sistema de ensino secundário mas não é um fim em si mesmo” pois “a força do Projeto a nível nacional depende essencialmente das diretrizes que o Ministério passar para as diferentes escolas e neste sentido, será fundamental ter um Ministério da Educação mais presente, ao lado da equipa do Projeto, na defesa da necessidade de se implementarem as reformas em curso e do envolvimento dos diferentes agentes de ensino nestes desafios” (RIA 4, pp.63 e 69).

Podemos, pois, afirmar que o Projeto Escola+ procurou respeitar os procedimentos e dispositivos do sistema de educação santomense, dinamizando-o, mas procurando a apropriação do processo pelo MECF de STP para assegurar a sustentabilidade do mesmo.

Questão nº5 - *De que forma esta intervenção teve subjacentes os princípios da apropriação?*

O Projeto Escola+ procurou, desde a primeira hora, garantir que o critério da sustentabilidade fosse cumprido, ao tentar envolver, quer o MEC, quer os professores santomenses. O facto de o Projeto ter criado a legislação necessária para enquadrar a revisão curricular em diálogo com professores santomenses e procurar que o mesmo fosse aprovado pelo MEC é a prova de que acabou de se afirmar e de que esta intervenção teve em conta os princípios da apropriação. Ao contrário de intervenções anteriores, em que a formação era ministrada diretamente aos professores de STP, desta feita foi criado um processo de formação a professores, de modo a que eles se sentissem capazes de apoiar outros professores. Por outro lado procurou-se envolver os professores santomenses nas tarefas de programação, tendo sido pedida a colaboração do Instituto Superior Politécnico (ISP) para a elaboração dos programas do 12º ano transitório, tendo em conta os programas do ano zero desta instituição, tal como consta no RIA, 3, pp. 38-39. Os restantes programas foram pedidos a

equipas de 3 elementos, um “autor santomense”, um “autor cooperante” e um “autor especialista”¹³⁰.

Os inquiridos que realizámos confirmaram que houve conhecimento suficiente da realidade educativa em STP, a revisão curricular feita pelo Projeto foi apoiada em legislação criada pela assistência técnica portuguesa, mas discutida em STP e o Projeto teve a intenção de envolver a participação dos professores santomenses na elaboração da revisão curricular.

Questão nº6 - *Em que medida o Projeto teve na devida conta outras intervenções, de outras áreas, mas com importância na área da educação?*

Questão nº7 - *De que forma o Escola+ foi articulado com outras intervenções da cooperação portuguesa em STP e com as de outros doadores?*

Pareceu-nos adequado tratar estas duas questões em conjunto.

Em STP o Projeto Saúde para Todos, considerado emblemático, é desenvolvido pelo IMVF, em colaboração com o Ministério da Saúde santomense e o apoio do IPAD e da FCG.

No início de 2009 o IMVF apresentou ao IPAD a proposta para financiamento de um Projeto na área da Educação, que veio a ser designado Escola+, estando prevista no Desenho do Projeto : (i) a articulação com os restantes níveis de ensino, em particular com a reforma do ensino básico, promovida pela FCG e pela ESE de Santarém, com o apoio do BM e que (ii) procurará, em conjunto com o MEC, integrar as atividades desenvolvidas com iniciativas de outros doadores nos ensinos básico e secundário,

Tendo em conta i) as prioridades sectoriais da Cooperação Portuguesa e o objetivo subjacente a uma das 6 áreas prioritárias¹³¹ “fortalecer e consolidar a língua portuguesa como instrumento de cooperação”; ii) o contributo do Fundo da Língua Portuguesa, para o financiamento do Escola+; iii) o objetivo específico do Escola+: promover o ensino da língua portuguesa, através do reforço do ES em STP; iv) os contributos dos sectores da Educação e da Saúde para os ODM em STP e para o reforço do contributo da cooperação portuguesa para os ODM em STP; v) a conjuntura verificada, à data, em que o IPAD e o IC integravam a estrutura orgânica do MNE, e os dois projetos considerados emblemáticos em STP seriam

¹³⁰ RIA 3, pp. 38 e 39

¹³¹Cooperação Portuguesa 2005-2010, p.43

executados pelo IMVF, esperar-se-ia e teria sido desejável que este documento evidenciasse claramente, a nível da conceção, a articulação e definição de responsabilidades entre IPAD/IC/IMVF.

No entanto, da leitura dos RIA do Escola+ não se comprova a existência dum calendário posterior de contactos e trocas de informação, exceção feita a uma ronda de reuniões referenciada no RIA 1, s/d.¹³² Presume-se, no entanto, que o IC e o Saúde para Todos tenham colaborado na preparação das atividades extracurriculares sobre temas ligados à saúde, à língua portuguesa e de cariz cultural.

De acordo com informação recolhida nas entrevistas em Portugal, haveria, no entanto, contactos com carácter menos formal, no caso dos responsáveis pelos 2 projetos executados pelo IMVF.

No já referido Desenho do Projeto¹³³ não se encontra claramente definida a desejável cooperação com o Centro de Formação Profissional de Budo-Budo, apoiado pelo IIEP de Portugal, apesar de no documento Avaliação do PIC Portugal-STP (2008-2011) se referir que “ a área da Formação é equacionada em estreita colaboração com a área da Educação, de modo que...”, recomendando “que o Centro de Formação Profissional de Budo-Budo e o Escola+ deveriam promover a sua articulação.”¹³⁴

Nos documentos consultados e no que diz respeito à articulação com outros doadores, referenciam-se, entre outros, os seguintes países/setores, (i) cooperação bilateral: Taiwan (saúde, formação profissional, agricultura), Japão (saúde, educação), Brasil (saúde, educação), Nigéria (educação); (ii) cooperação multilateral (CE, BM, BAD, PNUD, PAM, UNICEF); (iii) são detalhadas e explicadas as dificuldades que se colocam à aplicação da chamada Declaração de Paris, bem como da Agenda de Ação de Acra (AAA) e do Código de Conduta¹³⁵, em Estados Frágeis (caso de STP), onde existem poucos doadores, em grande parte sem representação diplomática em STP e (iv) a complementaridade e divisão do

¹³²RIA 1, s/d, p.28

¹³³Desenho do Projeto, pp.18 e 24

¹³⁴Avaliação do PIC – Portugal - STP (2008-2011), pp.24 e 49

¹³⁵ Anexo 8.5 a

trabalho são mais difíceis de implementar e só é conseguida “muitas vezes com base em relacionamentos informais entre organizações ou como fruto de contactos pessoais.”

Tendo em conta o exposto, conjugado com o teor da resposta a outras questões¹³⁶, consideramos que poderão ter sido minorizados os impactes no cumprimento do critério da coerência interna e externa da opção da política para o desenvolvimento da cooperação portuguesa neste sector e neste país.

Questão nº8 - *Em que medida a revisão curricular do Ensino Secundário teve em consideração o trabalho desenvolvido no ensino básico?*

A resposta a esta questão é a de que esta revisão curricular teve em conta o trabalho desenvolvido no ensino básico, quanto possível. Com efeito, esta questão foi sobejamente colocada nos inquéritos que fizemos e esta resposta resulta da triangulação de vários dados apresentados no Anexo 5.9, em particular os dados 4aa, 4ac, 4ai, 4ar e 4au.

Questão nº 9 - *Em que medida o Projeto incluiu a identificação e avaliação dos riscos?*

Na avaliação do Programa Indicativo de Cooperação Portugal – São Tomé e Príncipe (2008-2011) é indicado que no PIC 2008-2011 “a gestão do risco não foi incluída de forma explícita” (p.41). O Projeto Escola+ está incluído nesse período do PIC e portanto a gestão do risco não foi explicitamente incluída na conceção do Projeto.

No entanto, queremos referir que no *Descritivo* do Projeto estão identificados fatores externos que incluem 1. Pressupostos (motivação e participação dos beneficiários nas atividades do Projeto; apropriação dos resultados por parte do MEC de STP; criação de condições legislativas e administrativas para a melhoria das condições de trabalho dos professores e da sua carreira; capacidade de criar sinergias entre as diferentes organizações participantes) e 2. Impactos negativos (instabilidade política e conseqüente alternância nos cargos dirigentes do MEC; crise económica e financeira; falta de recursos humanos e financeiros) (p.33).

¹³⁶ Questões nº 1 (programação e conceção) e nº 3 (implementação)

Havia, portanto, na altura da conceção do Projeto uma ideia clara de alguns riscos que poderiam pôr em causa a consecução do Projeto, no caso de não serem assegurados os pressupostos e se ocorressem impactos externos negativos.

Houve, no entanto, outros aspetos que não foram referidos como por exemplo o crescimento demográfico com impacto no número de alunos a acederem ao ES e conseqüentemente nas necessidades acrescidas em recursos humanos e materiais.

2.2. Quanto à implementação

Questão nº1 - *Em que medida foram disponibilizados recursos humanos adequados (em quantidade e formação) para pôr em prática o Escola+?*

A grande abrangência do Projeto Escola+ apresenta, por si só, uma grande exigência de recursos humanos, tanto em quantidade como em formação. Começaremos pela coordenação nacional. A coordenação nacional, constituída por um coordenador geral e um coordenador adstrito a cada um dos eixos do Projeto, apoiado por professor cooperante português, cumpriu os requisitos expressos nesta questão. A função e responsabilidade atribuídas por eixo de intervenção, em função da sua formação, demonstrou qualidade bastante para gerir a área de intervenção respetiva. Os desafios surgidos por força do desenvolvimento do Projeto foram respondidos com empenho e qualidade adequados.¹³⁷

Do que apurámos, 62% do orçamento do Projeto foi destinado a recursos humanos, sendo a maior parte destinada aos professores cooperantes portugueses, sem os quais a revisão curricular, nomeadamente o acompanhamento de professores, a elaboração dos programas (em curto espaço de tempo) e a elaboração gradual e posterior revisão dos textos de apoio não teria sido possível. Cremos que, sendo suficientes em número, careciam em algumas áreas, de formação mais adequada. Referimo-nos em particular à elaboração dos programas e dos textos de apoio e à formação de professores, tarefas que exigem competências de um nível de especialização muito alta e diferenciada.¹³⁸

Questão nº2 - *O financiamento da cooperação portuguesa foi o adequado às necessidades reais da execução do Projeto*

¹³⁷ Entrevista à Equipa de coordenação nacional

¹³⁸ Questionário aos professores cooperantes

Para serem atingidas todas as metas do Projeto seria necessário uma melhoria do parque escolar. O financiamento da cooperação portuguesa só permitiu a reabilitação do Liceu Nacional, como símbolo ou emblema de renovação e alguns melhoramentos em outras escolas secundárias. A melhoria do parque escolar seria da competência do MEC de STP, que deveria encontrar fundos para tal, o que não se verificou, constituindo a principal exceção a construção de uma nova escola (Maria Manuela Margarido em Trindade), devido ao apoio de Taiwan.

Para garantir o funcionamento das disciplinas de Educação Visual e Oficinal e de Educação Física, incluídas na revisão curricular, foi necessário um reforço de verbas para criar, em cada escola secundária, as seguintes infraestruturas: espaços oficiais, recintos desportivos, balneários, instalações sanitárias funcionais que garantam o respeito pelos conceitos e comportamentos aprendidos em Educação para a Saúde, Educação Ambiental e Educação Cívica, assim como, equipamentos, mobiliários, materiais, utensílios e ferramentas para EVO, para os CEP e para os CSPQ, bolas, aparelhos e outros equipamentos desportivos para a Educação Física.¹³⁹

Por falta de verbas também não se puderam publicar manuais, que foram substituídos por textos de apoio.

As outras necessidades de execução do Projeto foram satisfeitas com o financiamento da cooperação portuguesa.

Questão nº3 – *Como foi feita a coordenação e articulação dos vários atores envolvidos na Escola+ (IMVF, IPAD/Camões e Min. Educação de STP)?*

As medidas e instrumentos previstos para este efeito constavam do Desenho do que viria a ser o chamado Projeto Escola+ e contemplavam: (i) relatórios trimestrais técnicos e financeiros pela Equipa do IMVF; (ii) reuniões mensais da Equipa de Projeto; (iii) em complemento, missões regulares de acompanhamento por técnicos da sede do IMVF; (iv) implementação pelo IMVF, em parceria com o IPAD, a ESECS do IPL, o MEC de STP e o ME de Portugal, das ações a desenvolver, acompanhadas de missões de assistência técnica de curta

¹³⁹ 2 RIA (s/n) relativo a justificação de reforço de verbas de 02/01/2012

duração, para apoio à Equipa de Coordenação Nacional; (v) um modelo de coordenação de atividades; (vi) avaliação anual, pelas organizações envolvidas, nomeadamente ME de STP, IPAD, IMVF, bem como pela equipa de terreno e entidades participantes na assistência técnica.¹⁴⁰

Também na Minuta do Protocolo entre o IPAD/IMVF e o MEC de STP, são acordadas, pelas partes, disposições relativas a: articulação, acompanhamento, controlo e avaliação.¹⁴¹ No RIA 1 (s/d), dá-se nota da elaboração do Plano Operacional de Intervenção (POI) e de que, dado o atraso na assinatura do Protocolo, teve de se proceder a adaptações e de se reformular o quadro de recursos humanos.¹⁴²

Nas Conclusões/Recomendações dos RIA 2 a 6 são feitas referências ao relacionamento com o MEC de STP, aludindo-se nomeadamente a: necessidade de reforçar o enquadramento das entidades envolvidas (RIA 2, p.54), necessidade de maior participação da DGPIE e da Direção do ES (RIA 3, p.70), dificuldades causadas pela mudança de atores no governo santomense (RIA 4,p.63), excelente relação com a Direção do ES (RIA 5, p.79), continuação do bom relacionamento com a Direção do ES (RIA 6, p.63).

Assim e tendo em conta (i) a informação recolhida nas entrevistas, (ii) o teor dos documentos disponibilizados ou de consulta pública, (iii) não se dispor de documentação do ME de Portugal, consideramos poder concluir-se que: (iv) não terão sido suficientemente ponderados os desafios que se colocavam à implementação do modelo referido acima; (v) não se conseguiu a desejável e necessária articulação entre todos os intervenientes, enquanto contributo relevante para o posicionamento e valor acrescentado da cooperação portuguesa no setor da dinamização do ES em STP. Consideramos também que, dadas as dificuldades surgidas no início e ao longo do Escola+, se teria justificado a realização de uma avaliação a meio percurso (*Mid-term evaluation*).

Questão nº4 - *De que forma foi feito o acompanhamento do Projeto e por quem (IMVF, Embaixada de Portugal, IPAD/Camões)? Foram produzidas recomendações, as quais foram sendo incorporadas nas ações desenvolvidas?*

¹⁴⁰Desenho do Projeto, pp. 22,40

¹⁴¹Minuta do Protocolo entre o IPAD/IMVF e o MEC de STP, pp.3,4 e 7

¹⁴²RIA 1 (s/d), p.48

O Projeto foi sendo acompanhado por todos os organismos que tinham essas funções.¹⁴³ Os RIA, apesar de não terem a sua autoria claramente identificada, evidenciam acompanhamento regular e responsável dos intervenientes. Anexados aos relatórios encontramos materiais diversos comprovando a realização das atividades do Projeto, em todos os eixos, e evidenciando o nível de consecução das mesmas.

Em relação ao IPAD/Camões, somos de opinião que o acompanhamento foi presente e manifestamente interessado em dar o apoio necessário ao Projeto e à equipa de coordenação nacional.¹⁴⁴

No entanto, na avaliação do PIC Portugal-STP (2008-2011) é afirmado que era necessário “reforçar a liderança do IPAD, enquanto organismo coordenador da Cooperação Portuguesa para o desenvolvimento”.

Em relação ao IMVF consideramos que o acompanhamento foi regular e sempre interessado em dar todo o apoio necessário ao Projeto e à equipa de coordenação nacional.¹⁴⁵ Veja-se, a este propósito, os relatórios produzidos.

Quanto à Embaixada de Portugal, parece ter havido dois momentos. No início do Projeto o interesse da Embaixada era mais residual e o acompanhamento mais distante. Mais tarde e até ao final do Projeto, a Embaixada interessou-se pelo Projeto, prestando mais colaboração e estando mais presente no seu acompanhamento. Considera que o Projeto “tem de ser protegido” e que se justifica a sua continuidade.¹⁴⁶

Em todos os RIA são definidas prioridades para orientação das atividades que, sempre que possível, foram tidas em conta.

Questão nº5 - *De que forma funcionou a articulação entre o Projeto e as estruturas oficiais da educação em S. Tomé e Príncipe?*

Sobre a questão da articulação entre o Projeto e as estruturas oficiais do país, vários entrevistados confirmam ter havido, durante a vigência do Projeto e devido a mudanças na

¹⁴³Entrevistas em Portugal (Camões e IMVF) e São Tomé (Coordenação nacional e Embaixada de Portugal)

¹⁴⁴Idem. Foi afirmado que o acompanhamento pelo IPAD/Camões esmoreceu após o afastamento do técnico a quem competiam essas funções

¹⁴⁵Entrevistas em Portugal (Camões e IMVF) e São Tomé

¹⁴⁶ Idem

política nacional, situações de relacionamento mais difícil entre o MEC de STP e a estrutura do Projeto, que se refletiu num acompanhamento menos regular e mais gerador de conflito. A situação foi ultrapassada com nova mudança política e o acompanhamento tornou-se mais colaborativo até ao final do Projeto.¹⁴⁷

Além do que já se referiu, importa que se sublinhe a articulação, tentada mas quase inexistente, com o setor de metodologia, estrutura responsável pelo acompanhamento pedagógico dos professores. Este setor é constituído por responsáveis a nível nacional por cada disciplina. O cargo tem implicações remuneratórias (incrementa o vencimento) e os metodólogos gerem um capital de influência considerável junto dos ministros. Não houve articulação entre o setor de metodologia e o Projeto, apesar de ter havido várias tentativas.¹⁴⁸ É fundamental captar este setor para um projeto futuro, encontrando a modalidade adequada para a sua intervenção.

Nos RIA¹⁴⁹ afirma-se que relação com a DES é positiva e facilitadora, desejando-se encontrar reflexos junto das escolas, no sentido de se reforçarem os objetivos do Projeto.

Cremos que, a este nível, será necessário em relação ao futuro equacionar estratégias de articulação com as estruturas do MEC, que garantam um funcionamento mais eficiente.

Questão nº6 – Em que medida o Projeto deu visibilidade à cooperação portuguesa?

Sobre este aspeto, a leitura dos RIA evidencia a preocupação e o propósito de dar destaque ao Projeto. Tendo o Projeto visibilidade, a Cooperação Portuguesa, estando a ele associada pelos seus atores, ações, materiais e reconhecido financiamento, apareceu naturalmente num lugar de visibilidade, já que houve sempre a preocupação de a identificar pelo seu logótipo. Esta medida reforçou também a relevância da cooperação portuguesa.

Interessou-nos abordar a questão da visibilidade, a partir da escola, de dentro para fora da escola. Encontrámos um manancial de iniciativas, designadas “atividades extracurriculares”,¹⁵⁰ que são, em nossa opinião, uma maneira interessante de dar

¹⁴⁷Idem; a relação com o MEC teve 3 fases: permissiva, impositiva e colaborativa

¹⁴⁸Entrevista aos professores da ESECS/IPL; Entrevista à coordenação nacional do Projeto; informação recolhida junto dos professores cooperante; reunião com os metodólogos na presença do diretor geral de ensino

¹⁴⁹RIA 6, p.63 e RIA 7, p.66

¹⁵⁰Entre outros: RIA 3, pp.41-44; RIA 4, Anexo 5.10

visibilidade ao Projeto e à cooperação portuguesa, já que são atividades que envolveram professores e alunos, se realizaram nas escolas ou na comunidade e trazem benefícios científicos, literários e socioculturais à população estudantil. Sendo um contributo útil são também uma forma de interpelar a sociedade civil a colaborar com a escola, neste caso mediada pelo Projeto e pela cooperação portuguesa.

Os textos de apoio utilizados pelos alunos são também exemplo a reter, pois estão identificados com o logótipo da cooperação portuguesa.

As atividades formativas, nas suas várias dimensões, foram desenvolvidas por professores portugueses (com a colaboração dos professores nacionais), sempre associados à cooperação portuguesa, residente ou participando em missões de curta duração.

Ainda no âmbito da escola, recorreremos aos alunos (Anexo 5.2). Procurámos saber se e como os alunos do ES tinham tido conhecimento do Projeto e como esse conhecimento tinha sido, por eles, apropriado. Para esse efeito incluímos questões na parte IV do questionário que lhes foi destinado.¹⁵¹ As respostas são interessantes: 98% ouviram falar no Projeto; destes, 55% tiveram conhecimento pelos professores, 19% pela comunicação social e 11% na escola. Em relação à pergunta “O que é o Projeto?” constata-se que os alunos se apropriaram, ao seu nível, do propósito do Projeto pois respondem que “é um projeto que contribui para o desenvolvimento dos alunos” (46%) e “é um projeto para melhorar/reformar o sistema de ensino em STP” (16%).

O Projeto também se deu a conhecer, junto das empresas, na procura dos lugares de estágio e através dos contactos frequentes do diretor e ou coordenador de curso com as empresas, criando e estimulando uma relação pessoal e institucional favorável ao Projeto e à cooperação portuguesa.

Quanto à visibilidade, analisada do ponto da comunicação social, as informações recolhidas nas entrevistas são relativamente consensuais sobre a “oscilação” que a visibilidade do

¹⁵¹Ver Questionário aos alunos do ES (parte IV, pergunta 11: Já ouviste falar no Projeto Escola+; Quem te falou dele? O que é?)

Projeto teve na comunicação social. Começou por ter bastante no início, houve mesmo uma campanha na televisão no 1º ano e foi diminuindo recomeçando mais tarde.¹⁵²

Aquando da missão em abril-maio p.p., foi solicitada, por um jornalista, uma entrevista à equipa de avaliação, que respondeu elaborando e divulgando um comunicado de imprensa. Não conseguimos confirmar, junto da coordenação nacional, em que órgão de comunicação foi divulgado (Anexo 11).

Do que constatámos e apesar de “a equipa santomense não ser muito dada às questões da comunicação pois poderia ter comunicado mais e melhor dentro do país”¹⁵³, somos de opinião que a visibilidade dada ao Projeto foi tida em conta e promovida. Os RIA mostram terem sido atribuídas verbas para esse fim “Visibilidade: dísticos, placas, folhetos”.¹⁵⁴

Questão nº7 - Como foi feita a gestão de risco?

Como referimos anteriormente, na conceção do Escola+ não foi incluída a gestão do risco de forma explícita, embora fossem indicados os pressupostos e os impactos negativos que poderiam afetar a sua implementação e os seus resultados e efeitos.

A gestão do risco “cruza com os níveis de apropriação e de sustentabilidade. Há um conjunto de riscos que, ao não serem acautelados, podem pôr em causa os resultados de uma intervenção, não conduzindo a uma solução sustentável.” (Avaliação do Programa Indicativo de Cooperação Portugal – São Tomé e Príncipe 2008-2011, p.42).

Nos RIA 5 e 6 é referido, em relação à sustentabilidade das ações desenvolvidas, que Importa desde já que o IMVF, o IPAD e o MEC de STP iniciem uma reflexão conjunta sobre passos a tomar no sentido de assegurar a sustentabilidade das ações, tendo em vista a continuidade das reformas em curso. (RIA 5, p 80; RIA 6, p.64).

Não houve portanto, uma gestão do risco integrada em todo o processo de planeamento, cujo objetivo seria identificar, avaliar e gerir as incertezas e ameaças que o Projeto enfrentava na prossecução dos seus objetivos, mas houve uma perceção clara de alguns riscos que o

¹⁵²Entrevistas em Portugal e em São Tomé

¹⁵³Entrevista em Portugal

¹⁵⁴ Proposta de alteração orçamental, RIA 7

Escola+ corria para a sua sustentabilidade, a qual pressupunha, essencialmente, uma apropriação do MEC de STP.

2.3. Quanto aos resultados e efeitos

Questão nº1 – *As ações do Escola+ contribuíram para os resultados esperados em termos de reforço das capacidades dos recursos humanos do país, nomeadamente para o bom funcionamento do sistema de ensino secundário em STP?*

Sem dúvida que as ações do Projeto contribuíram para o reforço das capacidades dos recursos humanos do país e dos professores que foram abrangidos pela formação ministrada. A informação recolhida¹⁵⁵ junto dos professores do ES e dos seus formadores no processo de acompanhamento da revisão curricular justificam esta afirmação. O mesmo se reconhece em relação aos professores formados pela ESECS/IPL.¹⁵⁶ Os dados tratados confirmam também a nossa opinião sobre esta matéria.

A nível da componente técnica e tecnológica dos diferentes cursos, a coordenação da ação dos docentes consistiu num fator relevante para que a resposta formativa viesse a ser harmoniosa e significativa no decurso da totalidade do processo; os instrumentos de apoio elaborados e fornecidos pelo Escola+ redundaram em preciosos contributos para os resultados obtidos pelos alunos. Não obstante, verifica-se a conveniência de proporcionar formação a diretores ou coordenadores de curso, a professores e a monitores de formação e de acompanhamento de estágios o que contribuirá para o melhoramento da eficácia da formação dos alunos.

Reconhece-se que os reflexos no bom funcionamento do ES foram atestados no tempo de vigência do Projeto. O que não é possível garantir é que a sustentabilidade do sistema tenha sido assegurada. Os nossos entrevistados, quer em Portugal, quer em STP, revelaram também essa dúvida, confirmando, assim, a nossa opinião.

Questão nº2 - *Em que medida é possível identificar melhorias no ensino secundário em STP, nomeadamente ao nível das infraestruturas (parque escolar) e equipamentos e no acesso e conclusão do ensino secundário?*

¹⁵⁵ Questionários aplicados em STP em abril e maio de 2013

¹⁵⁶ Idem

A melhoria do ES passa pelo aumento do sucesso das aprendizagens dos alunos e pelo seu nível do desenvolvimento integral. As condições de conforto, trabalho, exigência e rigor em que acontece a formação, a par dos meios que a suportam, estabelecem aspetos fundamentais para a manifestação de melhorias compensadoras dos esforços envolvidos.

De um modo geral, antes das beneficiações introduzidas, as instalações escolares encontravam-se num estado de degradação e insuficiência muito elevado. Foi relevante a intervenção havida para a melhoria de espaços e ambientes formativos onde aconteceram reabilitações profundas, como aconteceu no caso do Liceu Nacional e outras menos expressivas extensíveis a cerca de uma dezena de escolas. Nestas últimas, aconteceram diversos melhoramentos nas instalações, foram construídos ou reabilitados espaços desportivos, salas para trabalhos oficinais, secretarias, espaços de direção e passeios de circulação e acesso.¹⁵⁷

Verificou-se o fornecimento de mobiliário escolar para as diferentes escolas. No Liceu Nacional foram equipadas com mobiliário quarenta e três salas de aula, as bibliotecas, o pavilhão cultural e sala de formação, o centro de recursos, as salas de tecnologias de informação, as salas oficinais, etc.; em função das carências relativas e das disponibilidades existentes, foram fornecidos quadros de parede, armários para arrumação de equipamentos, ferramentas e materiais, mesas para montagem de máquinas, mesas de tipo bancada de carpinteiro, mesas bancada de oficina e bancos corridos para aulas oficinais.

As escolas tiveram dotações de equipamentos tecnológicos de apoio à direção e gestão escolar, como sejam máquinas de calcular, unidades de apoio energético (UPS), computadores, monitores, impressoras, multifunções, fotocopiadoras e policopiadoras.¹⁵⁸

Ao nível de equipamentos e meios pedagógico-didáticos para as tecnologias de informação foram fornecidas algumas UPS, computadores, monitores e impressoras; para a EVO foram *kits* de instrumentos de trabalho, equipamentos de desgaste, materiais de consumo, ferramentas elétricas, ferramentas manuais, meios de segurança e proteção e ainda outros meios relativos a cada uma das áreas visadas. Os cursos CEP e CSPQ foram apoiados com

¹⁵⁷Ver RIA 7, ANEXO 4 Modelo Relatório – Resumo, pp. 13-29

¹⁵⁸ Anexo 8.3 b

alguns equipamentos, instrumentos, ferramentas e materiais, em acordo com as próprias naturezas. O Liceu Nacional recebeu uma abrangente gama de meios pedagógico-didáticos fundamentalmente orientados para as aulas de aplicação e laboratoriais, que versam a física a química, a biologia, as ciências, a mineralogia e geologia, a geografia e a história; destes grupos de meios constam modelos, *kits* diversos, mapas, livros e textos de apoio. Algumas outras escolas também receberam, embora em quantidade menos expressiva, modelos, *kits* e textos de apoio.¹⁵⁹

Identificam-se, assim, melhorias significativas nestes domínios, sendo que, face à natural degradação dos meios em utilização e ao acentuado crescimento da população escolar, precisam de reforço permanente e constante atualização, para aumento ou manutenção dos níveis de eficiência já atingidos.

Há ainda que referir o facto de ter havido um crescimento desmesurado da população escolar durante a implementação do Projeto. Se no começo a situação já era crítica e as benfeitorias conseguidas não tiveram a possibilidade de satisfazer todas as carências inicialmente diagnosticadas, urge a necessidade de o país encetar um plano de reabilitação do parque escolar mais adaptado à evolução em curso.¹⁶⁰

Futuras intervenções devem ter esta questão como prioridade, uma vez que os efeitos requeridos não se reportam à necessidade de pequenas intervenções mas sim de novas construções.

Questão nº3 – *Que mudanças é possível identificar ao nível das competências técnicas dos professores, da capacidade de gestão, supervisão e acompanhamento e da adaptação do sistema de ensino às necessidades de desenvolvimento do país?*

Quanto aos professores, vamos considerá-las em duas vertentes: i) os professores formados pela ESECS/IPL e ii) os professores do ES.

Em relação aos primeiros, são identificadas mudanças, tal como anteriormente referido. Os professores formados pela ESECS/IPL¹⁶¹ confirmam-nas, assumindo que contribuíram para o

¹⁵⁹ Anexo 8.3 d1 – d6

¹⁶⁰ RIA 6, p. 63

¹⁶¹ Entrevistas aos professores da ESECS/IPL

reforço das suas competências como professores e como delegados de disciplina. Também os professores que foram objeto da formação o confirmam.¹⁶²

Quanto aos professores do ES, a opinião dos professores que os acompanharam no processo de revisão curricular é também positiva. Referem que os professores passaram a preparar com mais cuidado e rigor as aulas, a usar os programas como instrumento de trabalho na sua preparação. Contudo, as mudanças têm sempre de ser confirmadas pela observação em sala de aula ou em outras situações de trabalho pedagógico dos professores. Esta dimensão não foi prevista e por isso não foi concretizada.

Outras mudanças podem ser identificadas a outros níveis:

- Diversificação de vias de ensino, estabelecidas em cada um dos ciclos do ES, para poderem proporcionar formação geral e de cariz profissionalizante, e permitir sempre a continuação de estudos para os seguintes níveis de sequência;

- Criação de cursos gerais, cursos de educação profissional CEP e cursos de qualificação profissional CSPQ, conceção de cursos de 12ª classe (via ensino) transitórios, para vigorarem durante dois anos e permitirem aos alunos dos anteriores planos de estudos com onze anos de escolaridade, a aquisição de habilitações secundárias completas e atualizadas em conjugação com a possibilidade de acesso direto ao ensino superior.

- Os cursos CEP e CSPQ ostentam o mérito de, sem prejudicar a liberdade e oportunidade de um eventual prosseguimento de estudos no ensino superior, disponibilizarem uma formação orientada para a vida ativa profissional e facilitadora da integração no mundo do trabalho.

Contudo, as mudanças carecem de continuidade e de consolidação, considerando as necessidades crescentes de desenvolvimento do país. A aplicação do novo sistema de avaliação, por exemplo, é considerada ainda muito difícil e a mais problemática desta questão.

Questão nº4 – *De que forma a metodologia adotada para o reforço da capacidade dos docentes garantiu a sustentabilidade técnica?*

¹⁶² Questionários aplicados aos professores formados pela ESECS/IPL

Esta questão reforça a problemática da sustentabilidade e a resposta é diferente para cada caso. Assim:

i) Em relação aos cursos ministrados pela ESECS/IPL a resposta é afirmativa. A metodologia utilizada revelou-se apropriada e suscetível de ser replicada com sucesso. Foram realizados cursos com programas adequados aos respetivos públicos, ministrados por professores experientes de reconhecida competência e com formação de nível superior, utilizando materiais de qualidade científica, realizando avaliação individual atestada e nos casos dos Cursos de Complemento de Formação promovendo a atribuição de um grau académico. O trabalho realizado está suficientemente documentado para poder ser aproveitado e replicado, com as melhorias que se considerarem necessárias, pelo ISP/STP, que foi parceiro da ESECS/IPL nos Cursos de Complemento de Formação. Todo este processo, em nossa opinião, assenta numa metodologia que deve ter reflexo na carreira docente e na revalorização salarial garantindo a sustentabilidade técnica dos docentes, estimulando o prosseguimento de estudos e exigindo ao sistema respostas formativas de qualidade.

ii) Em relação à capacitação dos professores, a resposta é negativa. Consideramos que a metodologia seguida e apesar da tentativa de envolvimento dos delegados de disciplina não garante a sustentabilidade técnica. O trabalho que foi desenvolvido e que se aproxima de um processo de formação entre pares, centrado na escola, pode e deve continuar, mas deve ser assegurado pelas estruturas locais, existente para esse efeito - os metodólogos. Foi um trabalho importante de apoio aos professores, com uma intenção formativa subjacente, não garantindo, em nossa opinião, que seja tecnicamente sustentável. Outras estruturas de formação devem ser implementadas em termos de formação inicial e contínua.

iii) A nível dos cursos CEP, as aulas práticas decorrem em *ateliers* de profissionais exteriores às escolas. A lecionação é realizada por profissionais *monitores*. O acompanhamento local destes monitores é feito pelo diretores dos cursos que também lecionam as aulas tecnológicas teóricas nas escolas das parcerias estabelecidas, enquanto a coordenação mais global dos cursos de qualquer uma das áreas é realizada por um elemento do Projeto Escola+ ou por ela delegado. A apresentação de uma linha de trabalhos orientadora da ação dos docentes das aulas práticas de aplicação contribuiu bastante para o reforço das suas capacidades, para o nivelamento da própria formação e para o equilíbrio dos procedimentos

nas aulas; a difusão por todos eles das práticas e experiências pessoais de cada um foi igualmente formativa e auxiliadora para todos. Toda esta forma conjugada de atuação resultou num mais elevado grau de eficiência da aprendizagem.

Os CSPQ, com estágios mais generalizados junto de entidades empresariais, permitem aos diretores de curso, como professores acompanhantes desta vertente formativa, a aquisição de novos conhecimentos e competências concretizáveis apenas pela existência deste intercâmbio. É de realçar que, também pelo lado das entidades exteriores, se manifestam substantivos ganhos da cooperação, com um melhor conhecimento da escola, das suas práticas pedagógicas, das dificuldades do processo educativo/formativo e da qualidade do produto resultante da sua ação. O estágio é por excelência a montra de apresentação das características e do produto construído e que é o formado. Um outro aspeto relevante consiste no facto de, em muitos casos, haver a necessidade de recorrer a profissionais qualificados das entidades para lecionarem disciplinas para as quais a escola não tinha professores e nem os podia adquirir de uma outra forma, sendo que, também a estes técnicos, é proporcionada a oportunidade de um enriquecimento pessoal nos domínios pedagógicos, didáticos e relacionais.

Num e noutra dos casos a formação sucessivamente acumulada, não dispensando qualquer outra formação concreta e devidamente dirigida, contribui para o reforço da capacidade dos docentes e constitui garantia para a sustentabilidade técnica do sistema.

Questão nº5 – *Em que medida o Projeto contribuiu para reforçar a capacidade de empregabilidade dos cursos?*

O natural e normal enquadramento profissional em sociedade requer cada vez mais que os cidadãos possuam o nível de formação geral e integral concordante com o nível de qualificação que posiciona o posto de trabalho a preencher. Como os atuais desempenhos profissionais são cada vez mais complexos e exigentes, qualquer que seja o nível de qualificação e a área profissional em que se situe, a formação global do indivíduo que opta pela inserção profissional deverá integrar valências de conhecimentos e competências facilitadoras dessa integração, as quais deverão ter sido desenvolvidas em modo e tempo oportunos. O desenvolvimento harmonioso da sociedade exige que todos os cidadãos sejam ativos e isso poderá acontecer com toda a naturalidade se o sistema dispuser de um gradiente

inteligente da ocupação útil, suportado em formações adequadas e realistas definidas e optadas em modo prospetivo.

Uma formação bem adaptada ao desempenho profissional vislumbrado só pode reforçar a capacidade de empregabilidade dos cidadãos que a adquirem e corresponder a maior nível de eficiência. A formação que se reportar ao nível de qualificação requerido para o desempenho em perspetiva não frustrará as expectativas de vida e futuro do cursado.

O Projeto, ao colaborar na promoção e na materialização daquilo que está disposto pela LBSE do sistema educativo santomense, onde se determinam vias diversificadas de formação e diferentes níveis de saídas com qualificações hierarquizadas ajuda a reforçar a capacidade de empregabilidade ao nível do ensino secundário, sem inviabilizar a continuação de estudos. A criação de cursos de educação profissional no 1º ciclo e de cursos de qualificação profissional no 2º ciclo, adaptados às necessidades mais prementes da sociedade facilita a integração na vida ativa profissional. Acresce ainda considerar que o aproveitamento das sinergias disponíveis na relação com o exterior à escola facilita a definição das necessidades de formação, a concretização dos planos e meios formativos, da organização de estágios, da conjugação de locais e recursos formativos e também de estágios, onde tudo isso fortalece a capacidade de empregabilidade.

A empregabilidade depende da qualidade da formação obtida e das competências adquiridas e o Projeto cultiva essas características da formação. Ela depende da imagem que rodeia o ambiente formativo, e o Projeto procura valorizar os aspetos que a qualificam. A qualidade da formação depende dos agentes e dos meios que a proporcionam e o Projeto procura adequar esses fatores.

Assim sendo, o Projeto facilita e promove a empregabilidade.

Questão nº6 – *Em que medida o Projeto contribuiu para fomentar o ensino da língua portuguesa no sistema de ensino santomense?*

Creemos que o Projeto contribuiu para fomentar o ensino da língua portuguesa no sistema de ensino santomense, em particular ao nível do ES e em relação aos destinatários do Projeto. Em todos os cursos ministrados pela ESECS/IPL, assim como no acompanhamento dos professores para a revisão curricular, foram utilizados documentos vários que exigiram

leitura, estudo, apropriação e aplicação, e que promoveram a língua portuguesa, pelo menos no seu registo escrito e escolar. A situação formativa continuada, estabelecendo relações comunicativas várias em língua portuguesa, regulada por formadores com boas competências linguísticas, foi certamente uma notável contribuição.

Outro contributo de grande valor deve ser referido: a prática escrita em contextos de formação profissional ou profissionalizante, com diferentes objetivos e registos, e em diferentes formatos foi certamente um bom contributo para o fomento da língua portuguesa.

Acresce que todo este processo envolveu professores e estudantes de diferentes disciplinas que beneficiaram também de todos os instrumentos linguísticos que foram disponibilizados e usados o que nos permite reconhecer a relevância da medida.

Questão nº7 – *Que mudanças é possível identificar no sistema e na comunidade escolar, resultantes da implementação do Escola+?*

Os contactos havidos localmente, tanto a nível das escolas como nos contextos menos formais, permitem afirmar que a imagem global da escola melhorou, tanto no aspeto visual como no da aceitação voluntária da sua influência para a evolução da sociedade.

O progresso verificado na qualidade do conforto individual e coletivo, ora proporcionados e do aumento da agradabilidade ambiental sentida pela diversidade dos seus utentes, foi também observado nas visitas efetuadas. A esse propósito, é de referir que 96% dos alunos gostam de andar na escola (Anexo 5.2) e 98% dos encarregados de educação desejam e apreciam que os seus educandos frequentem a escola (Anexo 5.1 a). Este aspeto pode também ter contribuído para o aumento do interesse da população santomense pelo estudo e pela escola. O crescente número de alunos observado e ativo é exemplo e expressão disso. Daqui transparece a valorização social da escola, verificando-se a abertura e o desejo pelo prosseguimento de estudos, após a 12ª classe, cumprindo-se assim a natural aspiração a um futuro mais promissor.

Embora se tenha comprovado algum progresso no que respeita a qualidade do conforto individual e coletivo proporcionados e do aumento da agradabilidade ambiental sentida pela diversidade dos utentes, é de referir que estes factos não se verificaram em todas as escolas de STP, mas mais apenas nas intervencionadas pelo Projeto e, mesmo estas, não tiveram um

tratamento idêntico ao do Liceu Nacional. Como argumento podem mencionar-se as recomendações dadas pelos encarregados de educação inquiridos (Anexo 5.1 a). Estes indicam a necessidade de haver melhor equipamento escolar, como seja: laboratórios, computadores e impressoras, boa ventilação, climatização das salas de aula, ampliação das instalações, melhoria das instalações sanitárias, aspeto que também é sublinhado por 78% dos alunos ao referirem as más condições em que elas se encontram (Anexo 5.2). Os encarregados de educação reforçam a necessidade de canalização que permita o acesso a água, reforço do apetrechamento dos materiais para as aulas de Educação Física, carteiras e mesas, salas para os alunos estudarem, bons laboratórios e salas de informática, assim como mais higiene na escola e no ambiente escolar (Anexo 5.1 a). Os efeitos daí resultantes seriam compensadores na melhoria da eficiência global do sistema.

Pode também ser uma mudança a considerar a possibilidade de melhor desempenho por parte dos participantes, em função dos contextos de trabalho mais favoráveis agora oferecidos e das condições para maior aproveitamento dos alunos e ganhos nos resultados do trabalho global.

É de salientar que, embora tenha sido aplicada durante o Projeto uma avaliação aos alunos mais rigorosa que a exercida anteriormente ao Projeto, se verificou uma progressão ao longo dos anos¹⁶³, aspeto este que foi realçado pelos encarregados de educação ao referirem que estão satisfeitos com os resultados dos seus educandos, embora destaquem a necessidade de um maior rigor no ensino e na avaliação em vigor.

Apesar de ter sido feito um esforço, ao longo do Projeto, para melhorar a organização escolar e fazer com que a gestão administrativa estivesse mais adaptada às características e à natureza das funções da escola é de relevar que este aspeto nem sempre se verificou com a eficácia e eficiência requeridas.

A este propósito os encarregados de educação (Anexo 5.1 a) evidenciam a necessidade de haver uma Associação de Pais/Encarregados de Educação, uma maior colaboração por parte dos encarregados de educação na gestão da escola; diminuição do número de alunos por

¹⁶³ Ministério de Educação e Cultura. Gabinete de Planeamento e Inovação Educativa (2009). *Boletim estatístico. População escolar, agentes docentes e não docentes e espaço físico STP Início 2008/2009. Desafios e metas a atingir*. STP: Ministério de Educação e Cultura.

turma, o que propiciaria a realização de aulas práticas; estágios durante os cursos, condições para os alunos poderem investigar, seminários e visitas de estudo.

Com as mudanças havidas, no decurso do Projeto, verifica-se uma evolução significativa quanto à organização escolar e à gestão administrativa, que estão mais adaptadas às características e à natureza das funções da escola.

Outras mudanças se verificaram: a formação planeada e realizada para os professores e outros atores do sistema educativo, como sejam inspetores, gestores, diretores, etc.. Constatámos que os resultados deixaram os seus destinatários¹⁶⁴ e os seus formadores satisfeitos pelos resultados obtidos.¹⁶⁵

Um contributo importante para a mudança foi a operacionalização da LBS santomense, no respeitante ao ensino secundário cuja apropriação pela comunidade educativa fez parte da experiência concretizada.

Creemos ser possível afirmar que a comunidade escolar se tornou mais ativa e empenhada na ligação da escola com a sociedade. Sobre este aspeto os encarregados de educação referem que seria necessário um maior apoio na transição dos alunos para a vida ativa. Um significativo número de alunos menciona querer continuar a estudar, seguir o ensino superior, a fim de poder ter profissões bem remuneradas. (Anexo 5.2) Destes dados, pode inferir-se que existe uma certa sensibilidade da comunidade educativa no que se refere à conclusão do ES e à transição para a vida ativa profissional.

Questão nº8 – *De que forma os resultados obtidos se devem à ação do Projeto ou se devem a outros fatores?*

O Projeto vem sendo determinante para a velocidade de implementação do disposto pela legislação existente e para a geração do caminho de uma consolidação de sistema isenta de grandes complicações e sobressaltos. A abertura do Ministério da Educação à modernização do Sistema Educativo introduzida pela LBSE deve ser entendida como o primeiro marco desta caminhada em curso de realização. O objetivo de tornar a oferta do ES mais próxima das necessidades do universo de SRP parece constituir um outro expressivo fator de influência no

¹⁶⁴ Anexo 5.3

¹⁶⁵ Anexo 5.8

sentido de uma maior eficiência. A abertura das entidades exteriores à colaboração conjugada com a escola, tanto na definição dos caminhos para a construção dos saberes necessários e desejáveis como no apoio à sua concretização, constitui ainda uma vertente de grande importância para os resultados em curso de obtenção. Será da conjugação de esforços e interesses mais abrangentes que surgirá a apropriação pelo lado do sistema educativo, especialmente ao nível das escolas, que são os seus órgãos diretos de operacionalização. O nível de sucesso será tanto mais elevado, quanto maior for a qualidade da resposta sentida pela sociedade real, quer pela satisfação das suas expectativas, quer com a resposta obtida para as suas necessidades prementes. Tanto quanto nos foi possível observar, o Projeto teve uma grande influência sobre os resultados obtidos porque embora existissem criadas as condições legislativas para a evolução do ES, os meios de apoio materiais e humanos disponíveis, só por si, seriam escassos para tamanha tarefa. É de referir que, tudo aquilo que foi erguido no âmbito da formação dos recursos humanos ou na beneficiação material de instalações, equipamentos e meios de apoio pedagógicos e didáticos, se situou nos limites do Projeto, demonstrando uma eficácia significativa. Entretanto, houve outros fatores que contribuíram positivamente, como tenham sido a posição de abertura do MEC, das entidades empresariais cooperantes e da comunidade educativa docente e discente. Assim, a ação do Projeto constituiu um fator determinante para a consecução dos resultados obtidos¹⁶⁶.

Questão nº 9 - *Em que medida o Projeto Escola+ contribuiu para o alcançar dos Objetivos do Milénio (ODM), nomeadamente o 1, 3 e 8?*

Para o Projeto Escola+ foram selecionados três Objetivos do Milénio (ODM): 1 - Erradicar a pobreza extrema e a fome; 3 - Promover a igualdade de género e a capacitação das mulheres; 8 - Criar uma parceria global para o desenvolvimento

Julgamos que o Projeto Escola+ contribuiu para que venham a ser atingidos os Objetivos do Milénio.

No que respeita ao Objetivo 1, a educação contribui sempre para aumentar as possibilidades de sair de uma situação de pobreza extrema, devido a dar mais oportunidades de encontrar

¹⁶⁶ Anexo 8.5 a, b

trabalho melhor remunerado e adquirir conhecimentos que permitem buscar novas formas de melhorar as condições de vida.

Quanto ao Objetivo 3, Meta 4 – eliminar a disparidade de género, no ensino primário e secundário, se possível até 2015, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015, dados referentes aos números globais de alunos e alunas do ensino secundário, por sexo, e que constam do resultado do eixo R1 permitem concluir que as diferenças em percentagem são muito próximas, o que representa uma situação muito boa relativamente igualdade de género.

No que se refere ao Objetivo 8, Meta 13 – satisfazer as necessidades dos Países Menos Avançados, Meta 14 – satisfazer as necessidades especiais dos países sem litoral e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e Meta 16 – em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e aplicar estratégias que proporcionem aos jovens trabalho condigno e produtivo, estas metas são adequadas a STP, país menos avançado, pequeno estado insular. O Escola+ pretendeu satisfazer as necessidades em ES que venham a proporcionar “aos jovens trabalho condigno e produtivo” mediante o Ensino Profissional ou através do prosseguimento de estudos.

Julgamos ainda que o Escola+ contribuiu indiretamente para que fossem atingidos os Objetivos 4 - Reduzir a mortalidade infantil, 5 - Melhorar a saúde materna; 6 - Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças; 7 - Assegurar a sustentabilidade ambiental, através da Área de Enriquecimento Curricular nas suas vertentes: Formação Cívica e Ambiental/ Educação para a Saúde, assim como através das disciplinas de Integração Social, Educação Física e as Atividades Extracurriculares.

Foi elaborado um **quadro-resumo** do que tinha sido planeado, do que foi executado, dos resultados e dos efeitos não previstos, que consta do **Anexo 3.2**.

IV – Conclusões e Recomendações

Conclusões

As conclusões que se seguem estão organizadas em função dos critérios que a seguir se apresentam.

Apresentação dos critérios

Relevância

Este critério de avaliação indica em que medida o projeto Escola+ é consistente e está adequado às reais necessidades existentes no sector educativo de STP e à difusão e consolidação da Língua Portuguesa nesse país.

Eficácia

Este critério de avaliação permite ajuizar o grau de cumprimento dos objetivos do projeto.

Eficiência

Este critério de avaliação tem a ver com a relação custo-benefício entre os resultados alcançados e os recursos financeiros e humanos utilizados pelo Projeto Escola+. A eficiência é tanto maior quanto mais resultados se alcançam e quanto menos custos eles exigiram.

Neste critério há que ter em conta o contexto, ou seja as condições locais e os recursos investidos e respetiva área de investimento. Há fatores que influenciam a eficiência, entre os quais a existência ou não de uma boa planificação, a adequação das atividades e a capacidade de ultrapassar constrangimentos ao projeto. Como avaliar é comparar com um referente, muitas vezes não se passa de indícios de eficiência, já que não há um projeto semelhante como termo de comparação.

Efeitos

Este critério de avaliação permite formular juízos de valor sobre consequências no curto ou médio prazo, diretas ou indiretas, positivas ou negativas, previstas ou não, resultantes da implementação do projeto.

Impacto

Este critério diz respeito aos efeitos positivos e negativos, primários e secundários, a longo prazo.

Sustentabilidade

Este critério de avaliação permite ajuizar se os efeitos pretendidos do projeto se manterão ou não por um tempo significativo. Têm muito a ver com o grau de envolvimento das autoridades santomenses no desenvolvimento do projeto e o grau de apropriação do mesmo pelos seus beneficiários: Ministério da Educação, professores, alunos e encarregados de educação.

Visibilidade

Com este critério avalia-se em que medida o projeto e através dele a cooperação portuguesa é conhecida em STP.

Coordenação e complementaridade

Este critério refere-se à avaliação deste projeto na sua relação com outros projetos da cooperação portuguesa, com as intervenções das autoridades santomenses e de outros doadores na mesma área.

Coerência interna e externa das opções da cooperação portuguesa

Este critério incide na adequação interna e externa das diferentes ações da cooperação portuguesa no sector da educação em STP.

Posicionamento e valor acrescentado da cooperação portuguesa

Este critério indica até que ponto o projeto constitui uma mais-valia em relação a outras intervenções da cooperação no mesmo contexto.

Conclusões com base nos critérios***Relevância***

Contribuíram positivamente para a relevância do Projeto Escola+ os seguintes aspetos:

- Intervenção de grande abrangência cobrindo os domínios principais do ensino secundário.

- Promoção do ensino da língua portuguesa através da dinamização do ES.
- Metodologia de intervenção da Cooperação Portuguesa que apostou numa lógica de apoio à renovação do ES em STP.
- A reabilitação profunda das instalações do Liceu Nacional e algumas melhorias nas instalações de outras escolas do ES, apetrechamento com equipamentos pedagógicos e didáticos e conjugação de meios e esforços formativos em parceria com entidades exteriores ao sistema educativo. Ainda assim, *constrangimentos* de ordem orçamental não permitiram, por exemplo, obras previstas em todas as escolas.
- A atualização pedagógica do ensino, o fortalecimento do ensino de cariz profissionalizante e a articulação entre ensino secundário académico e ensino secundário de cariz profissionalizante.
- A formação dos professores do ES no âmbito dos cursos ministrados pela ESECS do IPL.
- A capacitação dos professores no âmbito da revisão curricular.
- O recrutamento do pessoal necessário para lecionação das disciplinas tecnológicas e sua coordenação, de acordo com as suas funções específicas.
- Trabalho profícuo dos docentes das disciplinas tecnológicas, dos coordenadores dos cursos, dos monitores da formação prática e dos acompanhantes de estágios, no sentido de adaptação de um sistema formativo orientado para a satisfação das necessidades do país.
- Uma educação de cariz profissionalizante que promove a empregabilidade.
- Uma formação integral que, englobando também conhecimentos tecnológicos e competências operacionais, corresponde melhor às respostas que a sociedade requer.
- Um ambiente escolar em que dirigentes, docentes e alunos mostram uma boa relação interpessoal.
- As atividades previstas que corresponderam às necessidades dos professores e outros agentes da ação educativa que a elas aderiram, reconhecendo-lhes interesse e relevância.
- A modernização do ensino secundário como via para melhores resultados obtidos.

Eficácia

Contribuíram positivamente para a eficácia do projeto Escola+ os seguintes aspetos:

- A reabilitação e apetrechamento do parque escolar, que estabeleceu melhorias significativas em espaços letivos normais e específicos das escolas secundárias, facilitando de alguma forma um maior êxito no sucesso da lecionação de atividades teóricas, práticas, desportivas e tecnológicas. No entanto, o esforço de reabilitação e de equipamento realizado estará, por certo, muito aquém do nível conveniente.
- Currículos atualizados e adequados e planos de estudo e programas das disciplinas de um modo geral bem concebidos, com uma linguagem clara, sucinta e acessível e estabelecidos em moldes atuais. Neste âmbito, a articulação com o ensino básico não foi tão bem conseguida como o previsto, devido ao facto de o ensino básico estar em atualização curricular.
- Todas as áreas terem sido cobertas com programas e textos de apoio, pelo que todas as disciplinas sofreram atualização dos currículos. Contudo, há programas que não resultaram suficientemente adaptados à realidade de STP.
- Criação de legislação variada no quadro da revisão curricular. Contudo, regista-se que alguma dela não foi regulamentada em tempo útil, havendo mesmo alguns cursos CSPQ, para os quais ainda não existe cobertura legal.
- Legislação elaborada para melhorar a avaliação dos alunos e o acompanhamento dos professores no sentido de se apropriarem das inovações introduzidas. No entanto, e no que respeita à avaliação das aprendizagens, do ponto de vista teórico houve uma boa eficácia do Projeto, mas o mesmo não podemos afirmar no que diz respeito à sua *praxis*, devido, entre outros fatores, aos elevados rácios professor- aluno.
- As ações do Projeto contribuíram eficazmente para o reforço das capacidades dos professores abrangidos pela formação ministrada. Todavia, e a este nível, a eficácia desta intervenção foi afetada pela falta de colaboração institucional que precisa de ser mais incentivada.
- A ligeira diminuição verificada no rácio professor / aluno, mas que ainda não é suficiente para que o processo de ensino-aprendizagem possa decorrer de uma forma adequada.

Contribuíram negativamente para a eficácia do Projeto Escola+ :

- *Constrangimentos* vários que impediram a elaboração de um documento circunstanciado prévio de caracterização do ES de STP, o que contribuiu para a diminuição do nível de eficácia do Projeto. No entanto, foi elaborado e divulgado um Plano Operacional de Intervenção, validado pelo MEC, que constitui o documento orientador do desenvolvimento do Projeto.
- *Constrangimentos* orçamentais que impediram, por exemplo, que o ensino de cariz profissionalizante se disseminasse, como recomendável, já que só cerca de 1,6% dos alunos do ES o frequentaram em 2012-2013.
- O facto de nem sempre o processo colaborativo na conceção dos programas ter funcionado como previsto.

Eficiência

Só é possível uma avaliação da adequação dos recursos utilizados no Projeto se forem tidos em conta os resultados alcançados e as condições locais. Não foi possível avaliar se os recursos foram utilizados a menor custo, dado não possuímos informação sobre projetos semelhantes desenvolvidos recentemente em STP, que possam servir de referência. A perspetiva de análise foi de avaliar se os recursos disponíveis foram adequadamente utilizados para alcançar os resultados.

Quanto aos *recursos humanos*, consideramo-los suficientes em número e qualidade. Ainda assim, houve áreas de intervenção que exigiriam recursos com formação mais especializada, como a elaboração dos programas e dos textos de apoio e a formação de professores.

No que respeita aos *recursos materiais*, as instalações da coordenação nacional foram alugadas e foram adquiridas as viaturas necessárias para as visitas às escolas e outras deslocações. Isto corresponde a uma parte da componente de custos administrativos necessários ao funcionamento da coordenação do Projeto. No entanto, poder-se-ia ter minimizado custos se a coordenação do Projeto tivesse tido instalações num edifício público. Uma solução adequada foi encontrada para a instalação do KE MESE no Liceu Nacional.

Embora haja carências, foi feito um esforço em dotar as escolas das instalações e materiais necessários ao funcionamento da parte administrativa, à lecionação das novas disciplinas

previstas pela revisão curricular e à reprodução dos textos de apoio utilizando com eficiência as verbas disponibilizadas. No entanto, quando há avaria nos equipamentos de apoio à gestão e administração ou falta de consumíveis, as escolas debatem-se com grandes dificuldades. Em termos de *recursos financeiros*, o Projeto Escola+ foi totalmente financiado pelo IPAD. Em relação à disponibilização dos recursos financeiros, não nos foram referidos problemas de atrasos para a implementação das diferentes atividades. Algumas das opções tomadas em relação à utilização destes recursos são discutíveis, nomeadamente a concentração de verbas na reabilitação do Liceu Nacional em detrimento de outras escolas (ver Anexo 9 – Análise da Execução Financeira).

Na previsão dos custos houve outros aspetos que não foram considerados como, por exemplo, o crescimento demográfico com impacto no número de alunos a acederem ao ES e consequente acréscimo das necessidades em recursos humanos e materiais.

Estes e outros aspetos têm a ver com a desejável e necessária coordenação e articulação entre os vários intervenientes envolvidos no Projeto Escola+, o que seria evitável com a realização de uma avaliação a meio percurso (*Mid-term evaluation*).

Por falta de recursos financeiros os manuais previstos inicialmente foram substituídos por textos de apoio, sem tanta garantia de qualidade científica e com pior qualidade gráfica, mas, ao que julgamos, foi uma medida eficiente.

Efeitos/Impacto

- Melhoria global das condições de funcionamento do ES.
- Criação de um Centro de Recursos Educativos e Formação (KE MESE) que permitiu potenciar as atividades de formação e a participação dos professores no seu processo de formação.
- Contributo para fomentar o ensino da língua portuguesa no sistema de ensino santomense, em particular ao nível do ES e em relação aos destinatários do Projeto, que carece de continuidade e consolidação.
- Aumento da empregabilidade dos jovens através de uma formação mais orientada para a vida ativa profissional.

- Intervenções no âmbito da formação de professores, que produziram mudanças e reforçaram as suas competências. No entanto, não foi implementado um sistema de formação contínua, que contemplasse outras competências que não só as operacionais.
- Uma melhor adaptação do ensino às características, interesses e motivações dos alunos, que poderão alterar o seu percurso escolar dada a existência de duas vias de formação, em cada ciclo do ES.
- Crescente autonomia das escolas, que possibilita uma melhor adaptação às realidades e necessidades dos estabelecimentos de ensino, em consequência da aprovação e implementação de um novo modelo de gestão coordenada e descentralizada do ES.
- Competências reforçadas ao nível da gestão escolar proporcionadas aos gestores e administradores escolares em consequência da legislação produzida e da formação recebida.
- Competências reforçadas a nível da inspeção, proporcionada a futuros inspetores escolares que foram dotados de instrumentos eficazes para a avaliação do sistema escolar e para a avaliação do desempenho docente. Mas, enquanto não for aprovado o *Estatuto da Inspeção do Ensino Secundário*, os inspetores não poderão entrar legalmente em exercício e, consequentemente, não se verificarão efeitos.

Os efeitos previstos do Estatuto da Carreira Docente, que não foi regulamentado, não se verificaram no ensino e no desenvolvimento profissional dos professores. Também não houve efeitos na melhoria salarial, nem na progressão da carreira docente, não tornando a profissão docente mais atrativa.

Potencialmente o Projeto Escola+ tem condições para ter impactos importantes em STP. No entanto, tais impactos dependerão da continuidade do Projeto e da sua apropriação pelas estruturas oficiais do país.

Sustentabilidade

Desde a primeira hora os intervenientes no Projeto Escola+ esforçaram-se para garantir a sustentabilidade do Projeto Escola+, particularmente: (i) ao terem em consideração a criação e reforço da capacidade das instituições locais de educação; (ii) ao respeitarem os procedimentos e dispositivos do sistema de educação santomense, dinamizando-o e

procurando a apropriação do processo pelo MEC; (iii) ao procurarem envolver os professores santomenses.

Contribuíram positivamente para a sustentabilidade do Projeto Escola+ os seguintes fatores:

- Ter sido produzida legislação importante e muito atual do ponto de vista educacional para fundamentar legalmente o Projeto.

- As melhorias introduzidas em todos os domínios do ES, que contribuíram para um funcionamento razoavelmente equilibrado deste subsistema. No entanto, a sustentabilidade, mesmo sem evolução do nível alcançado, carece de continuidade na disponibilização dos meios de funcionamento e na manutenção e abertura de cursos adaptados à realidade santomense e à evolução requerida.

- A metodologia utilizada nos cursos ministrados pela ESECS/IPL dá garantias de sustentabilidade técnica, devendo, se possível, ser expandida na formação de mais professores para outras disciplinas.

- A metodologia de capacitação dos professores no âmbito da revisão curricular correspondeu ao que se pretendia, mas tem de ser reorientada, de modo a garantir a sustentabilidade do sistema de formação.

- As diferentes intervenções da dimensão de formação do Projeto que contribuíram para o reforço das competências dos professores e dos delegados de disciplina. Contudo, as mudanças carecem de continuidade e de consolidação, se se considerarem as necessidades crescentes de desenvolvimento do país.

- Cursos lecionados em regime noturno, porque possibilitam um melhor aproveitamento dos recursos existentes, nomeadamente das instalações e dos equipamentos, facilitam a resolução de casos de alunos que ultrapassam a idade limite para a permanência no ciclo de estudos e são importantíssimos para a possibilidade de evolução dos conhecimentos e das competências dos trabalhadores estudantes.

- A formação proporcionada pelos cursos de carácter profissionalizante e pelos estágios, porque contribuiu para o reforço da capacidade dos docentes e constitui garantia para a sustentabilidade técnica do sistema. Contudo, a continuação da gestão dos cursos CSPQ exclusivamente por parte do Liceu Nacional e o não alargamento à generalidade das escolas

secundárias do ensino de carácter profissionalizante, a não continuidade de alguns tipos de cursos CEP e CSPQ e o não lançamento de outros cursos importantes para o desenvolvimento racional da sociedade, são fatores que influenciam negativamente a sustentabilidade.

Contribuíram negativamente para a sustentabilidade do Projeto Escola+ os seguintes fatores:

- A não aprovação de um despacho regulador dos apoios à equipa descentralizada, que contribuiu para a não participação de alguns dos atores do sistema de ensino, em particular do setor de metodologia do MEC, o que dificultou a real integração do Projeto no Ministério da Educação.
- Os *constrangimentos* de ordem orçamental que não permitiram, por exemplo, obras previstas em todas as escolas.
- O facto de haver cursos CSPQ e respetivos planos de estudos que foram alterados ou criados, para os quais não se conhece legislação que lhe confira legalidade formal;

Houve uma perceção de alguns riscos para que o Escola+ fosse sustentável, que pressupunha, essencialmente, uma apropriação do Projeto pelo MEC. No entanto, não houve uma gestão do risco integrada em todo o processo de planeamento.

Visibilidade

A visibilidade dada pelo Projeto à cooperação portuguesa foi tida em conta e promovida de diferentes maneiras e em diferentes momentos do seu desenvolvimento.

Para a visibilidade do Projeto contribuiu também a ligação entre a escola e as entidades exteriores na definição de cursos e realização de estágios.

Coordenação e complementaridade

Consideramos que a conjugação de diversos fatores endógenos e exógenos afetou o cumprimento deste critério e dos que virão a seguir.

Com efeito, quer no desenho do Projeto, quer no Plano Operacional de Intervenção (POI), é sublinhado: (i) o esforço de coordenação por parte do IMVF e a necessária articulação com o IPAD, Embaixada de Portugal e o MEC; (ii) a necessidade de o Projeto ser implementado em parceria com o MEC, que deverá coordenar as diferentes atividades, garantindo-se assim a

sustentabilidade institucional das ações desenvolvidas; (iii) a articulação com outros níveis de ensino; (iv) que se procurará integrar atividades com iniciativas de outros doadores.

DE entre os diversos fatores, referimos: o atraso da aprovação do Projeto, a relativa indefinição das responsabilidades dos diversos intervenientes, a existência de poucos doadores e as mudanças no governo santomense.

Coerência interna e externa das opções da política para o desenvolvimento da cooperação portuguesa neste sector/país

Constrangimentos de ordem interna e externa, que não foram suficientemente tomados em conta, vieram a ter impactos negativos no cumprimento deste critério.

Sendo um projeto financiado pelo IPAD, estão refletidos na sua conceção os objetivos e compromissos de organizações internacionais, por exemplo, ONU, UE e OCDE, nomeadamente as que dizem respeito à apropriação, harmonização e racionalização da ajuda. Nesse sentido, entendia-se que o Projeto vinha marcar uma mudança na abordagem da Cooperação Portuguesa no apoio ao setor da educação, considerado prioritário e estruturante pelos dois países. No entanto, constrangimentos de ordem interna e externa, que não foram suficientemente tomados em conta, vieram a ter impactos negativos no cumprimento deste critério.

Posicionamento e valor acrescentado da cooperação portuguesa neste sector/contexto específico

Contribuiu positivamente para o cumprimento deste critério o facto de o Projeto Escola+, indo ao encontro das prioridades definidas pelos dois países, se ter proposto desenvolver a sua ação na melhoria da qualidade do ES, apostando na formação de cariz profissionalizante e fortalecendo e consolidando a língua portuguesa como instrumento de cooperação.

Dificuldades de diversa ordem não permitiram dar total satisfação à prioridade, igualmente definida pelos dois países, de melhorar os resultados através de maior coordenação e complementaridade e de canalizar a ajuda através de mecanismos bilaterais, multilaterais ou, se possível, bi-multilaterais, como por exemplo, na melhoria das condições do parque escolar e reabilitação das escolas.

Recomendações

Da análise dos dados recolhidos, assim como das conclusões tiradas provenientes de uma interpretação e triangulação desses dados, é possível retirar um conjunto de recomendações. Estas deverão ser tidas em consideração, quer pelas autoridades portuguesas, quer santomenses, na preparação, negociação e implementação de uma 2ª fase do Projeto Escola+, que, após uma avaliação rigorosa da experiência da aplicação e dos resultados obtidos, implicará uma apropriação progressiva por parte do MEC, até hoje não completamente conseguida, o que permitirá uma sustentabilidade do Projeto a longo prazo.

À Cooperação Portuguesa

1. Prosseguir a dinamização do ES e deste modo contribuir para fortalecer e consolidar a língua portuguesa como instrumento de cooperação, mediante o financiamento de uma segunda fase do Projeto, agora em avaliação.
2. Definir com rigor os domínios a financiar por Portugal e aqueles que deverão ser financiados por outros doadores, dada a grande abrangência do Projeto Escola+.
3. Manter o nível de apoio à dinamização do ensino secundário de S. Tomé e Príncipe, dando prioridade à consolidação da revisão curricular e ao desenvolvimento das competências profissionais dos professores.
4. Equacionar, neste âmbito, a possibilidade de selecionar, por concurso, uma instituição de ensino superior portuguesa, que enquadre e apoie a intervenção dos professores cooperantes no sistema educativo santomense.
5. Assegurar a atualização científica e pedagógica, através de formação creditada, dos professores cooperantes portugueses.
6. Proporcionar uma formação de base linguística para os professores, por se entender que o estudo e o trabalho com e sobre a língua na aprendizagem dos conteúdos curriculares é de grande utilidade para o desenvolvimento linguístico dos professores e um contributo fundamental para o sucesso escolar dos alunos.
7. Prosseguir no apoio de melhoria das condições de habitabilidade e preservação das instalações e equipamentos do KE MESE e atualização do seu acervo documental.

8. Prosseguir no apoio institucional ao ISP de STP no que se refere ao completamento de formação de docentes bacharéis do ES nas áreas carenciadas deste subsistema.
9. Reforçar o processo de gestão descentralizada e a autonomia das escolas, promovendo a formação dos membros das direções sem formação específica e a formação de pessoal administrativo em domínios prioritários, nomeadamente legislação, informática, contabilidade e do pessoal auxiliar, para que este último possa colaborar efetivamente no apoio aos alunos e na manutenção das escolas.
10. Prosseguir no apoio à expansão do ensino profissionalizante (profissional e profissionalmente qualificante) disseminando-o por outras escolas e diversificando os cursos de acordo com as necessidades nacionais e locais e promovendo deste modo a empregabilidade dos alunos que terminam o ES e o desenvolvimento da economia de STP.
11. Reforçar a liderança do CICL, enquanto organismo coordenador da Cooperação Portuguesa, promovendo a necessária articulação entre as instituições portuguesas que desenvolvem atividades em outros níveis de ensino, a formação de quadros técnicos do MEC, etc.
12. Colaborar com as autoridades santomenses na articulação das ações da cooperação portuguesa com as de outros doadores no setor da educação e outros, fomentando sinergias que concorram para resultados mais eficientes a favor do setor educativo do país.
13. Incluir a Gestão de Risco, na conceção de uma eventual 2ª. Fase do Projeto Escola+ e nas intervenções do Projeto, como forma de aumentar a qualidade da ajuda.
14. Realizar um acompanhamento mais estreito e eficaz do contributo da Cooperação Portuguesa para os ODM em STP, nomeadamente nos objetivos que dizem especificamente respeito à educação.
15. Ter sempre em atenção, no setor da educação, a necessidade de adaptar as intervenções às especificidades do país, incluindo a situação linguística.
16. Garantir aos professores cooperantes formação creditada, durante a missão em STP, que lhes permita usufruir das regalias que o Estatuto da Carreira Docente português confere aos professores portugueses.

Às Autoridades Santomenses:

17. Promover um maior envolvimento e articulação dos diferentes agentes da Cooperação Portuguesa, quer na programação quer na implementação, para potenciar a apropriação e a sustentabilidade dos projetos.
18. Pôr em prática a nova Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP) de modo a permitir aos doadores internacionais a definição das suas estratégias de cooperação, nomeadamente do setor da educação e igualdade do género.
19. Promover a igualdade de género no que diz respeito à gestão e administração das escolas.

Ao Ministério da Educação de STP

20. Definir um quadro legislativo para os CSPQ criados e alguns já alterados pelo Liceu Nacional, no âmbito das competências que lhe foram conferidas e publicar os respetivos planos curriculares para os regimes diurnos e noturnos.
21. Alargar e adequar esse quadro ao modo de criação e gestão dos CSPQ em outras escolas secundárias.
22. Fomentar a valorização dos ativos da sociedade em regime pós-laboral valorizando os meios, os recursos humanos e promovendo um possível acréscimo para o desenvolvimento.
23. Ter um maior envolvimento na aprovação, publicação e regulamentação atempada da legislação necessária ao setor, condição *sine qua non* para a eficácia dos projetos. Neste âmbito reforça-se a importância que deve ser dada ao Estatuto da Carreira Docente, à Formação Contínua dos Professores, ao Estatuto da Inspeção do Ensino Secundário e ao Regime de Organização e Funcionamentos dos Serviços Administrativos das Escolas.
24. Promover a colaboração institucional das estruturas e técnicos do MEC, em particular o setor de metodologia, na articulação com o ensino básico e nas atividades que se referem à dinâmica de implementação da reforma educativa e de apoio às escolas e aos professores.
25. Promover uma maior articulação entre todos os níveis de ensino, de modo a potenciar a intervenção dos diferentes doadores.

26. Analisar e redimensionar a rede escolar, de forma dinâmica, em função das realidades e necessidades atuais e futuras, tendo em conta as perspetivas demográficas e do desenvolvimento regional.
27. Criar condições para que o rácio professor/aluno atinja um valor máximo de 40 alunos por turma.
28. Promover a expansão do ensino profissionalizante (profissional e profissionalmente qualificante), disseminando-o por outras escolas e diversificando os cursos de acordo com as necessidades nacionais e locais e promovendo deste modo a empregabilidade dos alunos que terminam o ES e o desenvolvimento da economia de STP.
29. Proporcionar materiais pedagógico-didáticos de qualidade adequados às condições das escolas e à realidade de STP, o que poderá constituir a melhor das soluções para promover um bom ensino.
30. Promover a atualização progressiva dos programas e textos de apoio, tirando partido de dados decorrentes da sua utilização ao longo do Projeto.
31. Conceder autonomia financeira adequada à realidade das escolas, por forma a poderem rapidamente suprir necessidades urgentes relativas ao funcionamento dos equipamentos e à aquisição de consumíveis.
32. Envidar esforços no sentido de recrutar pessoal auxiliar para o apoio à escola, que cumulativamente possua competências para a manutenção corrente das instalações.
33. Estimular o interesse dos alunos e das famílias na preservação, conservação e até na manutenção das escolas secundárias.
34. Aproveitar os novos centros de formação profissional, sem prejuízo da sua função primordial, para estabelecer plataformas de formação avançada destinadas a alunos das escolas secundárias.
35. Estimular a intervenção do ISP de STP a aumentar e diversificar a oferta de Cursos de Complemento de Formação que confirmam o grau académico de licenciatura e repondam às necessidades do ES.

À Cooperação Portuguesa e às Autoridades Santomenses:

36. Promover a harmonização e articulação entre diversos setores, nomeadamente nos da saúde, da educação e do trabalho.
37. Ter em consideração as Decisões da VII Reunião de Ministros da Educação da CPLP, em que se reafirma a importância do desenvolvimento das competências técnicas e profissionais, por via do Ensino Técnico Profissional¹⁶⁷.
38. Continuar a promover o reforço e melhoramento do parque escolar: construindo novas escolas, fornecendo-lhes água e melhorando as instalações sanitárias de todas as escolas, assim como as áreas de estudo e de convívio e os acessos e transportes para as mesmas. Para tal, a Cooperação Portuguesa deverá colaborar com o MEC, no sentido de se encontrar financiamento de várias origens.
39. Elaborar um documento pormenorizado de caracterização do ES de STP que considere, atualizando, alguns dos dados fornecidos pela avaliação do Projeto Escola + e outros complementares e identificadores da realidade do país.
40. Elaborar um Plano Operacional de Intervenção para os próximos 4 anos para assegurar a continuidade do trabalho desenvolvido e sustentabilidade das inovações introduzidas no ES.
41. Promover, no prazo de 2 anos, uma avaliação do novo currículo e dos textos de apoio mediante um inquérito feito a gestores, professores dos vários níveis de ensino, alunos, encarregados de educação e empregadores.
42. Promover uma melhor articulação entre uma eventual 2ª fase do Projeto e as estruturas do MEC, de forma que, no final dos próximos 4 anos, tenha sido conseguida uma apropriação de todo o trabalho realizado pelas autoridades santomenses que deverão assegurar a sua continuidade.
43. Realizar a divulgação da eventual 2ª fase do Escola + nos *media* e realizar reuniões nas escolas em que estejam presentes representantes das autoridades locais, a direção e

¹⁶⁷ Decisões da VII Reunião de Ministros da Educação da CPLP-Luanda, 30 de Março de 2012



administração das escolas, professores, alunos, encarregados de educação e empregadores locais.

FONTES DE INFORMAÇÃO

Bibliografia

- AAVV. (s/d). *Educação Para Todos. Projeto de Dinamização do Ensino Secundário em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: IMVF/IPAD/Fundo da Língua Portuguesa.
- AAVV. *Escola+ Educação para Todos (s/d) Plano Operacional de Intervenção*, IMVF/IPAD/STP
- AAVV. (s/d). *Escola+ – Educação para Todos (power point)*. STP: IMVF. Cooperação Portuguesa, Ministério da Educação, Cultura e Formação de São Tomé e Príncipe.
- AAVV. (1985). *A Educação na República Democrática de S. Tomé. Relatórios de Missões da FCG – 1984/1985*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- AAVV. (2008). *São Tomé- Ponto de Partida*. Lisboa: IMVF.
- AAVV. (2011). *A Cooperação Portuguesa – 2005-2010*. Lisboa: IPAD.
- AAVV. (2011). *Relatório de Avaliação do Programa Indicativo de Cooperação (PIC) (2008/2011)*. Lisboa: IPAD.
- AAVV. *Professores do ensino secundário. Acompanhamento dos professores das classes da revisão curricular do ensino secundário*. STP: Escola+.
- Almeida, G. (2010) *Roteiro do Céu*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas.
- Barreto, Antónia (2012). “A reforma do ensino secundário em São Tomé e Príncipe” in *Atas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspetiva, interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*. Lisboa.
- CAD/OCDE (2002). *Tradução do Glossário da Avaliação e da Gestão Centrada nos Resultados*. Divisão de Avaliação do ICP.
- Carneiro, R.; Silva, F.; Grilo, M. (1986). *A Educação na República Democrática de S. Tomé e Príncipe – Análise Sectorial*. Vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CPLP (2012). *VII Reunião de Ministros da Educação da CPLP*. Luanda, 30 de Março.
- Instituto Nacional de Estatística I (1995), São Tomé e Príncipe em Números.
- Ministério de Educação e Cultura. Gabinete de Planeamento e Inovação Educativa (2009). *Boletim estatístico. População escolar, agentes docentes e não docentes e espaço físico STP Início 2008/2009. Desafios e metas a atingir*. STP: Ministério de Educação e Cultura.

Nações Unidas (2013). *Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio*.

Documentação vária fornecida pelo IMVF

IMVF, (s/d), Sem título (*Monitoria do Quadro Lógico*).

Relatórios Intercalares de Atividades (RIA) – 1 a 7 (sem data) com anexos vários

Relatório referente ao reforço de verbas de 02/01/2012

Dados Estatísticos

Quadro Legislativo

Minuta de Protocolo entre o IPAD/IMVF e o MEC de STP

Sítios

CAD/OCDE – *Liste des bénéficiaires de APD établie par le CAD. Effective pour la notification des apports de 2012 et 2013* in

<http://www.oecd.org/fr/cad/stats/DAC%20List%20used%20for%202012%20and%202013%20flows%20fr.pdf>

Camões Instituto da Cooperação e da Língua in http://www.instituto-camoes.pt/index.php?option=com_moofag&view=category&id=746&Itemid=1590, acessido em 11 de julho de 2013.

Educação – *São Tomé e Príncipe* in http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/PAG66_03.pdf, acessido em 2 de julho de 2013

The World Bank – *DATA GNI per capita, PPP (current international \$)* in <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GNP.PCAP.PP.CD>, acessido em 1 de julho de 2013.

United Nations Development Programme – UNDP (2013), Human Development Report 2013. http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2013_EN_complete.pdf, acessido em 1 de Julho de 2013

Segunda Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, 2012-2016 http://www.min-financas.st/pdf/enrp_2012_2016_final.pdf

Legislação Santomense

Decreto-Lei n.º 53/1988, *Diário da República* de 30 de dezembro. São Tomé e Príncipe.

Decreto-Lei n.º 40/2006, *Diário da República* de 28 de agosto. São Tomé e Príncipe.

Decreto-Lei nº 27/2010. *Diário da República* de 6 de julho de 2011. São Tomé e Príncipe.

Decreto-Lei nº 5/2011. *Diário da República* de 18 de abril de 2011. São Tomé e Príncipe.

Despacho Normativo n.º 25/GM/1988 de 14 de setembro

Despacho Normativo nº54/2007 de 5 de julho

Despacho Normativo nº38/2010.

Despacho Normativo nº51/2011. GMEC de 12 de dezembro de 2011

Despacho Normativo nº52/2011. GMEC de 12 de dezembro de 2011

Lei nº2/ 2003 (LBSE), *Diário da República* de 2 de junho de 2003. São Tomé e Príncipe.